

A INFORMATIZAÇÃO NO COTIDIANO DO DIREITO  
(ESTUDO DA CONTRAPRESTAÇÃO ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E A PRIVACI-  
DADE, NA PERSPECTIVA OPERACIONAL DO CONTROLE DOS PROCESSOS JUDI-  
CIAIS)

Alberto Nunes Lopes

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO  
DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO

Orientador: Prof. Dr. Clóvis de Souto Goulart

FLORIANÓPOLIS

1991

Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold (

## **- Agradecimentos**

(em específico)

À UFSC - coordenação, professores, funcionários e alunos, pelo acolhimento.

Ao MP-AM, como instituição proporcionadora.

Ao Orientador e Co-Orientador, pelo estímulo.

(em geral)

Aos amigos de Manaus e Florianópolis, pela convivência no cotidiano.

(em particular)

Aos familiares e Simey Maria, pela compreensão.

## - Citações

Vous avez dit culture technique? La culture technique, en d'autres termes, "se fait"; la question dès lors est de "savoir-faire" mais aussi de "faire-savoir".

Yan de Kerorguen

"Ignorantia legis neminem excusat"

...mas como pode?

"A Energia é o Eterno Prazer..."

Barão de...

(fragmentos da memória)

## — Circunstâncias (leitmotiv) do Trabalho

As justificativas da presente dissertação se passam em dois grandes planos. O primeiro, de ordem pessoal, diz respeito ao interesse e à satisfação. O segundo, de ordem institucional, toma a possibilidade de uma retribuição profissional. E, da mesma forma, ambas se identificam, no sentido de melhor compreender o Homem e as coisas que ele faz através da "informatização", especificamente junto à estrutura burocrática operacional dos tribunais.

Pelo que foi possível visualizar dessa realidade, alguns concentraram seus interesses apenas no aspecto formal e doutrinário. É o que acontece em "A proteção jurídica do software", onde pontificam conhecidos juristas como Orlando Gomes, Arnold Wald, José de Oliveira Ascensão, Eugen Ulmer e Gert Kolle (publicação da Forense, Rio de Janeiro, 1985).

Mas há aqueles que aceitam passivamente uma concepção ciberneticista de Informática (transladada de outros centros monopolistas), amarrada pela visão utilitarista pura, entusiasmados com a espécie de um brinquedo futurista, capaz de ser aplicado em todos os setores, sem maiores implicações, descurando-se, portanto, da responsabilidade histórica para com a estabilidade social.

Assim, assumindo uma parcela da culpa pelas barbáries já registradas historicamente, ao mesmo tempo em que se continua a acreditar na capacidade da comunicação de que o ser vivo dispõe, passou-se a enfretar as adversidades e dificuldades para a reali-

zação desses estudos, buscando uma visão não apenas crítica, mas também construtiva do social via relação jurídica, tentando superar os estágios de inferior qualidade.

Sem dúvida, precisamos compartilhar também os pontos positivos dessa experiência, e uma delas trata-se da vivenciada experiência cotidiana que foi proporcionada junto ao Ministério Público do Estado do Amazonas, que, desde 1980, vem implementando o processamento de dados em alguns setores de atuação, precisamente com o objetivo de controlar os processos judiciais.

Neste particular, tivemos a oportunidade de, por um espaço de quase dois anos à frente das tarefas, promover as expectativas da Instituição através do contato com analistas e programadores profissionais, portanto, participando efetivamente do planejamento da gestão pública da Informática Jurídica ao Norte do Brasil.

## **- Resumo**

Estudo sobre a problematização da Informática Jurídica assumida no Brasil, principalmente junto a gestão pública. É contribuinte para com a realidade local. Demonstra as mensagens do Direito no limiar de uma cultura tecnológica fazendo-se oportunamente elaboradas, sem desperdícios ou inadequação na escolha de tecnologias, sem detrimento a outros encargos sociais mais urgentes. Revela, portanto, a necessidade da população usuária (a sociedade civil), retomar as discussões concernentes a "informação" e o "segredo", sob o enfoque da proteção jurídica, afastando a visão unilateral daqueles que assumem a problematização e a solução desses problemas do ponto de vista, exclusivamente, do Estado. Centraliza o fenômeno a ser investigado no cotidiano e nas estruturas burocráticas dos tribunais. Procura compreender através da relação político-jurídica a contraprestação dos interesses do modelo liberal-legalista, no espaço de uma constante tensão entre a "privacidade" e o "interesse público". Traz em perspectiva a influência do computador no controle das relações jurídicas, portanto, sociais.

## - Abstract

This study deals with the use of the computer for juridical problems carried out in Brazil, mainly in public administration. It contributes to local reality, by showing the messages from the Law at the beginning of a technological culture, to be adequately elaborated, without waste or unsuitable choice of technology and without damage to other more urgent social obligations. It shows, therefore, the need for the user (the civil society) to take up the discussions related to the idea of "information" and "secret", from the standpoint of juridical protection getting away from unilateral view of those that deal with the problem and the solution to these problems, from the viewpoint of the State, exclusively. It centralizes the phenomenon to be investigated in daily life and in the bureaucratic structures of the courts. It seeks to understand the consideration of the interests of a liberal and legal pattern through a political juridical relationship, in the context of a constant tension between "private" and the "public interest". It brings into perspective the influence of the computer in the control of juridical, therefore, social relations.



## **- Sumário**

### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1 - De quem e do que estamos falando ... p. 11
- 1.2 - Os Recortes ... p. 23

### **2. SUBSÍDIOS TEÓRICOS**

- 2.1 - Direito e Comunicação: organização e informação ... p. 27
- 2.2 - Três Questões Básicas ... p. 63
  - 2.2.1 - A Memória ... p. 63
  - 2.2.2 - Utopia ... p. 73
  - 2.2.3 - Simbiose? ... p. 90
- 2.3 - A Especificidade da Informática Jurídica ... 110
  - 2.3.1 - Compromisso com a Interdisciplinaridade ... p. 110
  - 2.3.2 - A Lógica e a Linguagem do Processamento Eletrônico Aplicado ao Direito ... p. 129
- 2.4 - O Direito no Cotidiano e o Cotidiano do Direito ... p. 134
  - 2.4.1 - O Acesso à Justiça ... p. 134
  - 2.4.2 - O Acesso à Informação no Processo Judicial ... p. 141

### **3. A RETRIBUIÇÃO DA PRÁTICA**

- 3.1 - O Controle Jurídico e a Contraprestação Liberal ... p. 164
- 3.2 - Qual o Segredo? Qual a Transparência? ... p. 176
- 3.3 - Relato de uma Experiência com a Gestão Pública ... p. 192
  - 3.3.1 - Descrição do Programa ... p. 192
  - 3.3.2 - Descrição do Sistema ... p. 197
  - 3.3.3 - Experiências da Primeira Fase ... p. 200
  - 3.3.4 - Experiências da Segunda Fase ... p. 206
  - 3.3.5 - Decorrências da Implantação ... p. 210
    - 3.3.5.1 - Fixação dos Parâmetros ... p. 210
    - 3.3.5.2 - A Identificação do Interesse na Mesma Informação ... p. 210
  - 3.3.6 - Outros Aspectos da Implantação ... p. 213
    - 3.3.6.1 - A Incerteza da Estratégia ... p. 213
    - 3.3.6.2 - A Preocupação com a Juridicidade Estrita ... p. 219
    - 3.3.6.3 - Em Busca da Segurança Perdida ... p. 221
  - 3.3.7 - Sobre a Finalidade Social ... p. 225
  - 3.3.8 - Resumo das Situações Críticas Básicas ... p. 231
- 3.4 - Do Controle à Restauração: o Inesquecível ... p. 232

### **4. CONCLUSÕES**

- 4.1 - O Obturador ... p. 237
- 4.2 - Reconsiderações ... p. 238
  - 4.2.1 - Do Ponto de Vista da Informática Jurídica: o Controle Informático, o Controle Político e o Controle Jurídico ... p. 239

## BIBLIOGRAFIA

- \* As notas bibliográficas e explicativas acompanham o final de cada unidade ou subunidade de capítulo.

## ANEXOS

- \* In fine.

## 1. Introdução

### 1.1 — De quem e do que estamos falando

A partir da década de 70, começou-se a falar em informática/informação, cuja importância e significado ainda não foram plenamente compreendidos pela Administração Pública brasileira, principalmente na esfera Federal.

A experiência da informatização junto à Administração Pública brasileira traz consigo o peso de um grande questionamento que deve ser enfrentado:

Todos nos recordamos - e não precisamos fazer disso mais mistério - que o órgão chamado Serviço Nacional de Informação (S.N.I.) e outros similares atuaram no período de "exceção", até serem extintos no começo dos anos noventa. E que as suas atuações, politicamente questionáveis, contaram, em larga escala, com o uso de computadores, sistemas de controles da mais sofisticada tecnologia para essa época. Isto significou, negativamente, o bastante, para que permaneça sob constante suspeita o termo "Informatização", envolvendo a custódia da História e da Política Nacional.

Não nos reconfortaremos em supor que, com a instalação de um governo eleito por sufrágio direto, a História não mais se repita. Por outro lado, se paulatinamente estamos vivenciando momentos da legalidade e da legitimidade contextualizada por um determinado tipo de democracia-liberal, cabe, por oportuno, a tentativa de recuperar o papel dessas tecnologias, desembaraçando-as das tramas

anteriores, e tentar dimensioná-las dentro dos planos atuais como um instrumental favorável na afirmação de um "estado-bem-estar-social-estado" de direito, sem esquecer, pelo menos, a mínima parcela da expectativa política, que pode ser traduzida na expressão "Por Uma Melhor Qualidade de Vida".

Nem tudo parece ser tão simples assim, quando está em jogo a vida do homem no seu sentido mais pleno possível, ou seja, um enquadramento que vai desde a questão econômica até a questão psicanalítica.

Faz-se necessário, portanto, falar um pouco mais desse homem, para podermos ter uma aproximada transparência de quem se trata.

Tomemos o paradigma da discutível Modernidade, ela que, para muitos já acabou, e que, para outros, enfrenta seu momento de transitoriedade. Não importa muito o rótulo que se dê; porém, percorrendo o inventário destes dois últimos séculos, se nos afigura o comportamento do homem como afetado pelos extremos, por pouco não alcançando alguma forma da hecatombe, ao mesmo tempo em que novas conquistas são assinaladas, só comparadas ao feito da descoberta do Novo Mundo. Agora, ao invés de caravelas, são ônibus-espaciais. Outrora, um único universo; agora, precisamente o macro e o micro universos, e assim por diante.

Podemos dizer, sem nenhum constrangimento, que o quadro que mais foi agravado pelo sentido dos extremos foi o da miserabilidade, nas suas mais variadas formas já manifestadas.

Quanto à miserabilidade projetam-se dois segmentos espontaneamente visíveis, que denominaremos, por falta de uma palavra mais

adequada, de "escravização", quais sejam: a) escravização da fome em massa, que assola as regiões concentradas principalmente na África negra e depauperada, na América Latina, e em algumas partes da Ásia; e b) escravização do pensamento, manifestada por um complexo de ideologias, destacando-se, dentre todas no mundo ocidental, a do consumismo.

Trata-se de um efeito, contrapondo um problema frente ao outro, capaz de ser analisado com seriedade a partir de noções de "concentração de riqueza" para a Economia, "injustiças sociais" para a Política, "a garantia do julgamento" para o Direito, "o ser e a individualidade" para a Psicanálise, "a salvação" para a Teologia, "a estratégia do espaço" para a Geografia, "a estratégia do tempo" para a História, e assim por diante.

Mas, sobretudo, o que até então não passava de uma idéia de ciência que se dizia ou se pensava ser politicamente inócua, como Biologia, Física, Matemática, tornou-se uma "alavanca" que pode remover não simplesmente montanhas, porém, com toda a extensão da expressão, vem-se tornando capaz de locomover universos. E da reunião do que tinha de melhor em conteúdo, de cada uma delas, surgiu a alavanca do Século XX-XXI denominada de CIBERNÉTICA.

Então! - Quem é este homem?... que morre de fome e vai a Saturno... que ama a si e promove explosões nucleares... que convive no planeta-mãe como nativo e astronauta...

Faz parte ainda do inventário um guia de críticas, dentre elas, as que analisam esses tempos e detectam "a falsa religião do progresso", como é o caso de Konrad LORENZ, ou a de Gilberto de

Mello KUJAWSKI, que aponta "a crise do século" tendo, como epicentro da causa, a destruição do cotidiano.

Enfim, há uma variedade de motivos compondo esse inventário, podendo-se ainda frisar a contínua e intrigante linha ascendente da superpopulação da espécie humana nos limites de um modesto planeta exaurível em seus recursos naturais.

As críticas acabam circunstancialmente oferecendo suas prescrições que vão desde a indicação de uma possível supremacia da Cibernética, o estágio avançado da "Hi-Tech.", até a recriação do ego pela estima do amor. Vejam-se, nesses dois particulares, os posicionamentos respectivos de Waldemar de GREGORI e FREUD.

Há uma lição para a qual não podemos fazer vistas grossas. Quando falamos da realidade, esta não mais se retrata numa paisagem linear, com os contornos definidos, com a sua outrora dita limpidez; assume - isto sim - a superposição; os conteúdos que vazam, que se trespagam, que se infiltram em suas linhas para se transformarem numa inconstante massa multiforme.

Chama-nos a atenção, em específico, o posicionamento de Jean BAUDRILLARD, quando, referindo-se ao "abismo do sentido", diz que as massas não se submetem a um sentido que possa ser dialeticamente posto no contexto da informação; a elas interessa "o jogo dos signos e esteriótipos" para manter uma "seqüência espetacular". Deste modo, ele acha uma "bobagem" os apelos da moralização que sempre pontificam por um "melhor informar", "melhor socializar", "elevar o nível cultural das massas". (1)

Mas, sem dúvida, trata-se de uma idéia no mar de tantas...

O que podemos chamar então de realidade brasileira?

De outra maneira, a realidade dita brasileira também está mergulhada em suas particularidades, e alcança diversidades dentro do seu próprio contexto sócio-cultural.

Somente com o corte profundamente formal poderíamos dizer que vivenciamos uma mesma realidade, extraída das diferentes regiões que integram o território nacional.

Não se trata apenas de uma simples massa amorfa; a extensão mais completa de um possível significado seria fixada através dos marcos de cada uma região, muito embora também se verifique que alguns problemas de ordem existencial possam assemelhar-se, não só dentro do país, mas também no plano internacional.

Isto nos permite reconsiderar qualquer distanciamento inicial existente e, a partir daí, nos sentirmos na obrigação de tratar dos mesmos assuntos que orbitam no espaço da Modernidade, embora sem nos esquecermos das diversidades conflitantes.

Até aqui tratamos da macro problematização que envolve o tema; a micro problematização, por sua vez, centraliza-se numa teia não menos complexa.

Retomemos o clima - já referido - dos antagonismos em que o homem é afetado pelos extremos, e que nos parece agora ainda mais agravado, quando, por exemplo, não somente o governo federal, mas também os governos estaduais passaram a gastar milhões de dólares com a implantação de "sistemas informatizados" na administração pública, tendo por clientela, muitas das vezes, uma reduzida parcela da população. Concomitante ao colosso dos "dinossauros ele-

trônicos", a grande massa populacional não tem acesso, basicamente, à alimentação saudável, moradia condigna, educação e um recomposto lazer, dentre tantos outros itens de fundamental importância.

Quanto à identificação do tipo social envolvido com a criminalidade, na condição de agente ativo, a grande maioria tem sua origem neste quadro de pobreza, ou seja, os inalcançados pela redistribuição de renda do governo e alijados do processo de comunicação democrático.

Vejamos que, num primeiro nível, essas pessoas são responsabilizadas pelo cometimento de furtos, roubos, lesões corporais etc. consequência da vadiagem ou da falta de emprego. Num segundo nível, projeta-se como a criminalidade organizada, na ação dos seqüestros, assaltos a bancos, justiceiros, jagunços etc. E, finalmente, identificam-se como a criminalidade sofisticada que atua junto à bolsa de valores, junto às grandes transações entre governo e particulares, como, por exemplo, os conhecidos contratos das grandes empreiteiras e o caixa 2, sonegação de grande soma de impostos e outros enriquecimentos imorais, sempre em detrimento da economia pública.

Podemos dizer que, com este flash, projeta-se o problema da existência de grande volume de processos e o da falta de julgamentos.

Acontece que o primeiro nível dessa criminalidade, chamado pelo jargão caipira de "ladrões de galinha", é o que cotidianamente mais cai nas malhas da polícia e dos tribunais. Enquanto isso,



a massacrada classe média reclama de falta de segurança física e patrimonial, cuja origem constitui o segundo nível de crimes. E, quanto ao terceiro nível, poucas são as decisões da justiça compatíveis com os prejuízos causados, principalmente ao patrimônio público, que sempre é reconstruído através de pesados impostos sobre a classe média assalariada.

No primeiro nível da criminalidade, tanto a vítima e parentes, quanto o autor e parentes, são tratados pelo descaso e pela rigorosidade da formalidade da burocracia. Enquanto isso, no terceiro nível ocorre o fenômeno inverso, procedente da própria disfunção promovida pelo contexto burocrático, conhecido no cotidiano como "jeitinho".

Num outro aspecto, não há como negar que um juiz ou qualquer um outro agente público classe média, psicologicamente pressionado pelo consumismo de ter uma boa casa, uma situação financeira regular, até mesmo aspirante a alcançar o estágio do seu próprio negócio, começando através de um limitado salário público, tenha o interesse e a dedicação necessários, desembaraçados, permanentes, para com a causa pública através da consciência do seu profissionalismo.

O que ocorre, no registro da visão de alguns críticos, é a assinalação da existência de um série de garantias e estabilidades clássicas, tradicionalistas, argumentadas sob o pretexto de independência funcional, que, em realidade, não acontece, ao mesmo tempo em que favorece a acomodação na carreira pública.

Divididos entre o interesse particular e o interesse públi-

co, os funcionários da justiça, de um modo geral, exercem suas tarefas de maneira trivial, sem empenho, sem aprofundamento. Os mais graduados do Poder Judiciário estão sempre de olho nos vencimentos dos deputados e senadores, pois, se por ventura acontecer o "desprestígio" no numerário, por certo haverão de deflagrar a "operação tartaruga", alcançando uma morosidade muito maior do que a existente na tramitação regular das ações judiciais.

Trata-se do efeito da barganha política existente dentro das próprias forças em movimento que perpassam a estrutura do poder, principalmente dentro dos poderes constituídos.

Um grande número de atos processuais é comum deixar de ser realizado face à caoticidade da organização judiciária, projetada como excessivamente burocrática e arcaica, em decorrência das injunções desses fatores apontados.

Audiências marcadas na pauta não realizadas. Alega-se que o juiz do feito tinha que ir ao banco para cuidar da sua aplicação no Fundo. Quando marcou a audiência, meses atrás, pouco se importava se a mesma iria ou não se realizar. Assim, motivos de todas as ordens são apresentados como justificativas.

A atribuição da dissídia e de outras impontualidades profissionais não fica resumida apenas aos juízes; alcança promotores de justiça, advogados, serventuários etc.

A clientela sacrificada ao comparecer na data da audiência, marcada e não realizada, acaba perdendo um ou mais dias de trabalho, isso para aqueles que conseguiram um emprego. Muito embora a legislação isente de falta o cidadão que comparece a audiências

marcadas pelo judiciário, ou seja, justifique a ausência, o patrão não quer saber disso, e por causa da recessão do país ou da inflação, acaba mais cedo ou mais tarde escolhendo o faltoso para ser dispensado. Nunca vai ficar transparente, naquela desconstrução trabalhista, que o verdadeiro motivo foi o chamamento e o atendimento à justiça. E daí o desencadeamento de tantas outras consequências.

O problema que se apresenta de imediato neste estudo, na consecução da análise dessa realidade, é o de se saber qual a opção do marco teórico através do qual nos conduziremos, sem que a incisão do recorte cause uma barreira entre os interesses, de um lado, dos que lutam pela subsistência a partir de um patamar salarial mínimo, e pelo outro lado, os assalariados, os bem pagos, mas que precisam também avaliar o plano da existência política mais abrangente.

Parece-nos que os dois extremos, por estarem polarizados, merecem uma preocupação constante da parte da presente teorização.

Dessa forma, talvez possamos alcançar o sentido de um homem tomado como brasileiro, sem que sua expressão nuclear seja desfigurada, e assim nos submetemos ao quadro dos seus objetivos específicos, procurando encontrá-los ou esclarecê-los a partir da relação político-jurídica, que, sendo uma estrutura formal perpassa a todos.

Toda estrutura, e principalmente quando se diz que ela é formal, subtemde-se como uma "camisa de força". Analisar uma realidade rica em questões através da ótica da relação jurídica, tendo

como suporte os princípios de um determinado direito, sem dúvida impõe certas limitações relativas à efetivação das explicações dessa realidade.

Quando falamos de realidade, não afirmamos que a realidade exista em si mesma, posto que, sendo construída, identificamos no seu panorama o homem potencializado em seu exercício da convivência social. (2) E, sendo assim, não cabe ao Direito explicá-la por completo, ou seja, é necessário que se compreenda que muitas circunstâncias da sua problemática global acabem por ficar de fora ou tornem-se melhor apropriadas para discussão por uma outra disciplina afim.

Reafirmamos que o espaço peculiar para as considerações da análise do presente trabalho deve se ater ao da relação jurídica informal ou o que nela possa ser compreendido.

Desta maneira, precisamos esclarecer o aspecto dessa formalidade para que não venhamos a vestir inconscientemente a camisa de força.

No que respeita ao sentido formal, deparamo-nos, numa primeira idéia, com o Direito tendo como sinônimo a lei escrita e em vigor. Este aspecto, muito embora não seja descartado, não satisfaz, ao nosso ver, a expectativa de uma análise capaz de melhores respostas. Para tanto, é preciso buscar na zona fronteiriça, por exemplo, do Direito com a Informática, uma outra possibilidade no agasalhamento de determinados tipos de problemas.

Desta maneira, a questão formal não se reveste de um simples e exagerado reducionismo. Neste plano, não nos pautaremos em in-

interpretar a lei com uma determinada doutrina, para dizer que nos mantemos no propósito de tratar do Direito.

No mais, pretendemos visualizar com complementariedade essa relação jurídica, a partir da sua encenação operacional-comunicacional no cotidiano dos tribunais. Entendemos que esta faceta do conhecimento atinente ao fenômeno jurídico esteve esquecida e muito pouco problematizada. Trata-se de um espaço a ser visitado, e que sem dúvida abriga nossa idéia conceptiva, qual seja: que a automação do controle dos processos judiciais não é suficiente para a manutenção do acesso à justiça, sem que tanto as informações de interesse público quanto a reserva da privacidade - face ao assédio dessas tecnologias - sejam politicamente asseguradas e juridicamente regulamentadas. Por outro lado, não bastará a intervenção político-jurídica se não for pensado o Direito a partir do cotidiano (o homem por inteiro) nos tribunais, inclusive com uma proposta abrangente de comunicação e, conseqüentemente, de sua informatização.

# Notas bibliográficas e explicativas

- (1) BAUDRILLARD. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas, [s.d.], p. 14-15.

- (2) GUERREIRO. O dizível e o indizível: filosofia da linguagem, 1989, p. 56-71.

O referido autor analisando a relação "fato", "valor" e "ciência", destaca a crítica feita por H. Putnam sobre a indevida utilização, em moldes clássicos, da distinção entre fato e valor, disseminada por vários campos do saber [lembramos em particular a tridimensionalidade do pensamento de Miguel Reale (Fato - Valor - e Norma)], no que o questionamento maior é o de serem tomadas como definições precisas, o que leva o autor demonstrar que não são.

Alcança daí a idéia de um construtivismo, entendendo que a realidade não é dada, mas construída. Entretanto estabelece diferença frente ao posicionamento estruturalista e pós-estruturalista para quem "O mundo das palavras cria o mundo das coisas", estabelecendo distinção entre construtivismo radical e construtivismo atenuado.

Quanto ao construtivismo atenuado, em suas palavras, diz o seguinte: "Por outro lado, para as diversas variações disso que pode ser chamado de construtivismo atenuado, o pensamento, a linguagem constroem a realidade fenomenal, mas dentro dos limites impostos por ela, pois, como muito bem advertiu Putnam, estão em jogo objetos em parte estruturados, ou seja: nem dados puros (objetos totalmente estruturados), nem totalmente construídos (pela própria percepção, pela linguagem ou qualquer outro instrumento de cognição)." GUERREIRO, op. cit. p. 71.

Esta visão servirá como um dos comprometimentos metodológicos adotados.

## 1.2 — Os Recortes(1)

A problematização, firmada já no terreno da especificidade, é saber inicialmente o que a Informática Jurídica pode proporcionar no exercício da contraprestação entre o interesse público e a privacidade, através do controle dos processos judiciais.

Reconhecemos que a discussão sobre os parâmetros teóricos da Informática tem causado muitas dificuldades para a sua aceitação, principalmente por parte dos mais exigentes ou conservadores. Desta forma, não menos problemática é a situação da Informática Jurídica, por tratar-se de um segmento daquela, interagindo num campo não menos discutido ideologicamente como é o Direito.

Podemos anteciper criticamente, através desta preocupação, a existência de um reducionismo da compreensão de Informática Jurídica quando tomada como um simples "processamento de dados", afastando do seu núcleo uma teorização mais ampla, qual seja, a que envolve o aspecto da comunicação enquanto organização e informação, além da sofisticação tecnológica dos meios.

Começaremos a construir nossas investigações de conteúdo, considerando os seguintes recortes:

- o primeiro recorte, que é o maior, está situado na questão de se saber até que ponto o Estado pode avançar na privacidade do cidadão, mesmo quando para isto apresenta a justificativa de controlar os processos judiciais, através de um sistema informatizado. Neste sentido, qual seria a suficiência da prestação da legislação existente?

- o segundo recorte leva em consideração o plano do cotidiano do Direito junto aos tribunais, no qual o papel da Informática Jurídica corresponderia a uma possibilidade a mais para melhorar a operacionalização processual da aplicação da justiça, através da análise da comunicação, organização e informação.

Para tanto, é preciso identificar o tipo de organização (pertinente) no seu aspecto jurídico-político e no seu aspecto instrumental, ou seja, identificar a técnica de comunicação que está sendo usada e avaliar o seu desempenho sob o ponto de vista do alcance da clientela generalizada (o usuário da justiça), o retorno de conteúdo e a retroalimentação que daí pode advir.

- o terceiro recorte compreenderia, tendo em vista os dois momentos anteriores, projetar o caso concreto a partir do relato da experiência apresentada pelo Ministério Público do Amazonas (MP-AM), evocando também aspectos de outras experiências mais recentes de outros Estados-membros da região sul, procurando investigar principalmente o tipo de controle exercido.

- finalmente, o recorte epistemológico que muito embora não deverá ser trabalhado enfaticamente, é oportuno conhecer com precisão, pois trata-se do espaço fronteiriço entre o Direito e a Informática, que especificamente denomina-se Informática Jurídica.

Através destes recortes, podemos estabelecer o traçado dos planos da pesquisa, levando em conta o seguinte: com qual concepção faremos as considerações sobre a matéria objeto do presente estudo, tendo, como categorias auxiliares, o Estado, o Direito, a Informática Jurídica, a Comunicação, o Cotidiano, o Acesso à Jus-



tica; como categoria nuclear, o Controle; e, como ponto de amarração de todas elas, a contraprestação entre interesse público e privacidade, na perspectiva operacional do controle dos processos judiciais.

No transcorrer do desdobramento, pretendemos identificar qual o papel (atualizado) do recurso da Informática junto à comunicação do cotidiano do Direito; o que representa a experiência do controle dos processos pelo Ministério Público estadual; quais as repercussões junto ao Poder Judiciário estadual que a informatização pode promover; qual o grau de interferência desse controle junto à privacidade do cidadão; e qual a repercussão político-jurídica do Habeas-Data como proteção constitucional.

Enfim, por mais paradoxal que pareça, senão tratando-se de uma confluência sempre dialética, o presente estudo tem por finalidade enfatizar a "gestão pública da Informática". Ao mesmo tempo, reafirma os princípios democráticos contidos no direito à privacidade de um modo geral e, em específico, este mesmo direito agora entendido como relativo aos dados pessoais, à situação individual, junto ao controle dos processos judiciais.

Feito isto, pretendemos apontar algumas sugestões.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) "Conforme decisão do Colegiado do CPGD/UFSC, na Introdução da Dissertação, o mestrando deve fazer constar o seguinte: a aprovação do presente trabalho acadêmico não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta." Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coletânea de sugestões quanto à produção acadêmica. Convergência, n. 4, p. 27, out. 1987.

## 2. Subsídios teóricos

### 2.1 — Direito e Comunicação: organização e informação

Começaremos a abordagem dissertativa com a necessidade e incumbência de projetar alguns enfoques da teoria da Comunicação. Em seguida, correlacionaremos Comunicação e Direito quanto aos aspectos da organização e informação. E, dentro desta, situaremos as mensagens no cotidiano. Feito isto, teremos, na medida do necessário, propiciado a demarcação de uma zona de comunicação interrelacionada com o Direito, que não a costumeira incidência do contexto linguístico da norma, e cujo plano garanta a investigação dos fundamentos com que tomamos a Informática Jurídica, como objeto do presente trabalho.

BORDENAVE entende a Comunicação humana como parte de um processo mais amplo que é o processo da informação, que por sua vez faz parte de um processo mais básico, que é o processo de organização. (1)

Amparando-se em Boulding, assinala que, quanto mais aumenta o nível de organização, mais a informação adquire importância. Desta forma aponta vários níveis.

No primeiro nível, o mais rudimentar, situa o "mecanismo" exemplificado pelo relógio. No segundo nível, os mecanismos "homeostáticos", exemplificados pela bomba elétrica, que lança a água da cisterna até a caixa d'água. No terceiro nível, os "organismos

biológicos", exemplificados pela célula. No quarto nível, "o botânico", exemplificado pela planta que sabe quando florescer, frutificar e morrer. No quinto nível, "o zoológico", exemplificado pelos animais, que, inclusive, utilizam signos. O sexto nível, "o ser humano", com notável vantagem. E, no sétimo nível, "a organização social", com sua complexidade. (2)

Fixada a idéia básica sobre organização, informação e comunicação, como visto imbricadas, podemos situar a questão da comunicação do cotidiano do Direito dentro de uma complexidade específica, prevista no sétimo nível da explicação de BORDENAVE.

Contudo, é preciso agregar a essas considerações preliminares a contribuição de GOLDMANN, destacando a importância do conceito de "consciência possível", como um enfoque imprescindível sobre a questão da Comunicação, direcionado a todos os seus envolvimento, inclusive, no plano científico. Neste plano, como sabemos, produz-se um discurso de ampla interferência na organização social e, conseqüentemente, o efeito da complexidade, a partir daquilo que conhecemos como determinada ciência e seu corpo teórico de explicações.

Nos Cahiers de Royaumont, publicados no Brasil em 1970, aquele professor da Escola Prática dos Altos Estudos de Paris, valendo-se de um termo da literatura marxista alemã *Zugerechte Bewusstsein*, cuja tradução ao pé da letra seria "consciência calculada", prevalecendo a versão francesa, explica que "... não existe apenas o homem ou aparelho emissor das informações e um mecanismo transmissor, mas, em alguma parte, existe também um ser humano que as

recebe."(3)

Em consequência da atuação da "consciência possível", enquanto preocupação do pesquisador e de todos, mesmo sendo o caminho da comunicação longo e cheio de desvios, interpenetrado por uma cadeia de aparelhos e máquinas, acontece que "...sua consciência não pode 'deixar passar' qualquer coisa de qualquer modo."(4)

Informação para GOLDMANN significa então: "...transmissão de certo número de mensagens, de afirmações, verdadeiras ou falsas, a um interlocutor que as recebe, deforma, aceita, recusa ou permanece inteiramente surdo e refratário a qualquer recepção."(5)

Como apreensão mínima dos ensinamentos do mestre francês, podemos anotar que a idéia de "consciência possível" nos leva a manter uma posição crítica quanto ao conteúdo das informações veiculadas, e mais ainda, quanto aos próprios veículos dessa comunicação, sejam os manifestos recursos técnicos ou tecnológicos. Enfim, trata-se de um alerta geral dentro desse contexto que envolve a tudo e a todos.

Depreende-se, ainda, da contextualização dos ensinamentos do autor que a "consciência possível" acaba formando a "consciência de classe", mas este não é o recorte do nosso objetivo.

Convém ressaltar, com relação às citações de GOLDMANN e os debates de Royaumont - apesar de lá terem estado celebridades de todas as áreas de conhecimento - que, não se cogitou condenar as máquinas, como produtos das tecnologias, juntamente com as técnicas, em nome da preservação do humanismo, pelo menos preliminarmente.

As críticas havidas, como, por exemplo, a de GOLDMANN, preocuparam-se, ao nosso ver, com a seguinte tônica: - qual deve ser, em termos de expectativa, o comportamento do ser humano, o que ele é capaz de fazer, como ele é capaz de reagir, quando se depara com técnicas e tecnologias que permitem maior oportunidade no avanço das informações, em tão diversificados setores? E aqui estamos nos referindo aos níveis de organização previstos por BORDENAVE, porquanto, atualmente, o homem tem a técnica e a tecnologia necessárias para interferir em todos os níveis da comunicação, do mais simples ao mais complexo, mesmo que reconhecidas as limitações do atual estágio de avanço.

É bem verdade que pretendemos tratar tão somente da parte da organização concernente à comunicação humana propriamente dita, enquanto inteiração através do cotidiano, com o uso de máquinas, especificamente o computador e seus periféricos. (6)

Significa dizer, sem nenhum sentido de exclusão, que a organização da comunicação do cotidiano não deverá ser restringida pela essencialidade da Ciência Política, da Economia, do Direito, nem da Cibernética, nem de nenhuma outra explicação isolada.

Face às interferências dos avanços em todos os níveis de organização, e às subseqüentes repercussões levadas a cabo pelo momento atual, quando muitos desses inventos já foram apropriados pelo interesse industrial, nos inclinamos a aceitar que o processo de comunicação, cada vez mais, vem se ampliando, e que, por isso, requer um contínuo balanço de suas reais efetividades, probabilidades, sem o hermetismo do ponto de vista isolado, como costuma

acontecer, num certo tipo de prática, quando se discute tecnologia.

Por esse intermédio, adentramos, para uma revisão inicial, na especificidade da teoria da "comunicação científica" que trata da informação entre as ciências, sejam aquelas costumeiramente chamadas de socais, sejam as ditas exatas ou biológicas.

Podemos assinalar que o que antes parecia um fosso, uma trincheira, tido como o campo de atuação de cada uma delas, cada vez mais, neste ambiente, crescem suas relações. Dessa forma, são tomadas como as porta-vozes da apreensão de todo o saber, neste final de século XX.

Desde há algum tempo atrás, mais precisamente por volta do século XVIII, quando as primeiras ciências passaram a ter estatuto próprio, distinguível pelo "objeto" e "campo" de atuação, começou a pressão dessas zonas de fronteira (epistemológica), conquanto cada uma delas iniciou a reclamar para si (através do exercício da comunicação) a prioridade nas explicações sobre a natureza e o social, face ao homem. (7)

A zona de atrito que condicionou esse exercício com maior frequência, numa primeira fase, e que ainda hoje é visitada pelas teorias, confluuiu-se pela disputa do que chamaremos de "possível determinismo biológico" de um lado, e, do outro, de "possível determinismo sócio-antropológico", nas tentativas de explicação da realidade, como dito, face ao homem.

Na verdade, nos parece que estes reclamados "possíveis determinismos" se imbricam, se interdependem, se conflituam; às vezes,

aparentemente se anulam. Mas o certo é que se fertilizam nesse terreno de fronteira. Inclusive, tem havido uma forte tendência entre os cientistas e teorizadores recentes a buscar, não mais os motivos para o acirramento do ânimo científico, mas, necessariamente, "o ponto de equilíbrio", de "balanceamento", estimulando teorizações que germinem especificamente nesse meio ambiente, conhecido no repertório inglês como *boundary regions* ou no *man's lands*.

Nos dias atuais, em consequência da disputa nessas zonas de fronteiras do conhecimento, o próprio cotidiano é atingido. A comunicação científica por estar mais integrada no processo social (industrial e político), de conformidade com a proposta da Epistemologia Crítica, assim essa comunicação vai além do tradicional espaço acadêmico, propondo dilemas, diretamente, como: a utilização da energia atômica que produz suprimento para uma grande capital versus o artefato que a destrói; a prática de uma determinada política do Direito versus um tipo de julgamento dependente, exclusivamente, da consciência do juiz, que julga com as suas paixões; os avanços da engenharia genética, a partir da descoberta de novas bactérias ou o isolamento delas proporcionando vacinas, as quais salvam milhões de vidas, principalmente nos países do Terceiro Mundo versus as armas químicas, grande ameaça de destruição; enfim, estes e tantos outros exemplos. (8)

Estas perturbadoras questões não são mais privilégios da preocupação dos velhos sábios e magos. Assumiram, voltamos a dizer, o próprio espaço do cotidiano. A resposta a ser encontrada ou dada



para elas deve ser expressão tanto do individual quanto da coletividade.

A bem dizer, na expressão de AUREL, desde o século XIX vem acontecendo "o assédio parcial do homem pelas ciências humanas" e, acrescentamos, não menos pelas outras ciências genericamente tomadas como experimentais. (9)

Tomemos o exemplo clássico dessa discussão, no campo da Criminologia, início do Século, qual seja, o embate, a disputa da supremacia de dada informação científica, entre o "possível determinismo" bio-antropológico e o político-sociológico, a partir da concepção lombrosiana do criminoso, à época interpretada como um grande escândalo face às influências do humanismo renascentista do "Século das Luzes".

Poderíamos argumentar que, aproximado esse mesmo acontecimento teórico oriundo berço do positivismo-científico comteano aos dias atuais, e verificada uma certa tendência repressiva da "justiça" em querer tratar a criminalidade dita "hedionda" com a Pena de Morte, a hipótese de Lombroso, por incrível que pareça, ao inverso daqueles tempos, ressoa muito mais humanística nos nossos dias do que as justificativas daqueles que, sem maiores considerações, para se verem livres de problemas crônicos e graves da conjuntura nacional, simplesmente pleiteiam a institucionalização desse instituto penal.

Isto porque, tentam justificá-la a partir da idéia generalizadora de um pseudo combate ao crime, dito "hediondo", aduzindo que a máquina-biológica (o homem), se político-juridicamente ava-

riada, deve incontinenti ser jogada fora, ou seja, eliminada através da sentença de Pena de Morte? Assim, menos má pareceria a perspectiva lombrosiana, ao admitir conscientemente o fator da criminalidade pelo lado biológico, através do que se teria hoje mais condições de recuperar a máquina-biológica (o homem) através de tratamento neurocirúrgico, ou seja, extirpando-lhe a "glândula da criminalidade", ao invés de simplesmente condená-la à morte através daquele tipo punitivo?

Tudo isso ao nosso ver, desprezada a forte imagem que talvez tenhamos causado (um ser com a cabeça parafusada), mas detendo-nos no substancial da idéia, verifica-se tratar-se antes de tudo de uma nova forma do "dilema" a ser apropriada por alguma "Biologia Social", na perspectiva de um novo naturalismo, conforme a obra de Eduward O. Wilson, em *On Human Nature*, da Harvard University, 1978.

Neste panorama de conturbadas idéias sobre como aplicar a justiça, os argumentos que defendem tal tipo de punição, encontram-se necessariamente pressionados por uma forte injunção ideológica deste capitalismo-liberal irresoluto, que nos assola, na medida em que as suas distorções econômicas desencadeiam a crise, tendo como suspeita uma determinada prática de governo.

É bem verdade que estamos apenas argumentando dois pontos de vista, sem querermos fixar posicionamento sobre a questão.

Como vimos, estamos projetando uma zona de fronteiras, que é o que nos importa situar, identificando o tipo de discurso tido como científico, o qual age com tamanha força, numa determinada

época, e isto só é possível porque esse discurso veicula informações, de tal maneira elaboradas, que acabam convencendo uma boa parte da intelectualidade, transformando-se em uma "verdade" aceita por um bom período de tempo. Assim, a História se faz repleta dessas célebres disputas.

Com relação ainda a esse assédio da ciência ou das ciências, na atualidade, e no espaço comum a todas, desponta a Cibernética. Dela em si trataremos à parte, na devida oportunidade.

No momento, cabe projetar a zona de fronteira dentro da qual identificamos a discussão da comunicação científica que até agora, neste plano, estivera exemplificada pela disputa, de uma lado, fixada na Biologia e, do outro, na Sociologia, naquilo que, como viemos assinalando, é mensagem científica dizendo sobre um possível determinismo na explicação da realidade através das ciências.

A Cibernética impõe-se como mais um fio dessa ligação-discussão.

Vejamos um exemplo.

Em GREGORI, autor do trabalho intitulado "Cibernética Social", em que pese parecer extravagante sua teoria relativamente ao comportamento (modo de fazer ciência) tradicional, registra como inovação de suas idéias, os seguintes tópicos: (10)

- concepção tridimensional, trifocal do encéfalo;
- ciclo de suas operações básicas em dez passos contínuos, em forma espiralada;
- explicação e instruções de cultivo e uso das operações lógico-analíticas, intuitivo-sintéticas e motrizes-operacio-

nais;

- um paralelo entre operações do encéfalo e do computador, para facilitar a interação;
- algumas considerações epistemológicas para estimular inovações do pensamento, nas universidades, na arte, e encorajar iniciativas de mudança e ação sócio-cultural.

Com a devida atenção, não desmerecendo a competência e a árdua tarefa do mencionado autor, parece-nos que ele quer demonstrar que o homem (biológico) poderia educar o seu cérebro como uma máquina (cibernética), objetivando uma melhor ação sócio-cultural (sociológica), ao que ele denomina de "Filosofia Dialética Sistemática", ou seja, uma cosmovisão-instrumento.

Torna-se improdutivo, neste espaço, discutir sobre o possível determinismo dessa zona cinzenta provocado por um dos componentes da trilogia. Inclina-mos a aceitar, sem dar por encerrada a questão, que a proposta de GREGORI se situa numa tensão de equilíbrio entre as configurações: cibernética, sociológica e biológica.

Por outro lado, não é possível evitar a crítica de tratar-se de uma superdimensão do pensamento behaviorista. (11) Todavia, a chamada que fizemos do pensamento desse autor foi apenas para demonstrar, inclusive como um reflexo inverso, o detalhe de que a influência dos princípios da Cibernética alcançou um nível tal que, tendo sido o computador criado à imagem do corpo humano, ou seja, inspirado na sua beleza natural e perfeição, já se chegou ao ponto de prescrever que o homem agora o imite, ou a ele se assemelhe como realizador de tarefas previamente programadas, o que nos

parece ser uma inversão.

Vejamos um outro exemplo que retrata essa questão da comunicação das ciências, agora do ponto de vista da Matemática.

A primeira idéia que se manifesta é tomar a Matemática como a "Ciência Fundamental".

MACHADO, ao discutir os vínculos do conhecimento matemático com a realidade, em outras palavras, ao situar o lugar da Matemática no quadro das ciências, demonstra que esta assume grande importância a partir do surgimento do positivismo científico, com Comte, para quem, foram consideradas fundamentais a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia e a Sociologia.

E comenta: "A primeira necessariamente o ponto de partida, [referindo-se ao dizer de Comte], o 'único berço necessário da positividade racional', enquanto que a última é o fim único e essencial de toda a filosofia positiva." (12)

Em seguida:

"A concepção subjacente ao projeto de Comte traz em seu bojo uma sutil reafirmação da prepotência do espírito sobre o real, uma não tão disfarçada aspiração a, uma vez fixados os axiomas, que decorriam segundo ele, das leis naturais, imutáveis, manter sobre controle o que, de outra forma, pareceria incontrollável." (13)

Por fim:

"E a Matemática, entre nós, talvez permaneça até hoje, com um ranço positivista, disfarçado em hálitos formais que revelam, a cada novo avanço da Ciência, um jogo de cintura do positivismo que Comte jamais poderia imaginar." (14)

Com esse cuidado ou accidentalismo, o certo é que se associou, de forma comprometedora, a Matemática à Lógica, fazendo com que comumente se acredite ser a Matemática a "redentora", a de pensamento exato, a a-política, muito embora precise ser anotado que, internamente, há uma incontrollável "briga de família", quando alguns matemáticos fazem a distinção entre "Matemática Pura" e "Matemática Aplicada". (15)

Mas isto também é uma questão de comunicação e, conseqüentemente, o momento da aplicação da idéia de "consciência possível". Esta comunicação que se faz múltipla nos níveis apontados por BORDENAVE.

Todas as considerações feitas até aqui nos indicam dois caminhos. Por primeiro, permite reconhecer que sendo demasiadamente abrangente a idéia de comunicação, e tratando este trabalho do interesse prioritário do estudos da Informática Jurídica, não sejam permitidas incursões em áreas tão intrincadas e distantes do objetivo proposto. Em segundo lugar, é rejeitar o tratamento de insignificância, como simples rótulo, ou a partir da primeira impressão, daquilo que se chamará de "Comunicação no Cotidiano do Direito".

O ponto de partida investigatório é exatamente o das coisas aparentemente pormenorizadas, as quais são tão boas condutoras de mensagens quanto as outras questões costumeiramente apresentadas, como passaremos a ver no transcorrer deste trabalho.

Nos anima, portanto, o impulso matemático contido no célebre pensamento de Confúcio: uma imagem para mil palavras.

Retomando agora, já apropriadamente, a proposta de consciência crítica que devemos manter ao analisar estas questões, podemos dizer ainda que só assim é possível relacionar Direito e Comunicação e, conseqüentemente, organização e informação. Aproveitada a deixa da imagem e da palavra de Confúcio, frisamos que, para alcançá-la, é necessário percorrer um longo caminho de questionamentos.

Para melhor situar o tipo de construção da informação, ou seja, como ela se organiza, ou de outro modo, de qual tipo de organização ela passa a ser decorrente, apontamos, como exemplo, o que se diz no marxismo: a "consciência de classe" reflete estruturalmente a maneira como se organiza a Economia. Para GOLDMANN, a "consciência possível" reflete como o plano científico se organiza, disputando a hegemonia, (a que chamamos de possível determinismo) através do que cada uma das ciências pode comandar. E na "consciência comum", até onde ela pode ser identificada, planta-se a manifestação do cotidiano.

Vimos, portanto, através desses recortes, alguns planos que revelam a maneira de proceder das diversas consciências e, em decorrência disto, a tipicidade de cada organização, ou melhor, de qual tipo de organização elas são decorrentes.

Tomemos que o Direito se organiza e se comunica no plano epistemológico quando procura engendrar a sua episteme frente ao mundo científico, e isto revela um tipo de comunicação que acaba se assemelhando, ou se confundindo, com os seus conceitos internos.

Quando, por exemplo, FERRAZ propõe o Direito como uma técnica ou tecnologia da decisão, a partir do quadro da "decidibilidade", ao nosso ver há uma mensagem de justificação endereçada não só para o plano científico propriamente dito (acadêmico), mas também, e com tamanha repercussão, uma mensagem endereçada ao homem no seu cotidiano, do tipo: "...e dessa maneira as coisas podem funcionar melhor." (16)

Acreditamos que ocorre o discurso científico do Direito e, portanto, sua comunicação, quando este é tomado e se propõe como um dos mecanismos de controle social e, mais precisamente, é tomado como um instrumento de controle, por excelência, por ser um tanto e de certa forma mais brando, mais benevolente, ou mesmo mais complacente do que os outros mecanismos, como, por exemplo, a guerra, o estado de sítio, o boicote econômico. E assim o crermos possuidor de um estatuto mais civilizado.

De determinada maneira, quer-se um Direito que faça uma prospecção do seu controle, não só voltando-se para o passado, mas também preocupando-se com o futuro, no sentido da previsibilidade e prevenção, como medidas normatizadas.

Vimos, outrossim, que a comunicação das ciências no plano epistemológico garante a cada uma delas um certa posição, na explicação da realidade, quer natural quer social.

O Direito, em específico, vem se apresentando, desde os indícios das primeiras civilizações da qual se têm os registros, como o instrumentalizador das resoluções sobre as disputas, os conflitos, dentro de um quadro de funções (v. Quadro 4, anexo), envol-



vendo-se com conceitos de equidade, justiça, legalidade, além de outros que também nele se incorporaram, como ética, moral, e mais recentemente, processo, procedimento e legitimação.

Por intermédio dessas anotações, acentuamos, como viés da perspectiva filosófico-histórica, as várias tônicas pelas quais se tenta explicar a realidade de um dado direito. Assim, nenhuma sociedade dita civilizada deixa de dispor de uma forma de direito, seja o escrito, o consuetudinário, o legislado, o jurisprudencial, mantendo sempre o discurso "de necessário", ou seja, imprescindível.

Dessa forma, além da comunicação a nível da episteme, o Direito requer uma comunicação que poderíamos tomá-la como interna, veiculada dentro do seu próprio corpo teórico, com que faz as amarrações metodológicas para explicar as tônicas das categorias mencionadas, a qual conhecemos como uma determinada concepção de Direito, tendo variado no tempo.

Mas, até então, essa comunicação tem se passado num plano formal. Vemos, por exemplo, os argumentos de uma dada construção dogmática, o seu tecnicismo, a identificação de sua lógica, sua hermenêutica etc.

Para que o Direito se reencontre com uma dada realidade, volte a interagir com os fatos do dia-a-dia, requer um outro nível de comunicação; trata-se de uma comunicação a nível do cotidiano, ou seja, operacional.

Contudo, o exercício da "consciência possível" na comunicação do Direito não se confunde com a consciência de cada um, aquilo

que intimamente cada um poderia reter como expectativa ou experiência, desejo ou uma simples vontade, sobre algo.

Trata-se de procurar saber quais as conseqüências, qual o impacto que causará dentro da organização social, a maneira dita refletida de se pensar o Direito. E, para isto, o sujeito da comunicação deve ser tomado com a preocupação da ilustração da pessoa que também se encontra situada remotamente, alhures, ou seja, aquela alcançada pela via mais remota e que não esteve diretamente no ponto inicial do epicentro da comunicação, mas que possui um importante papel na determinação do tipo e dos meios necessários para o recebimento das mensagens.

O que estamos dizendo ainda é que a "consciência possível", neste caso, não se confunde com o plano restrito da interpretação da lei, da norma, da qual através de uma abordagem linguística, é possível apontar críticas de vaguesa, polissemia e ambigüidade nos seus enunciados. (17)

Também não se confunde com o momento no qual as leis são elaboradas através dos parlamentares. Acreditamos que seja preciso a noção consciente de que esse "ato processual legislativo" não repercutirá somente em Brasília, nem tão somente nos centros com grande densidade populacional, mas, sobretudo, alcançará - apesar das interferências a que toda comunicação está exposta - pessoas nunca vistas e bem pouco imaginadas pelos deputados e senadores, mas que receberão, mais cedo ou mais tarde, seus efeitos em algum lugar remoto deste imenso país.

O nível de comunicação que estamos tentando especificar, ins-

tala-se às vésperas do ato de julgar, não apenas no momento do julgamento.

Apesar de algumas considerações não tratarem especificamente do ângulo da nossa questão proposta, quer seja o material oriundo das críticas lingüísticas no Direito, quer sejam as implicações detectadas no momento da elaboração das leis, essas questões corroboram, no seu devido tempo, com o nosso objetivo geral. No entanto, no momento, não só estão em segundo plano, mas também não se confundem com o problema específico de que estamos tratando, que são as implicações da relação da comunicação com a organização, tendo como marco confluyente o direito e a informação, numa rotina fora da norma.

"As vésperas do julgamento" quer dizer então, do ponto de vista estratégico, que a aplicação das leis pressupõe uma estrutura devidamente organizada, que dentro dessa estrutura trafegam informações, as quais, se não estiverem devidamente veiculadas, acabam por prejudicar o ato de julgar, e, conseqüentemente, encerram a inaplicabilidade do Direito, por falta deste nível de comunicação, mesmo que, no plano acadêmico ou teórico, como se observa, independentemente aconteça o exercício da comunicação, tomada como científica. E é justamente esse distanciamento comunicacional, costumeiramente rotulado e tomado como posicionamento incompatível entre teoria e prática, que o discurso da informatização do Direito pretende reverter.

O tratamento do conteúdo até agora dispensado no revolver da comunicação do Direito projetou uma visão bastante ampla. A nossa

intenção, por enquanto, é apenas situá-la, para podermos buscar o nosso parâmetro teórico: o qual, nesta oportunidade, é demonstrar que o Direito e a Informática Jurídica - a relação entre o Direito e a Informática - pode ser explicada, tendo como suporte teórico a Comunicação, e, por isso, é disputadora dessa ampla e visitada zona de fronteira epistemológica.

Não temos a pretensão de justificar este posicionamento somente nesta unidade de capítulo. Esta tarefa ganhará melhor forma na medida em que desenvolvermos todas as outras unidades. E, mesmo assim, não se terão esgotadas suas implicações. Porém, passemos as nossas subseqüentes considerações, agora acrescentando o ponto de interesse da Informática Jurídica, enquanto pretendente a co-habitação entre Direito e Informática via comunicação.

A Comunicação no plano do cotidiano, sob o impacto da tecnologia avançada, com suas máquinas (robô, computador, aparelhos sensitivos etc.), promove uma grande pressão, inclusive, junto às estruturas formais. Neste sentido, a Informática Jurídica, enquanto ramificação da Informática, engendra sua problematização a partir da preocupação de uma melhor condução de informações pertinentes ao Direito dentro da norma, e especificamente fora dela.

Observa-se que, no universo da comunicação do Direito, os instrumentos, técnicas e tecnologias variam do mais simples objeto constante da paisagem organizacional-física do tribunal, como as disposições de carteiras, vestimentas oficiais etc., até a idéia mais sofisticada como um programa informatizado para o controle de inquéritos e processos, espécie de "banco de dados", ou mesmo

um "banco de conhecimentos", com probabilidade de tomar certas decisões judiciais, que, sem dúvida nenhuma, ensejam análises profundas sobre a sua adequação política.

Porém esta inteiração da organização, informação e mensagens, se vistas a partir do cotidiano, não parece ser nada simples. Queremos dizer, possui uma fertilidade de angulações em seus problemas que precisa ser urgentemente apropriada e discutida.

Assim, a escala da comunicação ao nível do cotidiano, por ser o mais factual, é uma opção para uma investigação válida, seja enquanto interesse do próprio Direito, porque repercute na sua operacionalização, no sentido da busca por uma efetiva aplicação da justiça, seja do interesse específico da recém-criada Informática Jurídica, no sentido de abrir um espaço para a discussão crítica da influência tecnológica no Direito, tida como a sua própria modernização.

Em contrapartida, somente com a visão do Direito também como possuidor de uma estrutura organizacional, perpassada por modelos de organização e, conseqüentemente, de informações, é que se chegará à identificação desse campo temático, dos seus problemas específicos, os quais tentará a Informática Jurídica resolvê-los através dos seus recursos materiais e teóricos.

Em síntese, podemos dimensionar a macro visão e a micro visão do processo de comunicação do Direito.

Na macro visão, a comunicação está voltada para o plano externo, em relação à organização do mundo científico, com parâmetros possivelmente fixadores na zona fronteira de influência das

soluções-explicações frente à realidade humana, tomadas como informações epistemológicas.

A micro visão ou visão preponderantemente interna manifesta-se no espaço intra-sistêmico da comunicação do Direito, no qual se dá a passagem dos fatos do lado de fora para dentro do mundo jurídico, processual, e no cerne dessas discussões se plantam os estudos da Informática Jurídica.

Contudo, necessário ainda se faz uma distinção quanto à micro visão mencionada, sendo que, para o efeito do presente trabalho, esta se subdivide nos aspectos: formal, tido como o processo judicial, e informal, ou seja, vivencial do cotidiano, girando em torno das informações que transitam, por assim dizer, fora da norma.

É deste espaço referido por último que nos viemos ocupando em distingui-lo e do qual continuaremos a nos ocupar para melhor conhecê-lo, concentrando assim nossas investigações.

Mas, cabe esclarecer que esta visão dos macro e micro universos da comunicação científica é meramente didática, ou, como queremos, particularmente metodológica. No todo não podemos isolar sua caixa de ressonância.

BERLO, ao tratar sobre "o papel da estrutura da ciência" de um modo geral, descreve duas razões agora presentes para compreendermos e levarmos em consideração. Diz ele que "a tese ... sugerida é a de que a maioria dos métodos da ciência são lingüísticos", e, "mencionar a ciência é frisar que ela é um processo, assim como é a comunicação." (18)

O Direito não fugiria a esta visão mesmo que por exceção pu-

desse contemplar um método não lingüístico. É inegável a vinculação do Direito com a Comunicação, no mínimo por se tratar da comunicação no complexo social, como nos projeta a escala de BORDENAVE em seu último estágio.

Quanto à Informática Jurídica, se fôssemos pensar numa explicação sobre o seu método, este também seria lingüístico, ou sob a influência possivelmente preponderante da Cibernética, teria um melhor agasalhamento no contexto de um método experimental, ou ainda, simplesmente assinalaríamos tratar-se de mais uma concepção natural da zona da fronteira científica.

Enquanto não temos a resposta, faremos, como busca, algumas assinalações.

Vejamos sobre o conceito de processo.

Não menos favorável ao nosso objetivo se coloca a categoria teórica chamada "processo".

Temos que distinguir o "processo", cuja idéia básica que lhe perpassa é a continuidade, a transformação, a constância do movimento, do "processo judicial" que, como veremos, deixa a desejar no seu sentido dinâmico e renovável, muito embora, para a teorização ampla da Comunicação, tanto um quanto outro estejam fortemente relacionados.

Podemos identificar um dos lados da comunicação do Direito quando falamos "processo" na terminologia jurídica. E podemos identificar um outro lado, quando falamos no "processo" da comunicação do seu cotidiano.

Quando alguns doutrinadores chamam de Processo-de-Conhecimen-

to (jurídico) para diferenciar do Processo-de-Julgamento, ou seja, as duas fases que podem ser complementares, mas não inversamente propostas, entendemos que, através delas, dá-se o contato com a realidade na busca do esclarecimento dos fatos.

Isto ocorre mediante o conhecimento de um dado Direito, que às vezes tem-se subsumido a concepção mais fechada, como exclusivamente a um conjunto de normas que deverão ser interpretadas frente a esses fatos. Ou mais particularmente, tratando-se das leis processuais, que nada mais são do que a canalização da comunicação necessária entre os fatos, os operadores (as partes, o juiz, os serventuários etc.) e as normas vigentes, em busca da concretitude de um Direito e de uma justiça através de dados e mensagens, que em outras palavras podem ser tidos como determinadas informações e certos conhecimentos.

Mas, num momento imediatamente imanente, não pode haver o desenrolamento do processo judicial sem que o processo (sentido específico da Comunicação) não se constitua numa estrutura íntima, peculiar, devidamente planejada e organizada. Nesta fase de localização, a comunicação com a realidade do cotidiano, assume um parâmetro, poderíamos dizer, mais próximo da materialidade da comunicação, porque não mais instrumentalizado somente por meio de conceitos abstratos - no Direito -, como são as normas (sejam as leis substantivas ou adjetivas), mas por manifestações concretamente mais visuais, mais sonoras, mais palpáveis, menos confundíveis, de trajetória que vai desde o gesto do escrivão, fazendo o réu se aproximar para leitura da sentença, até o surgimento de um



construção arquitetônica para atender a finalidade de julgar - o Forum, as dependências do Tribunal, a disposição das suas salas, o trânsito dos seus corredores, suas placas de sinalização, e assim por diante.

Assim, a teoria da Comunicação perpassada pela organização e informação, funciona teoricamente como um suporte para a Informática Jurídica, mesmo a partir das mensagens do cotidiano. E é a lei de Organização Judiciária o primeiro ordenamento jurídico a ser visitado criticamente, no sentido de que não basta apenas dar as ordens para que o tribunal funcione. Nesta atualidade, tomada como mais um desafio da modernização, é preciso, além de se darem as ordens sobre o tipo de funcionamento desejado, também e com tamanho afinho verificar a sua execução, absorver e corrigir permanentemente os efeitos das distorções, antes que as ordens se diluam no silêncio do descumprimento, como aliás acontece, com muitas delas.

Apresentamos em anexo, quanto à descrição do potencial comunicativo do cotidiano, um memorial no qual se retratam os múltiplos aspectos, de alguma forma, inusitados ou não, em que se dá a dimensão da comunicação, sempre interrelacionada com a organização e a informação. Trata-se de uma descrição feita por Ruesch e Bateson, citada por BERLO, que, pela sua peculiar forma de relatar, muito bem descreve alguns dos vários níveis de comunicação que uma pessoa se depara num "dia comum", ou seja, no cotidiano. (19)

Os exemplos citados na descrição de "um dia comum" nos remetem a mais uma especificação, qual seja, a de que o próprio coti-

diano é um espaço em que transcorrem vários tipos de comunicação, mesmo quando especificado este cotidiano como o cotidiano do Direito.

Assim, o espaço da comunicação do Direito, visto como um todo, não pode ficar subsumido ao espaço da norma. Há outra rotina para efeitos de comunicação, organização e informação que apropriadamente ficará sob o estudo da Informática Jurídica, mas para que isto aconteça, temos que levar em consideração prudentemente os ensinamentos de GOLDMANN. Desta forma, nos deparamos com o nível de comunicação do Direito que transcorre no seu cotidiano, diferentemente dos níveis epistemológico (ou científico) e o formal (ou dogmático).

Retomando o enquadramento proposto por BORDENAVE, no início desta unidade, precisamos anotar ainda que toda comunicação, portanto, pressupõe a organização e a informação.

Quanto à organização, podemos compreendê-la como uma tendência prevalentemente humana, muito embora, também se saiba que os outros animais e a natureza, de uma maneira geral, possuem formas, até mesmo complexas, de se organizarem. Parece-nos que a organização do ser humano, comparada à dos outros seres, é marcada, sob o ponto de vista teórico e material, pela capacidade de produzir e escolher uma variedade de modelos de organização.

Com a variação do modelo organizacional, questão situada a nível do imaginário social, deparamo-nos com a primeira conotação da organização: trata-se do momento do conflito.

O conflito é, portanto, algo sempre presente vez que o imagi-

nário humano não está adstrito a um único modelo de organização, tal como, por exemplo, acontece quanto à organização das abelhas. Neste tipo de organização, não se discute se a rainha deixará de desempenhar o papel de rainha, para se tornar um zangão ou assumir outro posto dentro da colméia.

Um estudo apropriado se encarregaria de precisar com mais profundidade esta questão, ou seja, o porquê, mesmo com a injunção do conflito na organização, o homem conseguiu e vem conseguindo servir-se dos meios de proteção e sobrevivência. Temos presente que a idéia de conflito não acabou, uma vez que os modelos de organização permanecem múltiplos e variados.

Com esta preocupação é possível apontar dois segmentos que situam os fluxos desse conflito. Assim teríamos os grupos não formais e os grupos formais. Quanto aos grupos não formais, considerada a sua espontaneidade, tenderiam a diminuir os conflitos. Quanto aos grupos formais, havendo como característica uma menor elasticidade do fator espontaneidade, esses conflitos seriam mais enfatizados. Tomemos como exemplo o Estado, como um tipo de organização formal, e dele nenhum de nós, mesmo se quisesse, poderia escapar porque ele veio antes do nosso nascimento e, provavelmente, permanecerá depois da nossa morte.

O outro exemplo, no caso de grupo não formal, ou menos informal, é quando podemos ingressar ou não no Clube Cultural da Madrugada ou na Academia do Bairro do Céu. E isto faríamos com todo o prazer se verificássemos uma certa proporcionalidade entre nossos interesses e os objetivos daqueles grupos acadêmico-literários,

sem que, para que isso aconteça, sejamos forçados, ou seja, tenhamos que nos submeter sob a vinculação da obrigatoriedade.

É, portanto, a meta - diferentemente do conflito - que impulsiona o comportamento organizacional e solidifica a co-existência, tornando-a estruturada, vez que ela se faz presente tanto na constituição dos grupos formais quanto na dos grupos menos formais ou informais.

KAST e ROSENZWEIG afirmam o seguinte:

"Como dissemos, o comportamento é orientado para a meta. Segue-se, portanto, que a organização tem comportamento dirigido para objetivos que são mais compreendidos ou menos compreendidos, pelos seus membros. A Organização usa conhecimentos e técnicas para executar suas tarefas. Organização implica atividades estruturadas e unificadas - gente trabalhando ou cooperando entre si em relacionamentos interdependentes. A idéia de inter-relacionamento indica um sistema social. Podemos dizer, portanto, que as organizações são: (1) orientadas para uma meta, gente com uma finalidade; (2) sistemas psicossociais, gente trabalhando em grupo; (3) sistemas tecnológicos, gente usando conhecimentos e técnicas; e (4) uma unificação de atividades estruturadas, gente trabalhando junto." (20)

Do ponto de vista que nos interessa esta assinalação, ou seja, qual o sentido de organização com o qual vamos lidar, para a consecutividade da informatização no cotidiano do Direito, nos submetemos ao sentido no qual a meta está vinculada dentro de uma estrutura formal que é a organização dos Tribunais. A meta é, por-

tanto, o acesso à justiça e, o objetivo, sem dúvida, é a priorização dos julgamentos como o mais natural deles, na caracterização do Poder Judiciário.

Tomemos, do ponto de vista da Informática Jurídica, que o caminho a ser seguido é o da Informação, e os meios disponíveis para percorrer esse caminho, seja técnico ou tecnológico, poderão ser traduzidos, neste caso, como os objetivos específicos.

Comentemos, desta forma, ser a Informação o conteúdo da Comunicação.

Costumamos ouvir que a informação que interessa ao Direito deve estar dentro do processo judicial. Em outras palavras: o que está fora do processo judicial não existe para o mundo do Direito. Esta afirmativa precisa ser revertida. Ela tornou-se demasiadamente inflexível e estreita, consequência da influência positivista legalista, no momento em que esbarrou na dificuldade de promover a finalidade do Direito (soluções jurídicas) através do compromisso processual, apesar de, pelo menos, ter contribuído para manter a sustentação do discurso dos princípios, tais como: o da legalidade, da legitimidade e o da ampla defesa, dentre outros. (21)

Estes princípios, conotativamente políticos, dependem basicamente da informação e seus conteúdos. Sem a devida presteza da informação não poderemos alcançar a meta, através dos seus objetivos.

Considere-se que, a cada dia que passa, decorrente da complexidade dos interesses que se multiplicam cada vez mais, as tensões sociais reclamam uma melhor qualidade nas prestações dos serviços

públicos, sob a égide do Estado.

A partir do momento que a meta pretendida, em última análise, é a busca da resolução das tensões sociais, tendo como objetivo principal o julgamento para a necessária decisão judicial, faz-se mister reverter as distorções e insuficiências do processo judicial a partir de uma melhor compreensão do processo comunicacional.

Há casos em que o prejuízo social advém da falta de julgamento quando, por exemplo, incide a Prescrição, a Perempção e a Decadência do direito posto. Nestes casos há uma insuficiência de informação que produz a letargia jurídica. Desta feita, a informação deveria ter alcançado o endereçamento necessário, com precisão, com mensagem específica para um determinado usuário, num determinado processo judicial.

Outro exemplo a ser dado, no sentido de prejudicar a meta por falta de informação é, exatamente, quando o Estado, através de seus órgãos auxiliares, nega a informação sobre um determinado conteúdo, sobre estado de pessoas ou coisas. Havendo a sonegação dessa informação, como poderá o usuário tomar suas providências processuais para resgatar o seu estado de Direito?

A partir dessas duas situações, - embora o objetivo primordial seja o julgamento (a decisão) -, para romper o mundo enclausurado do processo judicial, e revigorar-lhe o canal das mensagens, é preciso, concomitante (a aquele), eleger com tamanha importância outros objetivos junto à tarefa da organização, que, desde então, assume o compromisso de melhor proceder no resgate de

informações que fortaleçam o Direito de se ter um direito disponível, que promova a dissolução de determinados conflitos sociais.

Embora tenhamos visto tratar-se o Direito correlacionado ao Poder Judiciário enquanto organização do tipo formal, não quer dizer com isto que devemos submeter a comunicação, organização e informação ao âmbito restrito desta formalidade, e pensarmos que, por causa disto, não possamos modificá-la, apesar de termos que nos valer da mesma estrutura, tida como profundamente formal, como é o Estado.

Trata-se de dois tipos de formalidades. A primeira é uma formalidade explícita, porque redimensionável. A segunda, implícita, porque atrelada a uma estrutura, que, por sua vez, agasalha uma super-estrutura, que não pode ser totalmente teorizada pela perspectiva isolada da comunicação científica do Direito (fronteira entre a Política e o Direito Constitucional), embora seja o Direito bastante solicitado em suas explicações, em que pese o revestimento da legalidade.

Organização e estrutura são, portanto, diferenciadas. A Organização, enquanto modelo, por suas já expostas implicações pode ser mais facilmente reelaborada, mesmo que justaposta numa estrutura solidificada como é o Estado via Poder Judiciário.

Com isto, inferimos que os conflitos comunicacionais persistirão, quer no plano da comunicação científica, quer no plano do cotidiano. Ou seja, não somos obrigados a entender o conteúdo da mensagem da organização, comunicação e informação do Direito da mesma maneira, com o mesmo propósito, e por todos ao mesmo tempo,

quanto ao modelo a ser adotado, embora, saibamos, que todos se submeterão ao formalismo da estrutura, e tenham que enfrentar a vivência do cotidiano em busca de uma meta jurídico-política, (no processo judicial), cujas mensagens às vezes não estão muito claras (no processo comunicacional).

Todavia a questão não se resume aí. Se nos afigura acrescentar que a única maneira sustentável que favoreça a possibilidade de resultados cada vez mais aproximados, na comunicação em busca de uma desejável meta, é a sua própria realimentação, o que permitirá as devidas correções, e este é, portanto, o grande desafio.

BORDENAVE nos dirá:

"Elemento importante no processo da comunicação é o fato de que ao mesmo tempo em que uma pessoa está emitindo mensagens, ela se mantém em contínuo contato perceptivo com o meio ambiente global que a envolve e, por conseguinte, a elaboração da mensagem recebe constantemente uma realimentação que pode influenciar o processo decisivamente." (22)

Neste sentido, a realimentação - no nosso plano de estudo - concentra-se na Informação, relacionando-a com as implicações do uso da tecnologia. Em outras palavras, procurar discutir sobre o conteúdo e os meios da comunicação do Direito, enquanto manifestada busca pelas condições básicas e indispensáveis para a manutenção do processo judicial e comunicacional, sob o enquadramento metodológico da Informática Jurídica.

Para tanto, fazemos distinção entre Tecnologia e Know-How, porque, se quanto à primeira categoria, a tônica é "discutir" e



"escolher", quanto à segunda, a tônica se manifesta como "saber fazer"; portanto, devem ser tratadas como duas coisas distintas. (23)

A idéia básica da comunicação, na Informática Jurídica, é procurar discutir e saber o que se quer com a tecnologização na busca da meta especificamente jurídica em via da modernização do Direito, independente da discussão preponderantemente filosófica sobre a "Modernidade" ou "Pós-Modernidade". Bem como, deixar claro, que o objetivo da Informática Jurídica não é, obviamente, ensinar os juristas a fazer Programas computadorizados ou construir computadores (o Know-How é matéria concernente à área de Processamento de Dados e à Engenharia eletrônica), mas, necessariamente, saber discuti-los e melhor aprender a conduzir tanto o processo judicial quanto o processo comunicacional a partir desses recursos.

Por outro lado, não poderíamos tomar criticamente a questão da "Informatização no Cotidiano do Direito" se não nos detivermos na especificação das informações, das mensagens, e suas implicações, o que faremos no momento apropriado, sob a assinalação da categoria "controle".

Em seguida, procuraremos estabelecer certos conhecimentos e determinadas informações, como os pressupostos através dos quais discutiremos esse tipo de informatização.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) BORDENAVE. Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência, 1983. p. 13. Para o mencionado autor, organização é "todo conjunto de partes ou elementos que de alguma maneira se relacionam e se influenciam reciprocamente".
- (2) Ibidem. p. 16.  
O autor faz um resumo do seguinte modo: "...o processo de informação, que ao nível humano chamamos de comunicação, é um processo universal, inerente à natureza de toda organização, desde a mais rudimentar - um mecanismo sem vida - até a mais complexa - a sociedade humana."
- (3) GOLDMANN. Importância do conceito de consciência possível para a comunicação, 1970. p. 39.
- (4) Idem.
- (5) Ibidem. p. 51.
- (6) Quando se fala em Comunicação, há, de um modo geral, uma tendência generalizante em achar que se trata da "imprensa" (rádio, televisão, jornal, cinema, propaganda etc.). Este aspecto, muito embora seja uma parte substancial, não abrange todo o potencial comunicativo do cotidiano. Neste sentido, é parcial o comentário da "imprensa", tanto no cotidiano do Direito quanto no Direito no cotidiano. O jornalismo, do ponto de vista que nos interessa, tem-se prestado a relatar as ocorrências enquanto fato: as ocorrências policiais. Não poderia ser de outro modo, sem se comprometer com o tratamento desses mesmos fatos, enquanto fenômeno jurídico. Isto evidencia que a Comunicação, enquanto espaço reservado à mídia, também concorre, em sua especificidade, pela disputa da fronteira epistemológica. Para tanto, Cf. RUBIM. Comunicação e capitalismo, 1988. p. 7.  
O mesmo autor, depois de situar os séculos XV, XVI e XVII como o tempo do declínio do feudalismo e a ascensão do capitalismo, detecta no centro dessas transformações os fatores da "expansão do comércio", "modificações na produção que ganha caráter mercantil", "re-surgimento das cidades" e, "o aparecimento de novas camadas e grupos sociais". Em face dessas acentuadas mudanças, infere a existência de profundas alterações, em "quantidade" e "qualidade", na teorização e prática da Comunicação. A propósito, na sua averiguação, está registrada uma inusitada passagem informativa. Referindo-se à França daquela burguesia ascendente, que para transmitir suas idéias e informações precisava "burlar" a censura, anota transcrevendo Rizzini: "o processo de remissão de D'Alembert, onde um verbete insuspeito

remetia a outro, que remetia a um terceiro e a um quarto - cada um desmentindo um pouco - até que o verbete original fosse inteiramente refutado." RUBIM, op. cit. p. 10.

Todos estes registros são de alguma forma importantes para a especificação quanto ao conhecimento científico e quanto ao cotidiano. Principalmente, para afastar toda uma conotação, criticamente falando, sobre a pseudo moralidade que pretende ver na comunicação apenas um jogo de palavras, como costumeiramente fica evidenciado no jornalismo menos independente.

- (7) FREUND. As teorias das ciências humanas, 1977. p. 11-12.  
Diz ele: "A idéia de que as ciências humanas poderiam constituir uma esfera autônoma de investigação ou que poderiam ser disciplinas com um estatuto epistemológico próprio ou uma metodologia específica é muito recente. Dificilmente se encontrará qualquer referência com escritos anteriores ao século XVII. Só se afirmou progressivamente durante o século XVIII, para se impor apenas no decurso do século XIX."  
"Até o final da Renascença, todas as ciências estavam praticamente no mesmo ponto: ausência de rigor no trabalho, investigação tacteante, resultados incertos, quando não estavam submetidas a crenças supersticiosas."  
"Sem entrar aqui num estudo pormenorizado, é desnecessário reter dois fenômenos que muito contribuíram para suscitar uma reflexão sobre a particularidade das disciplinas a que chamamos, nos nossos dias, ciências humanas. Foi, por um lado o prodigioso desenvolvimento das ciências da natureza a partir dos trabalhos de Galileu e das perspectivas novas que ofereciam; por outro, o dualismo da alma e do corpo, do espírito e da matéria, que Descartes desenvolveu na filosofia."  
"O rápido desenvolvimento das ciências da natureza a partir do século XVII provocou uma separação, na República das ciências, entre a física e as ciências do homem." (sic)
- (8) MARQUES NETO. Introdução ao estudo do direito, 1990. p. 22.  
"A epistemologia crítica surge da reflexão que os próprios cientistas estão fazendo sobre a ciência em si mesma, questionando seus pressupostos, resultados, aplicações, alcance e limites sócio-culturais. A preocupação central da epistemologia crítica reside na responsabilidade social dos cientistas e de todos aqueles que, de algum modo, aplicam os resultados das ciências."
- (9) DAVID. A cibernética e o humano, 1971. p. 25,111.
- (10) GREGORI. Cibernética social II, 1984. p. 9.
- (11) SWEETSER. Behaviorismo, In: SILVA. Dicionário de ciências sociais, 1986. p. 117.  
"C. O Behaviorismo teve consequências importantes para a sociologia e a psicologia. Por um lado, a extrema ênfase de alguns behavioristas em excluir conceitos, tais como atitudes,

motivos e valores provocou oposição considerável entre os sociólogos. R. M. MacIver foi compelido a dizer: "Incompetentes para lidar com a subjetividade da experiência, os behavioristas a eliminaram por completo. Procurando livrar-se de termos subjetivos, livraram-se do fato social, uma vez que só é fato o que é criado pela experiência e por ela conhecido."

(12) MACHADO. Matemática e realidade, 1989. p. 65.

(13) Ibidem. p. 66.

(14) Ibidem. p. 68.

(15) REALE. Filosofia do direito, 1987. p. 28.

In verbis: "Daí a íntima vinculação existente entre a Matemática e a Lógica, posta em evidência sobretudo na Filosofia contemporânea, que também correlaciona a Lógica com a teoria da linguagem".

(16) FERRAZ JÚNIOR. A ciência do direito, 1977. p. 44.

Quando, apoiado em Viehweg, assinala: "Neste sentido, o seu problema não é propriamente uma questão de verdade, mas de decidibilidade. Os enunciados da Ciência do Direito que compõem as teorias jurídicas têm, por assim dizer, natureza criptonormativa, deles decorrendo consequências programáticas de decisões, pois devem prever, em todo caso, que, com sua ajuda, uma problemática social determinada seja solucionável sem exceções perturbadoras." (sic)

Cf. também, FERRAZ JÚNIOR. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação, 1989. p. 30.

No mesmo sentido, quando diz: "Na lógica da sociedade de consumo, tudo que não serve ao processo vital é destituído de significado. Até o pensamento torna-se mero ato de prever consequências e só nessa medida é valorizado. Entende-se assim a valorização dos saberes técnicos, sobretudo quando se percebe que os instrumentos eletrônicos exercem aquela função calculadora muito melhor do que o cérebro. E no direito esta lógica da sociedade de consumo torna-o mero instrumento de atuação, de controle, de planejamento, tornando-se a ciência jurídica um verdadeiro saber tecnológico."

(17) Recentemente, em algumas universidades brasileiras, intensificou-se uma leva de críticas instrumentalizadas pela Semiótica, a partir da "noção de texto" que, conforme a profa. Diana Luz Pessoa de Barros, da Universidade de São Paulo (USP), "procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz". Cf. BARROS. Teoria da semiótica, 1990. p. 7.

No que tange ao Direito, os trabalhos decorrentes do modelo acima referido, ao nosso modo de entender, acabaram vivenciando em suas análises um reducionismo, qual seja: supervalorizaram a noção de texto do conteúdo da norma desprezando

uma série de fatos que não são estritamente linguagem, mas que compõem uma teoria mais ampla da comunicação do Direito. Ou ainda, resumiram o mundo do Direito ao jogo de significado entre langue/parole. Cf. anotações mais esclarecedoras em FERRAZ JUNIOR. Teoria da norma jurídica, 1986. p. 6-7. Ora, se por um lado, essas críticas apontaram com precisão, vagasas, ambigüidades e polissemias dos textos jurídicos, e mesmo, o caráter retórico da "certeza legal" no combate contra o dogmatismo, por outro lado, elas acabaram se diluindo num non sense filosófico, desfalcadas de uma proposta mais concreta para a construção permanente do cotidiano e da realidade (aqui e agora). Conforme John Deely, da Universidade de Dubuque (E.U.A), esses estudos estão entrincheirados na discussão de várias escolas em saberem se se trata de um método ou de um ponto de vista. Cf. DEELY, op. cit. p. 27.

- (18) BERLO. O processo da comunicação: introdução à teoria e a prática, 1985. p. 16.
- (19) Ibidem. p. 14-15. Cf. o anexo no final deste trabalho.
- (20) KAST, ROSENZWEIG. Organização um enfoque sistêmico, 1976. p. 5.
- (21) NORONHA. Direito e sistemas sociais, 1988. p. 70.  
Quando diz: "Tradicionalmente estudava-se o Direito vendo nele apenas o conjunto de normas e descurando as suas funções, ou seja, fazia-se do Direito uma análise apenas estrutural. Esta tendência para o estudo do Direito centrado apenas nas normas foi levado às últimas consequências pelo método dogmático que prevaleceu durante a era do positivismo jurídico, que reduzia o Direito a esquemas conceitualistas."
- (22) BORDENAVE. Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência, 1983. p. 23.
- (23) TAVARES, SELIGMAN. Informática, a batalha do século XXI, 1984. p. 23-24.  
Quando diz: "Uma delas vai acompanhar toda a discussão do problema da informática no Brasil: a simples questão de tradução. Expressões em inglês como "technology" e "Know-how" são traduzidas para o português como tecnologia. Como pode uma simples questão de tradução implicar problemas para um país? Não é sem sentido que os norte-americanos e ingleses utilizam expressões diversas para questões diferentes e nós as confundimos.  
"Por 'Know-how' entende-se o conjunto de conhecimentos e técnicas capazes de construir um determinado tipo de solução para um problema. Já 'technology' é a capacidade de escolher, entre os diversos materiais possíveis, aqueles que representam a opção mais adequada e econômica para o nosso caso, e

feita a escolha, decidir, entre as diversas hipóteses, qual o 'Know-how' adequado àquela construção."

## 2.2 — Três Questões Básicas

### 2.2.1 — A Memória

O enunciado desta subunidade de capítulo não faz referência à História, porque, na verdade, não se trata de um projeto de História, capaz de reconstruir uma configuração plena e sequenciada da memória, enquanto acontecimento humano.

O propósito, bem mais simples, é o de destacar pontos de referência da História da Memória, que nos sirvam de suporte para a discussão do tema, o que implica uma fragmentação dessa História.

A palavra memória, hoje, está circunstancialmente em evidência devido a sua utilização na Informática, porque forte é a expressão: "memória do computador".

A primeira questão a ser levantada é saber o que em comum a memória do computador tem a ver com a memória humana. Ou, de outra forma, saber qual a extensão do significado da memória no próprio transcorrer da História, de modo a contribuir para as mudanças sociais, e virtualmente, agora, associada ao avanço tecnológico.

O primeiro registro é o de que o estudo, ou melhor, a preocupação com a memória remonta aos gregos. Já naquele tempo, relacionada com a retórica e a oratória, a memória desempenhava um importante papel. Esta consistia numa espécie de técnica ou arte pela qual a transmissão da história, das informações, das notícias, das argumentações públicas se fazia necessária, face à escassez de ou-

tros instrumentos que pudessem registrar e gravar os acontecimentos. Tinha, portanto, a ver com o procedimento da transmissão oral com que uma boa memória representava uma virtude para a consecutividade do conhecimento a ser transmitido e reproduzido.

A memória está relacionada desde os primórdios com o esquecimento e o silêncio. Consequentemente a ausência da memória configura o patamar de uma inexplicável plenitude, algo imemorável.

COIMBRA, fazendo uma resenha do livro de Francis Yates, "The art of memory" (Pelican Book, 1976, 473p.), anota que, na Idade Média, face à perda da importância da oratória, "a memória se transfere da retórica para a ética, indo compor a virtude cardinal da prudência (memória, inteligência e previdência)." (1)

Com isto, a técnica ou arte da memória torna-se um dever moral e religioso, como descreve o citado autor, "...um meio de se lembrar dos prazeres invisíveis do céu, das promessas de salvação do purgatório e das tormentas eternas do inferno." (2)

Esta maneira de se utilizar da memória esteve associada aos dominicanos Alberto Magno e Tomás de Aquino. Porém, uma outra maneira, que poderíamos chamar de novidade, esteve presente na ordem dos franciscanos, com Ramon Lull, para quem a memória - arte ou técnica, desde os gregos, manipulada de forma artificial - consistia numa ferramenta de investigação, uma forma de encontrar a verdade, na medida em que, para ele, a memorização deveria ser das regras da arte da memória e não das intenções espirituais, consistindo numa espécie de combinação entre as causas primeiras da "dignitates dei", e tendo como símbolo as letras dos nomes divi-



nos

Podemos assinalar que, tomada como uma tradição essencialmente humanística, a memória perdeu o seu grande lugar de destaque que teve, principalmente entre os gregos, a partir da descoberta e difusão da imprensa.

Todavia, ficaria associada com a investigação científica, como, por exemplo, com Giordano Bruno, o qual inventou uma memória mágica, sistematizada e complexa, numa espécie de "alquimia da imaginação" onde "as imagens dos decanatos do zodíaco se combinavam nas casas com as imagens dos planetas". Em consequência, a "perspectiva de um universo animista, descrito magicamente por leis mágico-mecânicas, preparou a visão futura do universo descrito matematicamente pelas leis da física." (3)

A receita clássica consistia, portanto, em usar lugares e imagens na memória para se obter a integralidade de um determinado discurso.

Outras personalidades, como Francis Bacon e Descartes, não só conheciam essa técnica ou arte, como também escreveram sobre ela.

Mas é com Leibniz, nas obras "Dissertatio de arte combinatoria" e "Nova methodus discendae docendaeque jurisprudentia", que se consubstancia uma aprofundada discussão sobre a memória.

COIMBRA comenta este evento, dizendo que essa discussão da arte da memória seguia as linhas do Ad Herennium e de Aristóteles, "sugerindo o uso de imagens, as mais naturais possíveis, para apresentar as coisas - podiam ser desenhos esquemáticos ou figuras geométricas para serem usados como um alfabeto". E completa: "Le-

ibniz via os hieróglifos egípcios e os ideogramas chineses como tendo uma mesma natureza das imagens da memória."(4)

Fundamentalmente, o propósito de Leibniz, acentua COIMBRA, era o de descobrir uma matemática, pelo que o ato de pensar fosse substituído pelo ato de calcular.

O primeiro destaque a ser feito é que a memória trabalhada como arte ou técnica era praticada desde a antigüidade e hoje tem-se tornado um tema fluente em função da computação.

Contudo, suas implicações, em vários níveis, não podem ser resumidas a um mero efeito de uma repetição do tipo de ladainha, ou mesmo, como acontecia no ensino da tabuada aritmética em suas cantilenas, nem como os juristas que citavam os artigos do código como se fora uma sabatina.

Portanto, é possível distinguir do contexto mais amplo as seguintes formas de memória: a individual, a coletiva e, com uma conotação posterior, a memória artificial; todas tendo um profundo relacionamento entre si. E isto representa uma preocupação concreta.

A escolha, ou seja, a possibilidade da escolha entre os vários tipos e conteúdo das memórias, é uma das primeiras formas de controle do poder. Este acontece quando a escolha da testemunha do fato histórico recai (ou não) sobre os historiadores oficiais (comprometidos), para que registrem os acontecimentos à maneira que atenda aos interesses exclusivistas, através do acesso aos arquivos de forma dita, pelo poder, de permissiva, transformando estes em "historiadores da casa".(5)

A memória é, portanto, uma categoria essencial da História e da Política, e mesmo do interesse setorial dos outros conhecimentos. Ela, na História e na Política, se concretiza como o tipo de memória do interesse coletivo.

Como se inscreve a memória no Direito?

No Direito a memória está, na atual tendência positivista-legalista, vinculada à ética. O que são as leis criminais, senão a memória daquilo que não nos é permitido fazer? Ou, de outra forma, quanto aos regulamentos, senão a lembrança daquilo que nos é permitido fazer, da forma que fora prevista... que, se não cumpridas, sempre corresponderão a uma sanção?

O esquecimento, a não-memória, no Direito - enquanto ordenamento de leis genericamente falando -, não se configura na codificação, não pertence ao mundo jurídico. O que são a doutrina e a jurisprudência senão a memória resgatada de uma determinada forma, sobre determinados fatos, que tomados como lastro fundante, deverão ser repetidos, para serem validados pelo constante julgamento?

Questões como a "vacância da lei", a "norma em branco", esses hiatos legislativos e processuais, não se traduzem plenamente como imemoráveis. Tomam a forma de um pseudo (proposita) silêncio do legislador; muitas das vezes, induzindo o julgador ao dever-papel de preenchê-lo, conhecido na prática do direito insurgente como as sentenças que decidem divergentemente ao dispositivo da lei.

Tão forte é o papel da memória no Estado e no Direito hodiernos que uma das insatisfações do homem deste final de século é se ver constantemente sufocado pela "quase" onipotência, onipresença,

ubiquidade deles; e essa prepotência é o produto constante do acúmulo de registros, com que passam a anotar os atos antes do nascimento, em vida, e depois da morte. A lei, principalmente, é como - numa figura de estilo - o braço que alcança a todos.

Esta maneira de proceder, ou seja, quanto a substituição das decisões coletivas e colegiadas por unidades singulares, repercute de maneira grave para a delineação da memória coletiva, uma vez que, a participação da memória individual do julgador pode, mais facilmente, estar comprometida ou obliterada, na posição de "historiador da casa", como já foi dito anteriormente, fundindo-se na hora da decisão judicial.

Com isto podemos apontar, como um dos efeitos da vertente histórica e política - abrangente também ao Direito - a marginalização da memória.

Esta pode ocorrer quando, numa dada sociedade, havendo memórias concorrentes, assume a que representa o grupo oficial, privilegiando determinado discurso voltado para o interesse exclusivista, restando às demais somente a manifestação interior, a função do "não-dito", o silêncio.

A posição marginalizada da memória, nessas circunstâncias, torna-se uma manifestação subterrânea porque indizível e inconfessável: o esquecimento.

No que respeita ao efeito crítico da memória, podemos exemplificar a partir da usual expressão: "...este país não tem memória".

Explica-se: o efeito crítico da memória manifesta-se como

conteúdo dela mesma, ou seja, no próprio ato de lembrar da memória. Quer dizer, por outro lado, que o esquecimento é a ausência da memória, é a negação incidental das injunções político-históricas, é o "tenho-dito" coisa nenhuma, o discurso vazio etc.

BRECHT dizia que a burguesia, quando tirava o chapéu para adentrar a sala de espetáculos, ali no hall, também esquecia a consciência, porque preferia espetáculos que só lhes fizessem sorrir, alegrar, ou seja, espetáculos que não contivessem cenas da miséria chocante, de questionamentos, discursos de filosofia política. O gênio do teatro, assim, lembrava aos espectadores, também na hora da saída, para que, ao apanharem o chapéu e a bengala, não esquecessem de suas consciências, penduradas nos cabides da chape-laria; afinal, do que adiantaria participar de um espetáculo crítico, se toda aquela experiência ficasse valendo apenas para o espaço da sala de espetáculo?(6)

ULLMO nos dirá:

"O termo memória, num sentido restrito bem definido, aplica-se legitimamente aos computadores: trata-se de uma acumulação de estímulos passados que são colocados em reserva e permanecem à disposição de uma operação presente. A memória permite, assim, o confronto do passado e do presente e, através dele, acusa os traços permanentes ou essenciais da experiência que se reproduzem, enquanto que os traços contingentes, até mesmo por definição, modificam-se sempre. Assim, o uso sistemático da memória é um crivo que permite separar o insignificante do essencial. Daí se deduz um papel maior dos computadores que colocam à nossa disposição uma

memória organizada. Pela extensão da memória humana que eles nos trazem, ajudam-nos a rejeitar o insignificante, o superficial e o banal, e a aumentar a acuidade de nossa percepção intelectual: a percepção do significativo. Somos colocados em face das regularidades, dos acontecimentos singulares, dos sinais úteis, das estruturas subjacentes. Se quisermos comparar o resultado obtido com a ajuda que nos trazem os instrumentos, como o telescópio, que estendem a nossa percepção sensível, veremos que os computadores dão-nos uma capacidade suplementar - estendem a nossa percepção intelectual, fazem aparecer as significações."(7)

Enfim, a constante presença da memória é que nos permitirá a busca de uma "consciência possível" para a construção do cotidiano.

A memória artificial, como arte ou tecnologia, especificamente a memória dita do computador, só poderá prestar serviços ao acúmulo do conhecimento humano, se o homem tiver a preocupação de tomá-la também como pertinente ao interesse coletivo.

Em outras palavras, a memória do computador, uma memória artificial, mesmo considerando a sua fixação simbólico-lógico-matemática, não privilegia apenas a memória individual, ou seja, aquele que usa o computador. Ela pode exercer também uma importante contribuição junto à construção da memória coletiva, quando, por exemplo, serve de fator aglutinador, para o fortalecimento do tecido social, através da utilização do computador pelas instituições jurídico-políticas, como por exemplo, na Gestão Pública da Informática Jurídica.

Assim, no jogo entre o interesse da memória individual e coletiva, a memória do computador representa um corpo sem alma, ou seja, uma capacidade de memória passível de apropriação. E esta apropriação dá-se pela discussão da conveniência da tecnologia, e pela busca comercial-industrial do Know-How, o que enseja estrategicamente certo grau de dependência aos países que não detêm as necessárias informações.

Assim, podemos afirmar, que o conceito de memória arte ou técnica, ou como hoje se apresenta com os avanços da tecnologia, é uma manifestação contra a sobrecarga entrópica registrada na comunicação social, em razão do esquecimento. Sua manifestação se dá no que se refere à possibilidade de acumular os resultados das rotineiras e repetitivas tarefas com maior velocidade, mas também assume uma forma de resgatar ou reafirmar (ou não) politicamente os compromissos coletivos, num projeto mais amplo, no qual ciência e cotidiano participem em igualdade, sob a forma de uma epistemologia aplicada.

Neste sentido, as utopias se configuram como exemplos dessa constante busca da memória do homem na sua historicidade: como melhor lembrar ou como não esquecer dos seus problemas. Ou, curiosamente como acontece com a expressão PORANTIM na língua da nação Sataré-Maué (Baixo-Amazonas), que faz significativamente a relação entre remo (instrumento do trabalho diário), arma (da guerra, da sobrevivência, da conquista) e a memória.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) COIMBRA. A arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial, 1989. p. 148.
- (2) Idem.
- (3) Ibidem. p. 149.
- (4) Ibidem. p. 151.
- (5) POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio. 1989. p. 10.
- (6) Essas severas críticas, o autor as fazia no prólogo de suas peças teatrais, numa espécie de preparação, condizente com a ambiência do espetáculo. Eram empregadas de modo que, às vezes, até mesmo metaforicamente, fossem compreendidas pelo público de trabalhadores do campo, o operariado das fábricas, enfim, por todos aqueles que necessitavam de um direcionamento político na luta contra os privilégios da burguesia exploradora.
- (7) ULLMO. Os novos poderes do pensamento, 1970. p. 16.



## 2.2.2 - Utopia

Nesta subunidade de capítulo, pretendemos investigar duas questões que se nos apresentam como fundamentais para o aprofundamento deste trabalho. A primeira diz respeito a se saber quais as utopias inglesas que influenciaram o ambiente da Europa, de tal modo que a Revolução Industrial pudesse ganhar tamanho ritmo, tanto social quanto tecnológico. E a segunda questão diz respeito ao "americanismo" (capitalista), que está sendo, ao nosso ver, o momento posterior dos acontecimentos, no qual vem-se reelaborando a digestão dessas utopias, fazendo com que o atual estágio industrial e tecnológico seja uma consequência dessas influências junto à realidade dos países do Terceiro Mundo.

Enfim, procurar dizer o significado de tudo isto enquanto projeto para a compreensão da realidade sul-americana-brasileira e, em específico, demonstrar o estreitamento dessas relações com a Informática.

Conforme o Dicionário de Política de Bobbio, qualquer tentativa de definição de utopia é uma tarefa bastante complicada. Isto se deve ao fato de existir uma multiplicidade de fatores que fazem com que as idéias, "acerca de", tornem-se aproximadas. Desta forma, somente com uma prévia opção da angulação sobre o assunto é possível esclarecer, ao invés de tumultuar, na medida em que for considerado qual o aspecto que, por suas incidentais razões, deverá ser destacado, mesmo que isto importe sempre no risco de se

deixar as outras idéias aproximadas do lado de fora.

Vejamos, portanto, que não estamos em busca de aprofundar o conceito de utopia; além do que, isto representa tarefa de especialista. A pretensão é ver nelas somente o potencial de suas repercussões.

Mesmo considerando as injunções da complexidade, iniciaremos admitindo a tripartição do conjunto prevista no mencionado Dicionário, com que as utopias podem ser vistas como "meio", "fim" e "gênero".

Acrescentamos a esta tripartição uma conotação que é a da "necessidade" da utopia.

Enquanto "meio", a utopia pode ser explicada "como uma certeza para um futuro mais ou menos longínquo". Enquanto "fim", ela se expressa muito mais com a moldura literária, pela qual "ganha confiança completa na possibilidade de realizar, não importa quando, um modelo de sociedade com características tais que permitam sua apresentação alternativa em relação ao presente". Enquanto "gênero", ela privilegia alguns assuntos, como por exemplo, os costumes de uma determinada época, ou um determinado tipo de governo, tendo considerações que, ao criticar, acusa a insatisfação das condições presentes. (1)

Sem dúvida, nem sempre está límpida na utopia a sua natureza; deste modo, torna-se passível de várias interpretações.

Quanto à conotação da "necessidade", partimos da observação feita junto ao transcurso da história, em que o homem sempre esteve associado consciente ou inconscientemente às utopias. Daí a in-

dagação, muito mais do que a afirmação: a tecnologização é uma utopia necessária?

Para melhor compreendermos esta questão, retomaremos a situação da Inglaterra em relação às suas utopias, as quais serviram de ambiente propício ao advento da Revolução Industrial.

PLUM retrata o seguinte quadro: (2)

Autor	Título	Ano de publicação	Local de ação	Tema Central
More	Utopia	1516	País inexistente	República
Bacon	Nova Atlântida	1627	Ilha dos Mares do Sul	Progresso técnico
Hobbes	Leviatã	1651	Inglaterra	Contrato social
Winstanley	Lei da liberdade	1652	Inglaterra	Luta de classes
Harrington	Oceana	1656	Inglaterra	Constituição do Estado
Bellers	Colégio de trabalho	1696	Inglaterra	Reforma social através de reforma de produção
Owen	Uma nova concepção da sociedade	1816	Inglaterra	Pedagogia social e auto-ajuda

Em contato com o quadro de PLUM, podemos verificar, quanto as utopias apontadas: 1) a cronologia que elas cobrem estende-se desde o século XVI até o século XIX; 2) embora havendo uma variação nos temas dessas utopias, é possível distinguir sua concentração nos aspectos político, econômico- social e tecnológico.

De um modo geral, o citado autor nos dirá que "a imaginação

criadora desses autores e suas obras anteciparam e influenciaram as transformações profundas no âmbito da técnica e da economia, do estado e da sociedade, sendo estimulados, por sua vez, pelos acontecimentos e resultados das pesquisas científicas na Inglaterra e na Europa." (3)

Para PLUM, as utopias inglesas adquiriram, face à interferência dos primeiros utopistas ingleses em quererem influenciar "sobre seu meio" e "seu tempo", um direcionamento ao encontro dos problemas da atualidade contemporânea inglesa, daí resultando a concentração de suas temáticas.

O exercício da incursão intelectual pelas utopias é responsável em boa parte pelo amadurecimento da sociedade, no sentido de assimilar o progresso técnico engendrado num novo modelo de economia, chamado de Capitalismo, que sucedeu o regime Feudal. Isto porque nelas podem ser identificados os elementos ressonantes, conforme o memorial descritivo de cada uma delas, em anexo. (4)

A sinopse adaptada por PLUM, e utilizada neste trabalho, sobre cada utopista, nos permite verificar dois aspectos: 1) concernente às discussões sobre muitos assuntos que aparentemente são tomados como apenas incidentes nos dias de hoje, mas que, em realidade, já estavam contemplados no ambiente teórico-utópico que ensejou a deflagração em larga escala da Revolução Industrial; 2) através delas, deparamo-nos com os marcos de influência que nos informam sobre o "sonho americano" ou "americanismo", enquanto um fenômeno amplo que assola o ambiente internacional de depois da II Grande Guerra Mundial, e como nele foram contempladas as idéias

básicas para o surgimento da Cibernética.

Como esta questão se reflete?

Recortamos todo o traçado do evento propriamente dito da Revolução Industrial, projetando apenas uma síntese de ARRUDA, na qual se constata, conjuntamente em outros autores, as seguintes transformações "vitais": (5)

- a aplicação de descobrimentos científicos e de novos avanços tecnológicos industriais;
- concentração nas unidades de produção;
- expansão sem precedentes da produção em setores estratégicos;
- racionalização da estrutura da população ativa do país;
- superação das precedentes relações de produção nas cidades e nos campos;
- exasperada tendência à urbanização;
- aparecimento de grupos cada vez mais numerosos de empresários industriais de diversas extrações sociais; surgimento de uma nova classe política que assume a direção do Estado, no qual o bloco do poder é constituído por forças progressistas, tendencialmente unitárias e forças conservadoras com múltiplos interesses a nível municipal e regional; aparição da economia clássica na economia política e, sobretudo, a emergência e formação de um proletariado de massas com sua específica consciência de classe.

Em decorrência dessas "transformações vitais", indubitavelmente relacionadas com as utopias, projetou-se uma tendência de

polarização entre dois tipos básicos de interesses, que paulatinamente foram-se inscrevendo como: o público e o privado.

O interesse público fora direcionado para a construção de uma idéia política chamada Estado, e o interesse privado, por sua vez, direcionou-se no sentido da manutenção da individualidade, que deveria ser expressa em bens materiais e espirituais. A expressão máxima do bem material se concentrou na propriedade (o valor da terra nua - anteriormente, no regime feudal - e o lucro - no regime capitalista).

Porém, uma visão complementar, que precisa ficar registrada, leva em consideração o imaginário social, ou seja, de que maneira as demarcações do pensamento foram arrumadas no momento da passagem, em relação ao comportamento entre cidade e campo.

A delimitação do imaginário social junto ao regime feudal se circunscrevia ao ambiente do castelo, estendendo-se por todo o feudo, expresso nas dimensões fartas e abrangentes dos campos e das longínguas terras. A imaginação social estava atrelada a uma dimensão material extensional, o que não requeria maior poder de abstração na construção organizacional desse imaginário. Este aspecto pode ser exemplificado pelo conteúdo literário-estético dos Romances de Cavalaria, no que a "aventura" é sempre buscada em terras longínquas e distantes, momento em que se dão as batalhas contra inimigos, monstros, para a afirmação do caráter do cavaleiro, que, em última análise é o círculo da reprodução do sistema feudal.

Já no âmbito da cidade, recém-instalada na sua convivência, o

que antes era uma extensão quase que sem limites, agora, cada vez mais tem os espaços reduzidos; os limites sempre fracionados da propriedade vão se acumulando pela força da concentração desse ambiente, que é a produção/lucro da fábrica.

O modelo da imaginação social do espaço da fábrica requer uma maior complexidade na sua construção. Para isso a força da abstração tem que ser muito maior e muito mais forte por várias circunstâncias, dentre elas, a diversificação das necessidades de sobrevivência natural e social. Assim, a História vai registrar, por exemplo, mudanças no processo de relação trabalhista, que vai desde a exploração, logo no início, até alcançar uma fase mais branda, quando algumas conquistas, em fases posteriores, são normadas como direito adquirido para os trabalhadores.

Ora, no âmbito dos interesses mais coletivizados, a ficção jurídica do Estado também necessita dessa criatividade, como força da abstração do imaginário social, quando por exemplo, os filósofos sociais passam a teorizar sobre a natural ou social origem e identificação desses interesses, como em Locke, Hobbes, Rousseau, Montesquieu, Maquiavel, e outros.

Enquanto outrora a vontade pessoal do rei se confundia com a vontade política, no novo sistema econômico, ao se identificar de per si as duas entidades, uma pública e a outra privada, essas passaram a desempenhar um papel de contraposição a ser equacionada através da contraprestação entre a liberdade pública e a liberdade privada.

Esta contraposição perdura até hoje. E hoje concretamente im-

põe-se mais um elemento teórico-instrumental, no caso a Informática, que traz consigo a capacidade de superdimensionar esse espaço das relações sociais, numa versão abrangente, inclusive com a possibilidade de romper ou reafirmar ou não, por mais "mil anos", a dicotomia entre o público e o privado.

BENAKOUCHE demonstra muito bem as premissas nas quais se deu o surgimento da Informática, em "boa hora", face às "circunstâncias culturais" propícias, por um lado, e por outro, pela necessidade da economia capitalista diante dos "limites naturais" do mercado de expansão e dos recursos naturais propriamente ditos, cujo sentido é, conseqüentemente, "restaurar a economia para salvaguardar as estruturas sócio-políticas que, de outro modo, poderiam ser destruídas." (6).

Então, na medida em que o grau de abstração vai aumentando, retoma o mesmo sentido de complexidade com que a organização assume este desafio. E já foi dito que, quanto mais aumenta o nível de organização de um modo geral, com maior precisão trafegam informações que assumem uma grande importância, das quais a sociedade acaba dependente em doses ideológicas, expressas como o "Poder da Razão" ou a "Razão do Poder", numa constante prospecção das memórias.

Em que pese a importância da discussão sobre o que tem significado o conceito "bens materiais" e "bens espirituais", nos concentraremos no aspecto da individualidade e, mais precisamente, no da privacidade, em que se buscará, cotejando a expressão ecológica "bens imprescindíveis", formar um conjunto de garantias tomadas



como direitos, que são conquistas políticas sustentadoras da condição humana, a qual precisa de proteção em vários setores, sendo um deles o próprio setor jurídico.

Primeiramente, registra-se que a idéia sobre a intimidade, a privacidade, o segredo de estado gravita junto a uma massa de informações, identificadas a partir da especificação de cada setor ou segmento, proporcionando um contínuo conflito de interesses. E esses acontecimentos, apesar de já terem tido algumas considerações teóricas anteriores, retomam o aprofundamento das suas significações, a partir exatamente de um novo quadro projetado como consequência da Revolução Industrial permanente, o que alguns chamam de pós-revolução industrial, o que não vem ao caso enquanto apenas nomenclatura.

Registramos de antemão que por "bens espirituais" não se compreende apenas a fé religiosa, mesmo incluída esta; o sentido ocupa todas as aspirações que tentam diferenciar o homem pela sua própria natureza, trespassada pela racionalidade, ou seja, a inscrição de determinados "bens culturais", oriundos da própria civilização, que, em última análise, transformaram-se em Direitos Universais. Estes direitos, embora transcendentes a cada mortal, não podem ser tomados como eternos, dispensando a prática das lutas político-sociais.

Para chegarmos às confluências desses "bens" que hoje ornamentam o pensamento moderno, necessário se faz compreender o "americanismo" numa perspectiva de um projeto ocidental.

Num primeiro momento, é preciso certificar que o "americanis-

mo" é uma decorrência do quadro de utopias inglesas.

Historicamente afirma-se que a independência dos Estados Unidos da América (1776), embora estivesse fundamentalmente motivada por uma ideologia política de "libertação/soberania" forte, o mesmo não aconteceria, em termos de ruptura cultural, no que concerne ao quadro que se configurava naquele momento.

Sabe-se que a colonização da América do Norte foi concreta no sentido de ter recebido, com a leva dos imigrantes europeus, destacadamente os ingleses, todo um processo de cultura. Esta incidência perpassava a religião, o trabalho, a propriedade, a educação, o indivíduo, a moral, o sexo, e tudo isto estava profundamente enfeixado no papel do racionalismo, como um modelo de utopia. Poder-se-ia acreditar em tudo, tudo poderia ser feito, haveria lugar para todos, desde que o indivíduo acreditasse em si mesmo, com uma atitude prática na construção do ideal e da vida americana.

Esse racionalismo toma sua forma doutrinária com a teoria de Taylor, quanto à visão de administrar a produção industrial. Numa versão pouco mais sofisticada, posteriormente com a de Fayol, e as duas se encontram no "Fordismo". (7)

O estrangulamento da economia capitalista, para o autor do "Choque Informático", teve como marco histórico o início do século XIX, visto que, a partir deste, encerrou-se a conquista de espaços não capitalistas, além do que vertiginosamente os recursos naturais entraram em declínio, com uma maior aceleração no esgotamento do que o previsto pelo relatório do Clube de Roma.

Com isto houve a necessidade de redimensionar, novamente, o

espaço de abstração básico das relações sociais, que são as relações de produção.

De tal maneira, tomada essa atual tendência como possuidora de uma potencialidade invejável, se afigura que, mesmo tendo-se esgotado o espaço imaginário da relação transcorrida na fábrica, como acontecera com o espaço imaginário da relação feudal, o computador ou o chips passa a ser o novo espaço redimensionado, porém cada vez mais reduzido, embora seja aumentada a pontencialidade no sentido de ensejar um maior grau de sofisticada abstração.

E neste momento e nessas circunstâncias, cabe a inconsútil assinalação de que *small is beautiful*, tal qual o exemplo seguido como palavra de ordem na construção realizada pela Engenharia Eletrônica.

Porém a gestão da miniaturização não está isenta de controvérsias, as quais são carreadas no próprio corpo do "americanismo", agora como um fenômeno supranacional.

Numa outra perspectiva do Quadro das utopias, é possível se ver também com que tamanhas implicações acontece a transladação do conservadorismo do Velho para o Novo Mundo.

Em o "Espelho de Próspero", MORSE argumenta o "diagnóstico histórico" da América em Hartz, para quem as sociedades européias de ultramar são enfáticas "no conservadorismo de suas políticas", muito embora, mesmo parecendo um contrasenso, as sociedades desse Novo Mundo permitiram o "desdobramento de potencialidades que o Velho Mundo nega." (8)

"Com isso as novas sociedades passarão a assumir - Hartz su-

gere com certo otimismo e um sentido de missão ecumênica que parece extrair da experiência dos Estados Unidos - todas as implicações do empreendimento ocidental." (9)

MORSE acentua que para Zea, filósofo mexicano, esse não concordaria com o diagnóstico histórico de Hartz, nem tampouco com o prognóstico ecumênico. E anota que o dilema da América espanhola foi precisamente que não conseguiu se apropriar de uma 'realidade' desse tipo.

Em seguida infere:

"Pois Zea e Hartz estão de acordo num ponto: que existe um 'projeto' histórico ocidental que vem seguindo seu curso há séculos, passando por uma cadeia de formulações logicamente intervinculadas de veriedade ênfase filosófica e científica. Para qualquer momento e lugar é possível demonstrar que partes interessadas invocam elementos desse 'projeto' de maneira pragmática para justificar de fato ordenamentos de poder, autoridade e status. Porém, como as idéias e os jogos mentais têm vida própria, estão sempre escapando das limitações do contexto político. Por exemplo: a "razão de Estado" de Maquiavel perde sua primitiva função de instrumento conceitual para a construção do Estado e converte-se em propriedade de "grupos de interesse" que não só desafiam o aparato estatal como podem até planejar o seu desmantelamento. Ou então: os direitos privados à liberdade e à propriedade, outrora apresentados como baluartes dos interesses 'burgueses', são consagrados como direitos inatos universais. Ou, por fim: a tensão hegeliana entre a imprevisível circunstância social e uma Idéia desencarnada

será a inspiração marxista para destronar a idéia e racionalizar a circunstância social. Todos esses são desdobramentos dialéticos, precisamente no sentido de Hegel."(10)

Bem a propósito, outras assinalações são importantes, para que se continue transcrevendo que:

"A consciência e a virtude covertedem-se em interesse particular; a ciência, na sua versão popular, coverte-se em utilitarismo, e assim por diante."(11)

"Tudo isso tem a ver com as civilizações da América. Pois os ingleses compraram o pacote 'moderno', convertendo-se talvez nos mais 'modernos' dos europeus, a despeito, ou devido ao fato, de terem evitado a elegância racionalista francesa e a metafísica compensatória alemã."(12)

As assinalações de MORSE nos dão conta de que, se ele detecta num primeiro momento duas implicações no Novo Mundo (américa espanhola e américa inglesa, ou anglo-saxônica), num segundo momento do desdobramento das injunções das utopias, há toda uma expectativa niveladora, no sentido de ter reaproximado as mesmas aspirações de "progresso", "bem-estar", "desenvolvimento", "liberdade", "paz" etc.

LYOTARD identificará essa reaproximação de aspirações como a "Alternativa Moderna", caracterizando a natureza do vínculo social já agora dimensionada pela Cibernética, enfaticamente depois da II Guerra Mundial.(13)

Temos, portanto, com as utopias inglesas e com o "americanismo", as idéias e os instrumentos para a empreitada de se tentar

conseguir aquilo que os utopistas, de uma forma ou de outra, talvez sem ter uma precisa consciência, endereçaram para o Novo Mundo.

YOUSSEF e FERNANDEZ, referindo-se ao surgimento da sociedade industrial, sob o favorecimento da máquina de WATT (1769 - associação do vapor, como fonte de energia), dirão com precisão: "O interessante aqui é notar que a introdução de uma nova tecnologia veio causar grandes transformações no contexto social e que este novo contexto veio desencadear o aparecimento de novas tecnologias." (14)

E qual é a repercussão do "americanismo" no Terceiro Mundo, no qual se inclui o Brasil?

Aceita a noção de "bens espirituais" consubstanciada nas declarações dos Direitos Humanos, como uma parcela mínima e essencial para conservação da liberdade, contraposta com as experiências da escravidão do homem pelo homem; ou, em outras palavras, mantido o ideal de dignidade pelas injunções da horizontal semelhança da espécie, a ressonância do quadro das utopias inglesas e do "americanismo" chegam aos países do Terceiro Mundo, no que respeita aos seus enfoques fundamentais, com uma carga de pressão ideológica capaz de, paradoxalmente, fragilizar a emancipação do subdesenvolvimento, continuar o convívio da miséria e da fome, em desacordo com as aspirações e os propósitos dos utopistas, muito embora o discurso oficial - das autoridades políticas ou científicas - muitas vezes tenha sido de um calculado (inocente?) otimismo.

Fenômenos como o Imperialismo e o Totalitarismo descarregam seus efeitos distorcivos, que se refletem em específico na economia-política, gerando o conflito da dependência externa dos interesses nacionais.

Muito embora não tomemos o fator econômico como uma força do determinismo, ressaltamos ser uma "carga a mais", com uma pressão social de primeiro plano da qual não se pode fugir, ou seja, não é apropriado criticamente deixar de enfrentar a sua perspicuidade. E mais ainda, rigorosamente se faz presente constantemente no revolvimento de todas as outras questões, acentuando sua maior ou menor profundidade de implicações.

Ora, se há uma profunda expectativa junto ao projeto ocidental de achar soluções com os avanços da tecnologia, e de não provocar a violentação da natureza mater, sem dúvida que isto não acontecerá como uma dádiva - por assim dizer - caída dos céus, ou, resolutamente, concebida numa única e mágica utopia.

Resta, na perspectiva das ressonâncias utópicas, o desafio de construir a realidade, especificamente cotidiana, na medida em que possamos conduzir os nossos destinos, dentro de uma pretendida transparência das informações, mas que sabemos antecipadamente estarem sob a pressão dos argumentos políticos e históricos.

A Informática é um desses possíveis caminhos que, ao ser proposto, deve ser largamente discutido, sem os vexames de fazer de seus postulados uma proposta meramente mecanicista e dogmatizada. E esta expectativa crítica é fundamental, tanto para os países do Terceiro Mundo quanto ao projeto ocidental, que não só transcorre

no Continente americano, porém cada vez mais alastra-se pelos Continentes afora.



Notas bibliográficas e explicativas

- (1) MAFFEY. Utopia. In: BOBBIO. Dicionário de política, 1986. p. 1284-1290.
- (2) PLUM. Utopias inglesas, modelos de cooperação social e tecnológica, 1979. p. 47.
- (3) Idem.
- (4) Ibidem. p. 48-61. Cf. o anexo no final deste trabalho.
- (5) ARRUDA. A revolução industrial, 1988. p. 86.
- (6) BENAKOUCHE. O choque informático, 1985. p. 7-18.
- (7) Ibidem. p. 13.  
Quando diz: "O uso do procedimento racional de organização - que, mais tarde, Taylor sistematizou teoricamente - não visa a outro objetivo senão ganhar tempo. No entanto, a economia de tempo só tem sentido do ponto de vista econômico, ou seja, em termos de ganho de dinheiro. Este último tornou-se então, no capitalismo - se é preciso dizê-lo -, um fim em si mesmo."
- (8) MORSE. O espelho de próspero: cultura e idéias nas américas, 1988. p. 23-24.
- (9) Idem.
- (10) Ibidem. p. 25.
- (11) Ibidem. p. 27.
- (12) Ibidem. p. 28-29.
- (13) LYOTARD. O pós-moderno, 1988. p. 20.
- (14) YOUSSEF, FERNANDEZ. Informática e sociedade, 1985. p. 8.

### 2.2.3 — Simbiose?

Nesta subunidade pretendemos discutir a relação dos dois pólos da questão: o homem e a máquina. E, conseqüentemente, procurar fazer alguma avaliação sob a rubrica de simbiose.

No Dicionário Comum da Língua Portuguesa, a palavra simbiose é tida como um substantivo feminino, cujo sentido, relacionado à Biologia, quer dizer: "Associação de dois seres vivos, como ocorre no caso dos líquens que são simbioses de fungos (ascomicetes ou basidiomicetes) recíprocos; (p.us.) vida em comum." (1)

Nosso primeiro problema é saber se pode haver a simbiose entre o homem e a máquina, uma vez que, notadamente, os dois pertencem a categorias diferentes, ou seja, um biologicamente tomado como ser vivo, o outro materialmente tomado como ser inanimado.

Trata-se de uma questão importante, que não se impõe apenas como um mero diletantismo futurista.

Por trás de toda essa discussão, existe uma grande preocupação, tal qual uma "página do terror", que estaria retratando a perda paulatina da nossa condição de ser livre, sensível, transformando-nos em escravos de uma engenhosa máquina.

Vários são os romances-ficção que procuram alertar para o efeito dessa degradação. Em parte, acompanhamos esse tipo de preocupação. Mas, por outro lado, verificamos que esse momento fatal não se dará de maneira abrupta, como se, de um dia para outro, as malhas estivessem cerradas, para o bote final.

A nossa preocupação está voltada para a maneira gradativa, quase sempre envolta em simulações, com que os acontecimentos vão nos enleando. De tal forma que, a cada investida, muitas são as oferecidas comodidades, utilidades, vantagens, que nos oferecem as invenções dessa tecnologia, fazendo com que pouco percebamos da imensurável consequência advinda.

A preocupação, então, como diremos figurativamente, não é um único monstro mitológico de sete cabeças, mas uma luta desafiadora e permanente, que todos nos devemos enfrentar sem desespero de causa, mas com um profundo senso crítico, buscando evitar, se possível, a tragédia do caminho.

Muito se tem dito que esta nova odisséia já começou. Não começou somente com a máquina, mas, ao mesmo tempo, começou com determinadas idéias e determinadas máquinas. E hoje falamos de Cibernética, e, mais especificamente, de Informática; que é parte daqueles estudos voltados exclusivamente para a informação-comunicação.

Constata-se, na maioria dos autores que tratam do assunto, que a palavra Cibernética já se encontrava em Platão, quatro séculos antes de Cristo, no sentido de "pilotagem", "comando" e "controle", como responsável pela "condução do barco", "das gentes" e "das idéias".

Há o registro, também, de que, em 1834, Ampère retomou a expressão de Platão para designar "o estudo dos meios de governo", referindo-se novamente aos aspectos da condução, controle e comando, relacionando-os à área de estudos da Ciência Política.

Curiosamente, afirma D'AZEVEDO, o termo é encontrado na língua eclesiástica, com qual qualifica "a ciência da organização da igreja". (2)

Assinala este último autor citado que, "geralmente mencionada apenas como curiosidade pelos estudiosos do assunto, entende particularmente que tal ocorrência é de excepcional importância e valor, pois acena pela primeira vez à necessidade organizacional para o comando e controle. Mesmo que fosse inconsciente o relacionamento, é de significação marcante o fato de ter sido escolhido termo idêntico para qualificar comando e controle, de uma parte, e organização de outra, em épocas tão distintas e áreas tão alheias entre si." (3)

O triplice aspecto projetado pelas idéias de Platão, Ampère, e da Igreja, forma o conteúdo político inicial da expressão Cibernética.

Mas foi WIENER quem, pela primeira vez, emprestou ao termo um significado que abrangeria ao mesmo tempo a idéia de organismo vivo e a máquina. Assegurou ele que não pretendia dizer que os processos - físicos, químicos, e espirituais - específicos da vida, fossem iguais aos da máquina; simplesmente "ambos podem exemplificar localmente processos anti-entrópicos, que talvez possam ser exemplificados de muitas outras maneiras que, naturalmente, não chamaremos nem de biológicas nem de mecânicas". (4)

Estava, portanto, lançada a discussão, a qual está longe de ser esgotada, pelo menos, no transcorrer deste final de século XX. E mais: a Cibernética assume o destaque científico, quicá a preva-

lência sobre as demais questões; ou, ainda de outra forma: quase todas as questões, hoje, transitam em seu derredor, tomando-a como um vetor de extrema importância.

WIENER concebia que a sociedade "só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que disponha." (5)

Assim, os processos anti-entrópicos comungariam das mensagens passadas entre "o homem e as máquinas", entre "as máquinas e o homem", e entre "a máquina e a máquina", no desempenho da importância desse papel. (6)

Como foi observado, a preocupação básica é com o entropismo, decorrente da idéia de um universo "contigente" em relação aos seus eventos, ao invés da concepção corrente no século XVIII (com Newton), cujas explicações pelas leis físicas eram tomadas como totalizantes, ou seja, que pudessem explicar um único universo por inteiro.

O efeito entrópico, que para WIENER não poderia ser resumido apenas a um único "sistema fechado", toma o sentido de que empurra as "verdades deterministas" para a condição de possível certeza das probabilidades, o que ele chamou de "esmagadora probabilidade". (7)

Isto acarretou mudanças, porquanto, "num mundo probabilístico, não mais lidamos com quantidades e afirmações que digam respeito a um universo específico e real como um todo, mas, em vez disso, formulamos perguntas que podem ter respostas num grande número de universos similares." (8)

Assim, o citado autor, baseado nas contribuições de Gibbs, anota que, com o aumento da quantidade dos mundos (sinônimo de universo, sistema), as respostas que pudessem ser dadas tornar-se-iam mais prováveis, e essa probabilidade aumentaria cada vez mais, à medida que o universo envelhecesse, pelo que "a medida de tal probabilidade se denomina entropia, e a tendência característica da entropia é a de aumentar." (9)

E arremata:

"Conforme aumenta a entropia, o universo, e todos os sistemas fechados do universo, tendem naturalmente a se deteriorar e a perder a nitidez, a passar de um estado de mínima a outro de máxima probabilidade; de um estado de organização e diferenciação, em que existem formas e distinções, a um estado de caos e mesmice. No universo de Gibbs, a ordem é menos provável e o caos o mais provável. Todavia, enquanto o universo como um todo, se de fato existe um universo íntegro, tende a deteriorar-se, existem enclaves locais cuja direção parece ser o oposto à do universo em geral e nos quais há uma tendência limitada e temporária ao incremento da organização. A vida encontra seu habitat em alguns desses enclaves. Foi com esse ponto de vista em seu âmago que a nova ciência da Cibernética principiou a desenvolver-se." (10)

Pierre de Latil (citado por D'AZEVEDO) entende a Cibernética como o estudo das máquinas automáticas e dos seres vivos, naquilo que eles possuem de "sistemas autogovernados", acentuando assim o conceito de realimentação, autocorreção, "feedback", como o que de mais fundamental existe no estudo da cibernética. (11)

Louis Couffignal (também citado por D'AZEVEDO) "considera, como área pertencente à cibernética, a que estuda a arte de assegurar a eficiência da ação. Indica assim a necessidade do controle e do comando dos eventos de um processo de forma a assegurar um fim desejado. Dá preferência à ordenação e organicidade dos elementos de um processo, a ponto de fazer com que informação/ação/reação sejam realizadas da melhor e da mais controlada forma possível, para atingir os objetivos e fins a que se propõem."(12)

D'AZEVEDO, considerando as citações transcritas, projeta fundamentalmente que "a cibernética se configura como a ciência ou a arte do comando e do controle de um processo organizado, com capacidade de autocorreção e realimentação próprias, que lhe imprimem o máximo de eficiência."(13)

TENÓRIO, uma das personalidades nacionais mais entusiasmada com o sucesso da relação entre Cibernética e Direito, tentando definir a Cibernética, cunhou a seguinte imagem: "Se o homem falhou em imitar o voo das aves, foi, no entanto, através do estudo da forma das suas asas que chegou a acumular conhecimento suficiente para construir e ir sucessivamente aperfeiçoando uma 'máquina voadora'. Contudo, apesar das semelhanças, jamais se confundiu o objeto com o ser vivo. Apenas a similitude do processo permitiu ao homem projetar e construir máquinas que, ao final, passaram a 'voar mais alto, mais depressa e mais longe do que qualquer pássaro'."(14)

E acrescenta:

"A Cibernética é um neologismo feliz, com o qual Norbert Wiener batizou, em obra, o objeto do conhecimento voltado ao estudo da teoria de todo o campo de controle, seja na máquina ou seja no animal" (1948)." (sic)(15)

IIZUKA nos relata que "o computador, a bomba atômica e a alta tecnologia são os mais refinados filhos tecnológicos da última Grande Guerra, cuja paternidade não é fácil de ser definida."(16)

Precisando a década de 20, afirma ter havido pesquisas que visavam construir uma máquina que processasse informações em alta velocidade.

Considera a seguinte cronologia: em 1938, os alemães desenvolveram o Enigma, "que era uma máquina para cifrar as comunicações das forças nazistas de Adolf Hitler e que conseguiu criar 22 milhões de combinações diferentes". O serviço secreto inglês, em contrapartida, encarregou Turing para que construísse uma decodificadora para o Enigma, surgindo então o Ultra. Nos meados da década de 40, John von Newmann, utilizando-se de uma máquina para cálculos de balística - o ENIAC -, de origem americana, incorporou a ela "o conceito de programa armazenado". Na década de 50, os americanos, depois de terem instalado uma rede de Message Switching semi-automatizada, que consistia no encaminhamento de mensagens interligando os principais centros, esbarraram com as falhas humanas que congestionavam o tráfego. Então construíram o AUTODIN, que passou a fazer "a interpretação e redirecionamento das mensagens". Nesta mesma época, o sistema SAGE vinculado a Força Aérea Americana passava a monitorar o tráfego aéreo, operando em" tempo



real", ou seja, os eventos eram registrados pelos computadores no exato momento em que ocorriam. Por volta de 1961, o sistema SABRE, de interesse da aviação civil, operava em "tempo real" no procedimento para reservas de passagens. (17)

Como resultado dos registros acima, chegamos ao momento de especificar a máquina chamada computador, como a personagem central da Informática, criada que fora através dos princípios idealizados pela Cibernética, a qual, dia a dia, vem ocupando lugar de destaque no cotidiano. Todavia a Cibernética não se restringe apenas ao invento do computador; seguem-se outros inventos e estudos noutros ramos, como o da Robótica, entre os mais destacados, o qual veio fazer frente aos reclamos da produção em série na indústria.

A partir de agora, vamos nos concentrar no sentido da Informática, como já dissemos, tendo o computador como personagem central, deixando à margem as outras invenções. Isto porque a Informática converge sua atenção para os problemas específicos da complexidade da "comunicação humana", ou seja: o computador, como um recurso da mais avançada tecnologia, dispondo da capacidade de processamento veloz e potencialidade de precisão, projetado a partir do conceito de "absoluta probabilidade", como foi visto, não é só um instrumento em si, mas, necessariamente, traduz o potencial de uma teoria.

Os avanços da Informática podem ser detectados pela projecção das diferenças conceituais entre: "banco de dados", "banco de conhecimentos", "sistemas especialistas", "inteligência artificial",

e, finalmente, a "simbiose".

Outros autores, como o professor MELO, do Departamento de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), adota a divisão entre banco de dados convencionais e não convencionais. (18)

Inicialmente registra-se que o computador se nutre do universo das informações que transitam na comunicação humana, e, como quer WIENER, também entre as máquinas, e entre os homens e as máquinas.

Por outro lado, seria impossível registrar todas as informações numa única operação. Assim, impõe-se a necessidade de configurar o tipo de informação que interessa a um determinado sistema. Feito isto, automaticamente se tem a especificação de um banco de informações. Este banco de informações, caracterizou-se, numa primeira fase, como "banco de dados".

O banco de dados é, portanto, o armazenamento de determinadas informações entendidas como necessárias para a organização de um contexto. Por exemplo, quando se quer informatizar um receitaário para fazer bolo, as informações necessárias serão sobre: o tipo de bolo desejado, a especificação do material a ser utilizado, o procedimento da preparação da massa, a indicação do tempo de cozimento, a temperatura ideal do resfriamento etc. Sem dúvida, neste contexto não teria significação a inclusão do horário de voo da escala Manaus - Miami, mas pode fazer sentido, eventualmente, uma informação sobre as calorias, ou se é ou não recomendável para o consumo de diabéticos.

A limitação do banco de dados é que as informações armazenadas, veiculadas no sistema, ao serem deslocadas do tempo real (da realidade) para dentro do sistema informatizado, perdem o ritmo de sua evolução. Por assim dizer, tornam-se congeladas, incidindo um constante distanciamento entre a realidade do lado de fora do sistema e a realidade informacional do banco. Os problemas oriundos dessa interface, denomina-se de "problemas do In put".

Assim, esses dados tenderiam a sofrer uma constante desatualização, ensejando uma copiosa realimentação, seja mecanizada ou não.

Outra consequência desta limitação é que, a partir dessas congeladas informações, jamais se alcançará conhecimentos progressivos, mesmo mantendo a contextualização exemplificada com o receitaário de bolo. Isto porque o esquema lógico da arrumação deste tipo de banco, satisfaz sua configuração com o tipo de lógica simples, ou seja, restritiva, de causa e efeito: afirmativa - se isto, então aquilo; negativa - se não isto, então não aquilo.

A necessidade de um "banco de conhecimentos", estágio mais avançado no armazenamento das informações, fez com que se evoluísse da lógica simples, formal, restritiva, para um jogo de alternativas, levando em conta o lado estrutural e comportamental da representação das informações, visando a uma maior aproximação com o tempo real.

Isto vem sendo possível com o tratamento mais acurado com que as informações passaram a ser submetidas, no momento da sua introdução no banco do sistema. Anteriormente, dispensava-se um trata-

mento monolítico à informação, como por exemplo, a operação das calculadoras. Agora há a necessidade de um desdobramento, uma decomposição de cada informação junto ao contexto, a tal ponto de a decomposta informação apresentar significados válidos, alternativos, em cada núcleo do sistema. Por exemplo, se (a), não (b): então, para (c) sim; para (d), não. Os núcleos - sim - e - não - receberam informações válidas, alternativamente.

E, mais recentemente, como anota a professora MENDES da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há o esforço para substituir a "abordagem simbolista" do conhecimento pela abordagem "conexionista". (19)

Estamos a caminho daquilo que, sob suspeita de uma mero jogo de palavras para uns, ou de efetividade para outros, resolveu-se chamar de Inteligência artificial (Ia).

MINSK, escrevendo sobre o assunto em 1976, já apontava várias experiências no sentido de se construir uma programação que pudessem ser tomada como uma realização neste campo. O importante na descrição dessas experiências, é a sua anotação inicial sobre esta possibilidade de inteligência, do ponto de vista da máquina, ao dizer: "Descreverei aqui alguns programas que capacitam o computador a se comportar em termos que a todos nós provavelmente pareceriam denotar inteligência". (20)

No seu propósito, nos intrigam os termos "provavelmente" e "pareceriam" denotar inteligência. Ou seja, revela propositadamente uma certa imprecisão do próprio conceito de Ia.

Por certo, falar de Ia requer que se estabeleça alguns marcos

iniciais, para a consecução da idéia. Assim, instigantes são as anotações de THIOLENT:

"Estamos na expectativa, sobretudo quando certos centros de pesquisa em IA, colaborando no projeto de computador de 5a. geração, divulgam que este será capaz de processar a linguagem natural, "dialogar" com o usuário da linguagem do dia-a-dia, compreender situações, elaborar diagnósticos, fazer inferências lógicas na base de uma informação incompleta ou vaga, aprender conceitos abstratos e outros tipos de operações cognitivas que pareceriam estar exclusivamente ao alcance do ser humano inteligente. O projeto de computação de 5a. geração elaborado no Japão (1) [nota do autor] a partir de 1982, reanima todas as antigas discussões filosóficas acerca das máquinas que, além de calcular, seriam capazes de "pensar", "raciocinar", "aprender", "dialogar" e outras propriedades antropomórficas que sempre fascinam a imaginação popular." (21)

Em seguida, THIOLENT aponta uma delimitação, ou o que chamamos de marco inicial:

"O objetivo atribuído aos aparelhos dotados de inteligência artificial não consiste em "entender" qualquer proposição em todas as circunstâncias possíveis. Em particular, o objetivo dos sistemas peritos é limitado à resolução de problemas ou à formação de diagnósticos em áreas de conhecimento muito especializadas, nas quais, apesar da delimitação, as bases de conhecimento são muito grandes e os sistemas de inferências muito complexos." (22)

Esta delimitação do universo informatizável, seu aprofundamento, leva à concepção de Sistemas Especialistas.

Contudo, para ser alcançado o estágio que alguns autores chamam de Bancos de Dados Não Convencionais, foi preciso transpor o problema denominado de dois mundos: o lado externo, ambiente natural e entrópico das informações; e o lado interno do processamento, a caixa preta, a conformação do sistema. Assim, o problema estaria centrado no momento da passagem, na ponte de comunicação, cujo tratamento é traumatizante e requer conscientes cuidados, sem o que, ao extrair-se a informação, anula-se a plenitude das suas sensibilidades. E essa passagem não se dá apenas uma vez, mas com permanente realimentação.

Assim, de tamanha importância revelam-se a zona periférica e os aparelhos que servirão de absorvedores da realidade, os quais devem ser construídos com tamanha sensibilidade, igual a informações a serem recolhidas. E a tendência leva às pesquisas sobre as redes neuronais.

Trata-se, portanto, da busca dos limites mais amplos que, para a professora MENDES, manifesta-se no sentido de que "a proximidade com a matemática, pura e aplicada, e com as engenharias, principalmente eletro e eletrônica, já é algo muito familiar. Mas, agora, necessita-se de aproximação maior com a neurobiologia, mecânica estatística, psicologia cognitiva, para citar algumas disciplinas, que, para certas áreas da comunidade de informática, pareciam muito afastadas." (23)

E apresenta três importantes considerações, que passamos a transcrever:

"Primeiro, as redes neuronais são modelos extremamente sim-

plificados do cérebro animal e estão muito longe de pretender se aproximar de sua complexidade. Segundo, as tarefas que se conseguem realizar com este modelo são ainda muito simples e devem ser consideradas como um caminho promissor. Terceiro, acredito que realmente não signifique uma "revolução" no sentido em que toda a computação fundamentada na abordagem simbolista do conhecimento venha a ser substituída pela abordagem "conexionista". (24)

Complementarmente, anota-se, ainda, que a busca de uma programação que refletisse uma Ia se centraria na observação preliminar de que, nos modelos anteriores, desprezava-se o erro através de uma avaliação estática; ou seja, o tipo de informação momentaneamente fora da contextualização lógica pretendida. Foi, então, a partir da incorporação do erro, como um elemento a mais, que se fez possível a elaboração de programas capazes de aprenderem com seus próprios erros. Assim, "quando a máquina é programada para aprender a agir como resultado do que aprendeu, poderá continuar a aprender mecanicamente até, nesse processo de tomada de decisões, tornar-se superior aos seres humanos que a criaram." (25)

Mas este predicado não é suficiente; haveria a necessidade de, num determinado momento, por suas próprias regras, o computador escolher entre esta ou aquela tentativa, para tentar, em seguida, cada vez mais: o que implica numa idéia de sensibilidade igual ao sistema nervoso biológico.

Assim, a simbiose seria, no plano de um sistema ideal, a interdependência das funções da máquina e do homem, de acordo com as suas respectivas habilidades. A tendência para a interdependência,

se vista atualmente a realidade de uma forma ampla, é inegável, seja no cotidiano, seja em situações não comuns, como por exemplo, quando é lançado um novo satélite de comunicação na órbita da Terra.

Neste momento, pode ser reafirmado, como posicionamento, que se tratando da "intervenção humana em determinados pontos de operações do processamento, ou tomada de decisões, mostra que certas operações ainda são muito difíceis ou por demais dispendiosas para programar. Por outro lado, o pensamento humano inteligente e o uso habilidoso de um computador em tempo-real constituem uma combinação muito poderosa." (26)

Finalmente, nos valem das anotações de MINSKY, quando acen-tua ser razoável que, com uma boa dose de explicações, uma deter-minada pessoa, não se sinta convencida da possibilidade das máqui-nas serem inteligentes. O que lhe parece irrazoável, porém, é acreditar que as máquinas possam se tornar inteligentes como nós e depois se deterem, ou supor que nós seremos sempre capazes de com-petir com elas em engenho e sabedoria. E acrescenta, quanto a is-so: "quer retenhamos ou não esse poder, a natureza de nossas ati-vidades e aspirações seria profundamente mudada pela presença na terra de seres intelectualmente superiores." (27)

Os mais naturalistas, sem dúvida, abominam a idéia de simbio-se entre homem e máquina. Até o momento das nossas investigações, nada encontramos, de modo afirmativo e claro, que pudesse haver um processo avançado de simbiose, a não ser no espaço da ficção. Dou-tra forma é inegável a grande rede de tecnologias que nos cercam.



Assim, criticar a simbiótica é uma discussão com uma carga política bastante acentuada frente à utopia, que remonta aos gregos, em desejar que as máquinas possam solucionar todas as tramas humanas. (28)

Enquanto se mantiver acesa a chama dessa discussão, os sinais dos tempos ainda serão os mesmos, doutra forma, estaremos no começo de uma outra História.

Por enquanto, é possível destacar, por exemplo, a tecnologia (ou mais precisamente o computador) como uma prótese do homem.

O que são os óculos senão uma prótese para a visão que se avariou; o que é a dentadura senão uma prótese para a parte bucal que se avariou. Os óculos e as dentaduras hoje são tão intimamente comuns à pessoa debilitada dos órgãos naturais, que se tornaria quase impossível viver sem eles, tendo em vista uma série de razões, que vão desde a argumentação estética até a utilidade propriamente dita de poder voltar a ver corretamente, e a ter com que triturar os alimentos para uma mais saudável digestão.

O computador, como exemplo de uma prótese, estaria sem dúvida voltada para a função cerebral, mais especificamente, para a função da memória, como já vimos no início deste capítulo. Tem a função e o fim de suplementar a necessidade de lembrar organizadamente de determinadas coisas, num determinado espaço, em um determinado tempo, e isto é o exercício do poder frente ao caos.

Saber a razão de precisarmos deste tipo de prótese, ou a razão de este tipo de prótese estar servindo basicamente ao atendimento às grandes somas do capitalismo, que a tudo cingiu com seus

cifrões, é tão criticamente oneroso quanto verificar que somente alguns nobres romanos, senão dentre eles o próprio César, tivesse usado um tipo de lente de aumento para assistir aos espetáculos circenses nas grandes distâncias dos anfiteatros.

O que estamos colocando, com estes exemplos, são dois parâmetros, que poderiam ser expressos pela justificativa da "necessidade especial" e da "necessidade arbitrária". Trata-se de uma necessidade especial quando depende parte de nossa vitalidade do artefato-tecnológico. É uma necessidade arbitrária quando o artefato tecnológico apenas contribui na medida do mais que necessário, acima do comum. Como vimos, a diferenciação é verificável através do seu grau de dependência: no primeiro exemplo parece-nos que há uma profunda dependência; no segundo, diríamos que a dependência é meramente superficial. Mas esta verificação é muito pouco provável de ser medida porque se dilui na diversificação com que a própria utilidade do computador vem se disseminando, e este é o potencial de sua sofisticação.

Reconhecemos que a idéia de "prótese" para a explicação do computador é tecnologicamente limitada, que não corresponde a seu potencial, dentro do quadro geral da complexidade social. Todavia, se diminuirmos o foco de enquadramento, para apenas fixar o das necessidades jurídicas, não há porque se falar em simbiose, e, desta forma, a idéia de prótese nos parece suficiente, desde que se analisem as conseqüências advindas desse contato de primeiro grau.

Verifica-se, nos estudos antropológicos, que o homem sempre

dependeu de uma determinada técnica, e, num estágio mais avançado, de uma determinada tecnologia.

Para MESQUITA, o homem, em constante interação com as forças da natureza, teve que se valer de meios e fins para aproveitar dessas forças em seu próprio serviço e benefício. (29)

Assim, a manifestação de sua inteligência fora a sua habilidade em conseguir através de instrumentos cada vez mais sofisticados, a realização da necessidade buscada.

O homem, deste modo, revela-se como técnico, o que possibilitou, entre tantos progressos, o da escrita, a qual revelaria o domínio interior das suas atitudes e dos seus pensamentos, com a possibilidade de intercomunicação. Desta forma, fez com que aumentasse a resistência contra as hostilidades dos outros concorrentes frente à mesma natureza.

MESQUITA propõe ainda não ter sido apenas no sentido material que o homem tivesse imprimido a sua técnica. "Parece que o espírito humano, ao contato desses elementos de supremacia sobre a natureza, criava interiormente, curiosidades, necessidades e dúvidas sobre a vida como fenômeno que independia de suas técnicas, mas às quais se ligava de maneira intrínseca." (30)

Com estas assinalações, deparamo-nos, neste capítulo, com o questionamento basilar, manifestado com a seguinte indagação: o computador é um artefato tecnológico imprescindível e capaz de garantir as necessidades do exercício do cotidiano do Direito?

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) FERREIRA. Pequeno dicionário da língua portuguesa, 1969. p. 1113: Simbiose.
- (2) D'AZEVEDO. Cibernética e vida, 1972. p. 10.
- (3) Idem.
- (4) WIENER. Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos, 1978. p. 32.
- (5) Ibidem. p. 16.
- (6) Idem.
- (7) Ibidem. p. 14.  
Quando diz na nota de rodapé: "Há aqueles que se mostram céticos quanto à precisa identidade entre entropia e desorganização biológica. Ser-me-á necessário avaliar tais críticas mais cedo ou mais tarde; no entanto, por ora, devo admitir que as diferenças residem, não na natureza fundamental dessas quantidades, mas nos sistemas em que são observadas. Seria demais esperar uma definição terminante e precisa de entropia acerca da qual todos concordassem em algo menos que o sistema fechado, isolado".
- (8) Ibidem. p. 13.
- (9) Ibidem. p. 14.
- (10) Idem.
- (11) D'AZEVEDO. Cibernética e vida, 1972. p. 11.
- (12) Idem.
- (13) Ibidem. p. 11-12.
- (14) TENÓRIO. Direito e cibernética, 1975. p. 16-17.
- (15) Idem.
- (16) IIZUKA. Ligação micro-mainframe, 1987. p. 13.
- (17) Ibidem. p. 13-14.
- (18) MELO. Bancos de dados não convencionais, 1989. p. 58.
- (19) MENDES. Limites mais amplos, 1989. p. 50.

- (20) MINSKY. Inteligência artificial, 1977. p. 151.
- (21) THIOLLENT. Filosofia wittgensteiniana e epistemologia da inteligência artificial, 1989 p. 7
- (22) Idem.
- (23) MENDES. Limites mais amplos, 1989. p. 50.
- (24) Idem.
- (25) MARTIN, NORMAN. Computador, sociedade e desenvolvimento, 1973. p. 46.
- (26) Ibidem. p. 47.
- (27) MINSKY. Inteligência artificial, 1977. p. 160.
- (28) ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. 1989. p. 4426 : Eurípi-des 4.
- (29) MESQUITA. A técnica, o homem e a vida social, 1978. p. 11.
- (30) Ibidem. p. 15.

## 2.3 — A Especificidade da Informática Jurídica

Pretendemos, nesta abordagem, fazer algumas considerações que apontem os caminhos do relacionamento entre Direito e Informática.

No plano do primeiro subtítulo, trataremos do compromisso com a interdisciplinaridade. No plano do segundo subtítulo, refletiremos sobre a possibilidade do tratamento de uma lógica e de uma linguagem adequadas ao processamento eletrônico aplicado ao Direito.

### 2.3.1 — Compromisso com a Interdisciplinaridade

A grosso modo, o que se tem visto, sob a rubrica deste título, destina-se ao conhecimento do senso comum. Refere-se à idéia de que o microcomputador deve fazer parte da mesa do advogado, do promotor de justiça, do juiz, do professor, do aluno, do escrivão, servindo para consultas sobre datas de audiências, controle das demandas processuais e, quando muito, para redação dos textos das petições, certidões, sentenças, pareceres etc., ou na elaboração de quadros estatísticos daquilo que pode ser contabilizado no conteúdo da tarefa da justiça.

Assim, tem-se criticamente a primeira impressão de que, tão sofisticada proposta dos ciberneticistas, junto ao Direito, estaria estranhamente reduzida, transparecendo que a aplicação da justiça pudesse ser resumida, ou igualar-se, a um mero controle de

estoque de casa comercial.

Estas breves anotações têm servido para caracterizar o usuário brasileiro de pequeno porte, também conhecido como usuário doméstico do microcomputador - PC, Personal Computer.

Do outro lado se coloca a experiência dos órgãos administrativos do governo, as grandes empresas públicas, com empreitadas mais ousadas, utilizando computadores mais potentes, conhecidos como Mainframe, em condições de absorver o alto custo desses grandes projetos.

Mesmo assim, tanto um quanto o outro usuário, de um modo geral, não conseguiu um estágio superior de processamento que correspondesse, de certa forma, ao alcance da expressão Informática Jurídica, amparada por uma teorização comunicacional ampla e crítica, mesmo que programas e operações complexas manipulem enormes bancos de dados, como por exemplo, o Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, citado dentre os mais conhecidos.

Acreditamos que o desempenho da Informática junto ao Direito, no Brasil, enquanto explicação teórica desta relação, no que se refere a experiências da gestão pública, esteja, na atualidade, vivendo um período de instabilidade, produzida pelas dificuldades decorrentes de várias ordens, destacando-se, entre elas, a própria Política Nacional de Informática (P.N.I.), a qual está estreitamente vinculada com os aspectos econômicos da produção de tecnologias, o que dificulta o caminho da consciente modernização dos setores públicos institucionais.

Outro nível de anotações preliminares diz respeito - embora

não se apresente de maneira explícita - a uma leva de questionamentos específicos do campo do Direito, que talvez possam ser, de maneira simplificada, assim expressos: Existem informações unívocas no Direito? Quais são? Onde e como elas ocorrem?

Como diria ELMI: "O problema da informática jurídica consiste em verificar quais as partes do direito que são 'informaticizáveis', quer como construção do sistema, quer como aplicação do sistema, e quais os segmentos do raciocínio e do processo decisional do jurista que são redutíveis logicamente e, portanto, algoritmizáveis." (1)

Estas perguntas não podem ficar sem respostas. Não havendo resposta, não poderemos falar em Informática Jurídica.

Entretanto, a dificuldade que se apresenta não é a falta de respostas, porém, a sua variedade, consubstanciada por velhos problemas ideológicos.

A primeira dúvida que se apresenta nessa relação (Direito e Cibernética) toma o feitio de uma discussão pela preponderância dos princípios teóricos, ou seja: quais os princípios que prevalecerão, se os do Direito, ou se os da Cibernética.

Como se vê, trata-se de uma questão situada numa zona de fronteira epistemológica, cuja discussão requer um estudo de exclusiva profundidade. Este aspecto pode ser anotado como de uma permanente insatisfação com o comportamento teórico, originário tanto do Direito quanto da Cibernética.

É do nosso posicionamento que não poderia haver estudos de Informática Jurídica sem uma ampla teoria da Comunicação. Neste



caso, assumimos, conscientemente, o Direito, com determinados problemas de comunicação, no sentido de nivelar esses questionamentos, para efeito do presente trabalho.

Uma segunda dúvida revela-se, em consequência do que foi anteriormente colocado, quanto à denominação da disciplina. Entre as mais conhecidas, inscreve-se a Juscibernética, a Informática Jurídica, e, para outros, ainda, mesmo que remotamente, a denominação de Jurimetria.

Não se trata de uma escolha aleatória. Cada uma dessas denominações enfatiza determinado contexto, ou seja, certo grau de prevalência, ora com postulados de uma Cibernética mais positivista, ora mais crítica, por um lado; ou do outro, no que se refere ao Direito, os posicionamentos privilegiam a forma de direito jurisprudencial ou de direito legislativo. Como exemplo de direito jurisprudencial, tem-se a linha adotada pelo direito anglo-saxão; e como exemplo de direito legislativo, o direito pátrio. Para alguns, todavia, identificam o direito pátrio como misto.

Ainda é possível reconhecer a existência de um direito idealista do tipo kantiano-kelseniano, com sua positivação axiomatizada, do tipo norma fundamental e transcendental, ou de um direito mais dialético, em cujas premissas se busca não só o controle social, mas, de certa forma, também a viabilização da transformação do ethos social, às vezes com argumentos não muito peculiares à configuração jurídica estrita - caso isto possa ser considerado uma crítica no todo procedente.

Entendemos que, tanto a Cibernética quanto o Direito, não po-

dem ser vistos de maneira mecanicista e dogmática. Por conseguinte, optamos pelo uso do termo Informática Jurídica, considerando, sem demasiado entusiasmo, que os postulados da Cibernética e do Direito, pelo viés do exercício crítico, podem trazer resultados práticos.

Assim, passamos a entender por Informática Jurídica a possibilidade de o Direito utilizar-se das tecnologias, sem que isto represente simplesmente uma questão de moda, evitando o atropelamento das investigações que substancialmente incidem nos permanentes dilemas do conhecimento, tangenciados pela Filosofia, mesmo que essa seja a do Direito.

Destacamos desse entendimento: i) a preservação do nível epistemológico do Direito; ii) a teorização que possa informar a interdisciplinaridade e possivelmente o alcance da transdisciplinaridade das ciências envolvidas, reunindo-as numa só aplicabilidade; iii) a estruturação interna da nova disciplina, no que respeita a divisão de conteúdo, como sendo os problemas específicos dos quais se deve ocupar, podendo ser esboçada da seguinte maneira: a) quanto à comunicação e organização do Direito enquanto estrutura material do poder e enquanto subjetivação do decidir; b) quanto aos institutos, às normas, que dão apoio à construção do ordenamento jurídico pertinente; c) quanto às técnicas e tecnologias que servirão de suporte e instrumentalização e; d) quanto à pedagogia da transmissão e operacionalização desses conhecimentos.

Exemplificando a letra (a) - enquanto estrutura material do poder -, tomemos a idéia de que todo direito só se aplica tendo

como suporte uma estrutura material, correspondendo ao nível de organização estabelecida. Um desses níveis de organização é o Poder Judiciário, cuja estrutura material leva em conta a rede de fóruns e todos os apetrechos que são utilizados para a tarefa de julgar. O problema, portanto, é que o espaço físico dos tribunais, principalmente das grandes metrópoles, assemelha-se a verdadeiros labirintos, uma cidade dentro da outra, no qual as pessoas, de um modo geral, pouco sabem como se movimentarem em busca de suas necessárias informações. Isto se deve à inexistência de espaço adequado, seja pelo uso de uma simbologia direcional (mensagens) já esquecida e desgastada pelo imaginário da atualidade -, por exemplo "o latinismo", mais que descuidadamente ainda em vigor -, seja, de um modo geral, pela dimensão da própria complexidade estrutural-burocrática com que se planta o serviço público. Enquanto subjetivação do decidir, teríamos o estágio mais sofisticado da Informática Jurídica.

Exemplificando a letra (b) - institutos e normas que dão apoio à construção do ordenamento jurídico pertinente - manifesta-se na forma de se saber qual é a natureza jurídica do direito autoral dos programas para computador; qual é a natureza da responsabilidade jurídica pela guarda dos bancos de dados que servem ao interesse público; qual a natureza jurídica da responsabilidade do Estado, quando mantém informações acerca do cidadão, que possam ferir o direito à privacidade e liberdade individual; e outras. Consequentemente, o estudo do conteúdo hermenêutico dos dispositivos dessas normas.

Exemplificando a letra (c) - técnicas e tecnologias que servirão de suporte e instrumentalização - temos a possibilidade dos estudos sobre a escolha das tecnologias a serem utilizadas nos projetos de modernização institucional.

Quanto à exemplificação da letra (d), - pedagogia da transmissão e operacionalização desses conhecimentos traduzidos pela Informática Jurídica - em forma de conteúdo, entendemos, compreender-se nela, especificamente, de que maneira o jurista aprenderá e se comportará com esses novos conhecimentos. E, mais: quais seriam os melhores rumos, e a seguida contribuição do Direito para com a Política Nacional de Informática (P.N.I.), a serem tomados.

Desta forma, pretendemos que, no quadro exposto, estejam todas as implicações relacionadas, configurando-se como o tema dos estudos da Informática Jurídica.

Assim, o compromisso teórico da Informática Jurídica, ao que nos parece, não poderá ficar resumido, nem neutralizado, por uma possível supremacia das injunções eletrônicas, sem que se discutam as devidas repercussões na vida cotidiana das tarefas da aplicação da justiça. O Direito, nessas circunstâncias, intensifica sua função regulamentadora, limitando o uso de determinadas tecnologias.

Quanto ao papel do computador, este assume uma dimensão teórica, a qual transcende a noção de mero instrumento, para também representar "o papel de ator", conforme a definição de OETTINGER.(2)

Vejamos algumas experiências já concretizadas, oriundas da informatização de alguns setores que, de alguma forma, mantêm es-

treita relação com a tarefa da justiça, demonstrarem que a informatização jurídica se localizou, embrionariamente, na parte estrutural-material da organização judiciária.

Essas experiências recentes, de 80 para cá, conduzidas por órgãos públicos nacionais, como tribunais, ministérios públicos, secretarias de segurança, sistemas penitenciário e outros, visam, a grosso modo, controlar rotinas de documentação, fornecendo informações automáticas, no que respeita às diversas fases de sua tramitação.

A configuração dos bancos de dados desses órgãos está direcionada, de um modo geral, para a vertente das grandes áreas de atuação, em cujas especialidades, como a criminal e a civil, ensejam uma sistematização específica das suas rotinas, quer dizer, de acordo com a real necessidade dos problemas que se apresentam.

Nelas, fundamentalmente, distinguimos duas ordens de interesse: i) a que diz respeito à documentação em si; e ii) a que diz respeito às partes interessadas. No que respeita à documentação em si (inquéritos, processos, certidões etc.), trata-se de um cadastramento dos eventos do procedimento, em função dos prazos, da tipologia e dos níveis hierárquicos. No que respeita às partes interessadas, trata-se de um cadastramento de dados pessoais e do interesse objetivado, na condição processual de sujeito ativo ou passivo perante a administração da justiça.

Deste modo, ELMI nos dirá, quanto à aplicação da Informática no Direito, que ela se manifesta em dois distintos grupos, quais sejam: "as documentais que visam recolher, seleccionar e organizar

os dados jurídicos (textos normativos, decisões jurisprudenciais, bibliografia etc.) e fornecer informações como resposta aos usuários", e "as metadocumentais ou processuais ou decisoriais, que visam superar o aspecto meramente informativo, ou seja, reproduzir automaticamente as atividades do jurista, fornecer pareceres, consulta e decisões, dando soluções de problemas e não documentação sobre problemas". (3)

Para ele ainda:

"O conjunto de tais aplicações é chamado hoje, de maneira bastante conhecida, de informática jurídica. Não sei se podemos falar, a propósito, de uma disciplina autônoma ou pelos menos de ciência. Mas certamente que poderemos dizer que a informática é sem dúvida nenhuma, o ponto de encontro ou de sutura entre várias ciências, como são a ciência da documentação ou da informação, a matemática, a lógica, a lingüística e obviamente o direito, quer como objeto de documentação, quer como ciência e teoria jurídica, e a informática como ciência de elaboração eletrônica dos dados." (4)

As idéias de ELMI, como foi visto, e com as quais nos perfilhamos, são bastante atualizadas. Sem dúvida que ele concebe o papel do computador não somente como um mero instrumento, mas também como "papel de ator", ou seja, de maneira que os princípios da Cibernética continuem em jogo.

Todavia, ele restringe a concepção de informação ao momento inicial da informatização jurídica, quando no nosso entendimento, ainda continua sendo informação, mesmo que com revestimentos mais

sofisticados, chamados de científicos; que fazem parte da comunicação científica, os serviços mais avançados do processamento eletrônico na área do Direito.

A relação Direito e Cibernética, portanto, na medida em que vai-se traduzindo em especificidades, demonstra a possibilidade de estudos sob o viés de diferentes modalidades de recorte. Vejamos os seguintes exemplos:

O ilustre professor MARTINO, do Instituto da Documentação Jurídica do Conselho Nacional de Pesquisa de Florença - Itália (1985), fez o seguinte balanço da evolução da Informática Jurídica no plano internacional, estabelecendo que "agora" era possível conceber uma Informática Jurídica Documentária; uma Informática Jurídica de Administração; uma Informática Jurídica de Decisões; e uma Informática Jurídica Analítica e Ensino Informatizado do Direito.(5)

Tomemos, num outro exemplo, a perspectiva política-constitucional, no que se refere à organização dos poderes constituídos. Poderíamos visualizar um recorte de estudos da Informática Jurídica direcionada, específica e particularmente, para a contextualização do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, como exemplos de grandes núcleos de potencial e peculiar interesse.

Uma outra maneira de conceber o recorte é, por exemplo, estudar a Informática Jurídica tendo como potencial um determinado ramo do Direito, por exemplo o Direito Criminal. Neste caso, a contribuição da informatização seria no sentido de procurar soluções

para as causas e conseqüências do alto índice de criminalidade, esta que, hoje, se expressa numa trajetória evolutiva: crime avulso, crime organizado e crime informatizado.

Sem dúvida, o mesmo interesse estará despertado para os outros ramos, tais como: o direito Administrativo, o Ecológico, o Tributário, dentre os fortemente promissores. Mas, cada um desses núcleos são verdadeiros universos, cujo tratamento não poderia ser idêntico na rotina de suas preocupações, ou, mais especificamente, quanto aos programas a serem informatizados.

Ainda, outro exemplo, seria o estudo da informatização das fases processuais, dos procedimentos, das ações judiciais.

Chegamos, portanto, no momento de se saber se o Direito é um grande sistema, visto em si mesmo com toda a amplitude sobre a qual já nos reportamos, ou, se, de outra maneira, trata-se de um subsistema na configuração do universo social. E esta tarefa não é apenas de uma mera escolha, porque existem profundas implicações entre uma e outra.

A grande maioria dos teóricos o toma como um subsistema e a dificuldade que se apresenta é explicar o relacionamento com o grande sistema, sem que, com isto, muitas informações não sejam perdidas e atropeladas do ponto de vista da comunicação científica.

Com efeito, um dos traços mais característicos do "pensamento ocidental" é a busca da sistematização. Todos os povos, desde os gregos, transformaram a idéia de caos numa cosmovisão ou cosmogonia. O postulado cibernético toma a categoria sistema, como uma



delimitação e possível identificação dos vários universos. A idéia de sistema não pressupõe, a nosso ver, um hermetismo. Nos posicionamos, quanto a ela, considerando apenas a força da probabilidade na explicação dos elementos, conjuntos ou não, capazes de interagirem num determinado espaço, ao mesmo tempo correspondente a todos.

Ora, a idéia do Direito como um sistema, se tomado, ao revés, como fechado, implicaria a responsabilidade de sustentar uma certa arbitrariedade. A sua autonomia, frente ao homem, tornaria este, apenas mais um elemento integrante, equivalente aos outros elementos e sem possibilidade de distinção. E esta visão causa violentos impactos para os humanistas.

Desta forma, porque o Ser não se resume aos pressupostos da ficção jurídica, a autonomia do Direito, enquanto possível configuração de um sistema, não se pode confundir, politicamente, como uma supraentidade. Com isto, evitaríamos as críticas, já havidas contra determinadas visões do Direito, que lhe apontam a incidência desse incongruente determinismo mecanicista.

Por outro lado, tido como um subsistema, incorre o trespassamento de injunções de diversas ordens, como por exemplo, e principalmente, dos elementos da ordem econômica, pelo que aquilo que pareceria na configuração elementos identificadores e isomórficos cede lugar gradativamente ou não aos elementos dissociativos e contrastantes.

Mas, sobretudo, "se considerarmos que as normas jurídicas não são auto-aplicáveis, ou auto-sancionáveis, poderemos avançar no

grau de concretização da estrutura do Direito, distinguindo nela uma estrutura institucional ou organizacional, e uma estrutura normativa. A estrutura organizacional seria constituída pelos corpos sociais, ou instituições, reunindo pessoas e recursos materiais, para atuarem na realização das finalidades específicas do Direito; a parte componente mais característica dessa estrutura seria a própria organização judiciária, mas não é possível esquecer a classe dos advogados, os registros públicos, a polícia, a administração pública em geral etc. Por seu turno, a estrutura normativa seria constituída pelas próprias normas, consideradas em si mesmas". (6)

Desta forma, colocada a questão, temos a idéia presente de que o Direito, enquanto uma multiplicidade de fatores, é tomado como um subsistema do sistema social. Contudo, quando apresenta apenas seus específicos interesses, principalmente quando se refere a sua estrutura organizacional e operacional, apresenta a configuração de um sistema isolado, identificado por problemas ou conjunto de problemas que exclusivamente lhe dizem respeito.

Num momento anterior desta subunidade, fora anotado o questionamento sobre quais os princípios que prevaleceriam, se os do Direito, seja qualquer um tipo sustentável por uma determinada ideologia, ou se os da Cibernética, compreendidos, estes, mais ou menos ainda vinculados com as idéias de WIENER, conhecido como um dos pioneiros dessa teorização.

Depois de termos feito algumas colocações sobre a relação Direito e Cibernética, tentando construir um sentido que pudesse ser

agasalhado pela expressão Informática Jurídica, cujos exemplos foram coletados, necessariamente, na prática, chegamos, por oportuno, no momento de analisar a concepção do principal autor ciberneticista.

Dessa concepção, podemos extrair, com maior estabilidade, o contraponto para a inevitável batalha epistemológica.

Vejamos os primeiros registros, localizados.

As poucas páginas dedicadas ao assunto, denominada "Lei e Comunicação", na obra "Cibernética e sociedade", é de um profundo densamento, e que, por isso, oferece registros de primeiríssimo interesse.

A nosso ver, o que mais nos chamou a atenção foi o momento em que o citado autor ressen-te-se da própria entropia circunstancial da lei, destacando-a, portanto, dos demais elementos interativos sociais, e passando a formular a questão pertinente de maneira que:

"O primeiro dever da lei, quaisquer que sejam o segundo e o terceiro, é o de saber o que deseja. O primeiro dever do legislador ou juiz é o de fazer formulações claras, isentas de ambigüidade, que não apenas os especialistas, mas também o homem comum da época, interpretarão de uma - e de uma só - maneira. A técnica de interpretação de julgamentos passados deve ser de tal espécie que o advogado saiba não apenas o que o tribunal disse, como até mesmo, com grande probabilidade, o que o tribunal irá dizer. Dessarte, os problemas da lei podem ser considerados problemas de comunicação e cibernética - vale dizer, problemas de controle sistemá-

tico e reiterável de certas situações críticas." (7)

Ora, uma das críticas mais frequentes à Cibernetica é a inclinação dos seus postulados de se direcionarem na busca de uma quanto mais possível "pureza" ou purificação em tudo aquilo que toca.

Em "América", BAUDRILLARD, assim descreve circunstancialmente:

"...Tudo recensear, tudo armazenar, tudo memorizar."

"....."

"Os mórmons de Salt Lake City, que fazem o recenseamento de todas as almas conhecidas das regiões civilizadas (brancos) em seus computadores, não fazem outra coisa senão o que é feito continuamente, por toda a parte, pelo conjunto de americanos, com sua alma de missionário."

"....."

"Não é por acaso que os mórmons são os detentores da maior empresa de informática e computadorização do mundo: o recenseamento de vinte gerações de almas que vivem em todos os países do mundo, recenseamento que vale como novo batismo e promessa de salvação. A evangelização tornou-se uma missão de mutantes; de extra-terrestres e se ela assim progrediu (?) [indagação do autor] foi graças a todas as técnicas mais recentes de estocagem de memórias, e se isso é possível é graças ao puritanismo profundo da informática, disciplina altamente calvinista e presbiteriana, herdeira da rigidez universal e científica das técnicas de salvação." (8)

Acusando a informática de "puritana", BOUDRILLARD nos lembra

umas tantas críticas também já feitas à "Teoria Pura do Direito" de Kelsen. Será que se trata da mesma pureza metodológica? Temos como entendimento, numo plano inicial, que não. Mas, ao reverso, enquanto acontecimento vivenciado no cotidiano.

WIENER sempre apostou na interdisciplinaridade enquanto elaborava a teoria da Cibernética. E isto é flagrante em várias passagens dos seus estudos.

A "Teoria Pura do Direito", por sua vez, em que pese ser um marco histórico na formulação "moderna" da episteme jurídica, - embora, como sabemos, seja um legado do "positivismo científico comteano", ou seja: o determinismo de um idealismo científico - manteve-se num quadro de explicações hermético, fazendo do Direito um sistema isolado, pseudamente autônomo, diante da configuração social global.

Mas, ambas as teorizações tiveram uma preocupação em comum, que, na palavra do ciberneticista, diz-se como uma possível superação da carga entrópica. No Direito, a preocupação havida por Kelsen foi para com a possibilidade de o Direito ter, às expensas de suas próprias argumentações, afastadas as injunções das argumentações estranhas, uma identidade científica permanente, porque só assim ficaria assegurado o papel da norma, enquanto enunciadora de uma ordem e de uma sanção postas num determinado arcabouço jurídico. Entretanto, a mesma ordem de preocupação acabou direcionando tais intelectuais por caminhos diversos.

Inferimos que a ambigüidade da argumentação jurídica, criticada por Kelsen, não se daria especificamente no contexto lingüís-

tico da norma, mas, necessariamente, no contexto da sua argumentação científica, o que, para ele, permitiria evitar criticamente as estranhas injunções.

Quando WIENER requer "...uma - e de uma só..." interpretação da lei, tanto da parte do especialista quanto da parte do homem comum, ele o faz tendo em vista a preponderância do postulado da Cibernética, que mantém uma luta constante contra as trevas da entropia ou complexidade da comunicação humana, sem se preocupar com uma possível visão mais ou menos axiomatizada da parte do Direito.

Podemos inferir, ainda, ter havido - consciente ou inconscientemente - da parte dele, o conhecimento da limitação no que concerne à experimentação das suas idéias, operacionalizadas pelos recursos da memória da máquina. Desta forma, o que ela chama de "problemas de controle sistemático e reiterável de certas situações críticas" possui, ao nosso entender, uma dimensão limitada, e não significa toda e qualquer situação jurídica.

É certo que não podemos evitar cem por cento das ambigüidades, polissemias, e entropias. O que pode ser feito é diminuir, até mesmo em grande escala, a sua incidência.

O papel do computador no Direito assume esta possibilidade de melhorar a comunicação das argumentações jurídicas, de controlar seus procedimentos, de viabilizar pela objetividade o fluxo de suas rotinas. Não nos parece que, mesmo com a injunção dos postulados da Cibernética, as questões do Direito pudessem se dar por resolvidas. Assim, mesmo que o Direito seja compreendido e aplicado com exatidão pelos seus agentes, é uma tarefa que não diz res-

peito exclusivamente aos juizes, advogados, promotores, ou professores do direito, porque transcende o saber jurídico e se instala num todo muito maior, onde pontificam outros tipos de agentes e de idéias.

Parece-nos, portanto, que WIENER quis envergar os interesses de pensar o Direito frente à forma de construir o pensamento cibernético, no momento inicial de sua teorização.

Assumimos, portanto, neste momento, mais um posicionamento, que se refere à proposta de uma estabilidade epistemológica entre Direito e Cibernética. Quer dizer, a Informática Jurídica, enquanto espaço dessa co-habitação, não deve, sob pretexto de modernização do Direito, deixar de lado os conflitos iminentes da esfera social como um todo. Da mesma forma, não significa, que sob a bandeira de um romântico humanismo, sejam alijados os recursos tecnológicos das propostas das reformas jurídicas necessárias.

WIENER faz uma distinção oportuna de se registrar, a qual, de certa forma, complementa o nosso raciocínio, quando diz que o "ruído" (a carga da entropia) pode ser encarado como um fator "nocivo" porque perturbador das comunicações humanas. Isto não significa que ele quer que o seja, justificadamente, também, das malevolidades, através das quais possam alguns alcançar proveitos inescrupulosos. Assim, fazer vista grossa para o problema da entropia é uma malevolidade, tanto quanto, destinar as máquinas, que lhe diminuem o efeito, para sustentação de idéias pouco democráticas.

Portanto, temos também que ressaltar o entendimento de inter-

disciplinaridade, que passa a significar, efetivamente, uma interação, e não, simplesmente, um atropelamento ou uma sobreposição de pontos de vistas diversificados. Isto importa, como lição, para o tratamento da Informática Jurídica, que se, conheça respeitando o método, tido como original, tanto do Direito quanto da Cibernética, para que, então, no fecundo campo da fronteira epistemológica, desponham as novas possibilidades prático-teóricas.

Observamos, ainda, no que respeita à configuração da Informática Jurídica, sendo esta uma decorrência da Cibernética, que, se a Cibernética se iniciou num plano de convergência de várias ciências, atualmente encontra-se num processo contrário, ganhando a cada dia suas especialidades. A Informática é uma especialidade da Cibernética, a qual por sua vez, acabou por reservar um lugar mais específico, que é o da Informática Jurídica.

No que respeita especificamente à Informática Jurídica, embora o computador seja exemplo de tecnologia avançada, à qual nos reportamos com mais frequência, a máquina centralizadora das atenções, não significa que seja o único equipamento relacionado aos estudos da Informática Jurídica. Para tanto, convém ter em mente, com relação à expressão "utilização de tecnologia avançada", outros equipamentos, como o fax, copiadoras, filmadoras, leitoras óticas, e outros instrumentos sensíveis a serem utilizados na modernização do Direito.



### 2.3.2 - A Lógica e a Linguagem do Processamento Eletrônico Aplicadas ao Direito

Uma outra angulação, relativa a saber o que seja Informática Jurídica, é a necessidade imposta pelo processamento eletrônico de se ter uma "lógica", matematizada, "simbólica, alética, não dialética e de dois valores", através da qual se possa exprimir em computação o pensamento do Direito, pelo menos numa fase inicial. (9)

A escolha desse tipo de lógica, ou mesmo a sua elaboração será o marco das possibilidades, ou seja, aquilo que poderá e aquilo que, provavelmente, não se poderá informatizar. Assim, a observação preliminar é que o Direito não pode ser tomado a grosso modo, que de pronto possa ser conduzido por um determinado tipo de lógica standard, pois que isto, se revelaria, como um grande desastre social.

Temos, portanto, o problema da formulação da linguagem da informatização jurídica.

LOSANO, em curso ministrado em 1974, na Universidade de São Paulo (USP), embasado na classificação do alemão Georg Klaus, anotava: "a teoria dos algoritmos, que permite passar de formulações em linguagem comum (e portanto, necessariamente, imprecisa) para formulações em linguagem rigorosa, na qual, de um dado de entrada, que é o problema, chega-se ao de saída, que é a solução do problema, mediante um número finito de passos unívocos. A algoritmização é particularmente importante no âmbito do Direito, uma vez que nem todos os problemas jurídicos são traduzíveis em algoritmos e -

posto que as máquinas cibernéticas, uma das quais é o computador, somente podem trabalhar com algoritmos - determinados problemas jurídicos não poderão, pelo menos por ora, ser processados pelo computador." (10)

A lógica que inicialmente interessaria ao Direito, especificamente, diferencia-se-ia do tipo que trata da "verdade" ou da "falsidade". Em outras palavras, a que se propõe identificar se um determinado raciocínio é "verdadeiro" ou "falso", a partir da fiscalização da maneira como constrói e descreve os seus argumentos. Nessa perspectiva, trata-se de um tipo de lógica que, desligando-se da polarização do falso e verdadeiro, bem mais adequado à perquirição do conhecimento filosófico, respalde-se numa outra polarização, qual seja, o da validade e não validade sobre determinado pressuposto prescritivo.

Esta escolha traça uma linha divisória, tanto nas possibilidades da teorização do Direito quanto nas possibilidades da concretização da informatização dele. No primeiro caso, agindo apenas através do conteúdo prescritivo, pouco espaço caberia para o desenvolvimento de novos raciocínios, como no seguinte exemplo: como poderá o Direito exercer o papel crítico, na busca de uma possível apreensão da sua totalidade dialética, para melhorar a sua argumentação teórica, se a forma da sua argumentação for reduzida apenas ao conteúdo prescritivo da norma, ou seja, é impossível se compreender como uma lei, limitada nos seus parâmetros, possa (condição metodológica) criticar uma outra lei. O que pode acontecer, e é o que acontece, é uma substituir a outra, revogando-a, no

todo ou em parte etc. Face a esta circunstância, o modelo da lógica embutido no raciocínio prescritivo implica em limitações.

Por outro lado, se tomássemos como a possibilidade de o Direito se expressar através de uma argumentação meramente descritiva, estaríamos alijando de sua peculiaridade científica a normatividade, que em última análise, é uma forma de raciocínio prescritivo por excelência.

Em todo caso, a informatização, como se trata de uma configuração teórica ampla que envolve a comunicação versus organização e informação - como já foi demonstrado em momento anterior - ao privilegiar uma lógica de cunho prescritivo (válida e não válida) vai ao encontro desta ampla teorização. Mas, por outro lado, se sua argumentação incorre através de um tipo de lógica descritiva (verdadeira ou falsa), o que aparentemente é incompatível com o pressuposto da algoritmização, abre espaço para profundos questionamentos, que provavelmente não poderão ser tangenciados apenas pela exclusividade dos pressupostos da Cibernética.

Este impasse pode ser visto da seguinte maneira e da forma que nos interessa colocar: na fase de uma mera automatização, ou seja, "oferecer documentação sobre problemas, e não a solução dos mesmos", a Informática Jurídica se vale preponderantemente de uma lógica formal, isto é, aquela que examina os fatos do ponto de vista estático. Mas, se não ficar teoricamente somente na fase da automatização, pois tem a probabilidade de sofisticar-se através de um processamento que envolva alguma forma de Inteligência artificial (Ia), esse tipo de lógica não mais satisfaz.

A repercussão dessa discussão recai sobre o tipo de controle que se pretende enfatizar. Assim, identificam-se três deles, o da ordem jurídica, o da ordem tecnológica, e o da ordem política, a serem vistos posteriormente. Cada um manifesta-se de um forma particularizada, considerando os objetivos declarados a serem alcançados.

Por fim, a Informática Jurídica, mesmo oriunda do tronco mater da Cibernética via Informática, possui suas especificidades, cujos problemas não podem ser tratados igualmente, como no emprego da Informática junto a outros segmentos científicos ou aplicados. Da mesma forma que, face a sua variedade de recortes de estudos, questão que só aos poucos vem se sedimentando a nível global e com fases diversificadas entre as diferentes realidades dos países, entendemos tratar-se de um conjunto de problemas do sistema social que ficará a seu cargo.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) ELMI. A informática jurídica, 1985. p. 8.
- (2) DETTINGER. Uso do computador na ciência, 1977. p. 307.
- (3) ELMI. A informática jurídica, 1985. p. 7.
- (4) Idem.
- (5) MARTINO. Informática jurídica hoje, 1986. p. 5-25.
- (6) NORONHA. Direito e sistemas sociais, 1988. p. 72.
- (7) WIENER. Cibernética e sociedade, 1978. p. 109.
- (8) BAUDRILLARD. América, 1986. p. 36-37.
- (9) LOSANO. Lições de informática jurídica, 1974. p. 42-43.
- (10) Ibidem. p. 15.

## 2.4 — O Direito no Cotidiano e o Cotidiano do Direito

### 2.4.1 — O Acesso à Justiça

Começamos por descrever o que entendemos como sendo o Direito no Cotidiano.

O Direito no Cotidiano manifesta-se, enquanto observação empírica, de forma abrangente, significando que a relação social para os efeitos jurídicos pode ser identificada, não só como a que se passa diante dos órgãos da administração da justiça, nos tribunais, nas delegacias de polícia, no escritório do advogado e noutros estabelecimentos congêneres, mas também como a que ocorre em relacionamentos que se passam entre pessoas em todas as partes e lugares imagináveis da convivência social.

Esses lugares podem ser remotos ou dentro de uma geografia com maior ou menor aproximação dos pontos estratégicos onde se localizam os prédios públicos, e nos quais está instalada a autoridade incumbida de tomar conhecimento dos conflitos passíveis de apreciação (da decisão) judicial. De outra forma, esses acontecimentos, mesmo ocorridos dentro de uma raia que compreenderia o espaço da cidade, a área tida como urbana, por vezes acabam, por algum motivo, distanciados e despercebidos da autoridade competente para dirimi-los.

O conteúdo dos assuntos são variados, assim como, os motivos, as circunstâncias, enfim, tudo aquilo que compõe o fato a ser

apreciado em sua repercussão jurídica.

O traço comum que os caracteriza, entretanto, é a dificuldade desses acontecimentos chegarem ao conhecimento das autoridades judiciais. Podem ser citados como exemplos mínimos e variados, desse tipo de ocorrência, os maus tratos para com as crianças, mulheres e idosos; a incidência da falta de troco nos coletivos urbanos; a discriminação racial; a remarcação de preços, os alimentos estragados expostos aos consumidores e os pesos adulterados; e, inclusive, a incidência da corrupção ativa e passiva que envolve "o prestígio" nas decisões dos negócios públicos, inclusive nas judiciais.

Tais acontecimentos sempre estão envoltos, por assim dizer, por uma cortina de dissimulações e subterfúgios, às vezes imperiosos, de informações que possibilitem condignamente se construir a vida, seja a particular, seja a pública, e ambas ao mesmo tempo.

Quanto ao interesse público em específico, verifica-se a escalada com que o administrador vem fazendo, com certa argúcia, a manutenção intencional da falta de transparência das suas ações, a manipulação material dos atos, exarcebando o continuismo da burocracia, com que se dá sempre a possibilidade da angariação das vantagens e do enriquecimento ilícito (1)

Por trás de cada um desses acontecimentos, incide, como fator preponderante, a dificuldade em se consagrar o princípio do "acesso à justiça", face a uma onda de comunicação afetada por uma política educativa pouco esclarecedora sobre determinados princípios democráticos, gerando, como efeito, o truncamento das mensagens,

que induzem à instabilidade social.

Em outras palavras, o acesso à justiça de determinados acontecimentos, seja por ocorrer em lugares longínquos e interioranos, seja por se tratar de uma forma velada de ocorrência, até mesmo praticada à vista de toda sociedade, torna-se prejudicado, tendo como causa, ora a imbricação da subjetividade, a irresolução do comportamento, ora a sofisticação da camuflagem da operação oficial via instrumentos burocráticos e tecnológicos, ou via "intelectualidade privilegiada", na condução dos assuntos da administração pública.

O aumento gradativo da inacessibilidade à justiça, na medida da expansão dos conglomerados urbanos, experimentada por uma acirrada luta pela sobrevivência a partir das necessidades econômicas, pela pouca orientação educativa e pela destruição dos antigos valores morais, é um fenômeno que incomoda profundamente os destinos do Terceiro Mundo, quanto à possibilidade da instalação de uma paz social que evite maiores tragédias.

O embrutecimento do Ser via essa realidade faz com que, estando aliado dos resultados sociais condizentes, persistindo sua situação de miserabilidade, procure formas alternativas de solucionar seus conflitos, adotando tipos de coercitividade cujas sentenças não são menos trágicas, como no caso da guerrilha, do extermínio, da invasão fundiária, do sequestro, através dos quais a turbação assume o feitio psicológico do terror, como forma de chamar a atenção da comunicação política de um determinado Direito, tido por essas maiorias afastadas da condução do seu destino fren-



te ao poder, como "...pelo avesso".

Poderíamos abrir uma página para tratar dessas "justiças alternativas", insurgentes, denunciadas, na expressão popular de Roberto Lyra Filho, como "o direito achado na rua".

Damo-nos por satisfeitos em apenas demonstrar que, entre uma e outra justiça, a busca do acesso reveste-se como uma procura historicamente inevitável. Ou seja, a insatisfação é sempre motriz, e esta insatisfação acaba por distinguir: aqueles que querem sempre mais, além do que já acumularam de vantagens, e insistem pela manutenção dos privilégios, daqueles que buscam o mínimo imprescindível para ter concretizado o direito ao troco da passagem de ônibus, quando não menos ter a terra para viver, e a casa para morar, por exemplo. Fatos semelhantes a esses são tidos por muitos como sem importância, mas são, em verdade, causadores de uma fatal carga de conflito nas raias do cotidiano, atingindo diretamente a grande maioria da população de baixa renda.

A relação do Direito no Cotidiano, quando circunstancialmente se passa entre pessoas que estão numa praia deserta, ou no mais recôndito rural do imenso território nacional, seja em plena Amazônia, ou em pleno pampa gaúcho, e embora o sistema formal disseminado mantenha presente a idéia de legalidade a ser fiscalizada através dos representantes da lei, encontra circunstâncias mais fortes para a sua flexibilização a partir das injunções havidas no convívio específico.

Tomemos um exemplo extraído da convivência na selva amazônica, tido como um da "justiça flutuante".

Como é sabido, aquela região ao Norte do Brasil possui mais quantidade de água do que terra. A área da Bacia Hidrográfica do Estado do Amazonas é de 1.564.445 km<sup>2</sup>, conforme o IBGE. Assim, a sua comunicação locomotiva é via fluvial: caudalosos rios, igarapés, furos, lagos e igapós, (as estradas d'água). Às suas margens estão concentradas as populações ribeirinhas que dependem de médicos, dentistas, missionários, políticos, juizes de paz, e de outros itinerantes.

Quando não pelo menos uma vez por ano, mas certamente às vésperas das eleições municipais e estaduais, os políticos formam uma caravana com os profissionais disponíveis, e passam a visitar esses remotos lugarejos. Só que, ao invés de rodar num gigante mercedez benz, tomam o barco de madeira, com passadiço e salão para atar as redes de dormir, com motor de centro fazendo barulho repetitivo e monótono, e lá se vão, casando, arrancando dentes, ouvindo consultas, expedindo carteira de identidade, registro de nascimento... A que tudo isso chamam de "campanha". Também faz parte dessa comitiva, um promotor ou um juiz (como dizem, "de verdade"), que resolvem como podem as questões sobre limites de propriedade, herança, paternidade com ou sem casamento, homicídios por vingança, ou, inclusive, tentando emprestar solução para as misteriosas aparições, nas redondezas, tidas recentemente como "obra dos japoneses".

Segundo se diz no repertório local, estando eles de olho na riqueza mineral (ouro, ferro etc.), fazem suas incursões com aparelhagens sofisticadas, apavorantes, causando acontecimentos que,

de boca em boca, acabam estampados nos jornais locais, como foi o caso do "Chupa-Chupa". Consistia, tal onda de mistério, na aparição de um objeto "extra-terrestre", com possibilidade de rápidas locomoções no ar, que se nutria sorrateiramente, de noite, do sangue dos animais e das pessoas dos seringais. Até algumas mortes entre compadres foram registradas nas delegacias das sedes dos municípios, aparentemente relacionadas com aqueles acontecimentos.

"Justiça flutuante" então, porque, sob a certeza da improvisação, ao largo, via-se o barco como a casa da justiça, curadora não só dos males sociais, mas também dos males de estranha natureza, flutuando na flor daqueles lagos, como desafiadora da justiça sabidamente urbana, de terno e gravata, desconhecida daquela população carente: os ribeirinhos.

Quer dizer, as expectativas aumentam quando o epicentro da publicação da lei tende a se distanciar do epicentro dos acontecimentos, enquanto possibilidade da configuração do fenômeno jurídico, face às imposições das circunstâncias geográficas, culturais e operacionais. E, sem dúvida, o Direito oficial, pela sua natural limitação, acaba cedendo sem querer aos arranjos das "justiças insurgentes", como uma adaptação às necessidades a serem efetivamente solucionadas pelos interessados na ação.

O Direito no cotidiano pode, portanto, ser configurado, plenamente, como a busca de uma solução imprescindível, urgente, capaz de atender a pretensão de quem lhe o solicita, a partir das particularidades com as quais se constituem o acesso à materialização do direito e da justiça.

Não interessa a idéia de um direito deixado para depois. Sendo assim, deixando de prestigiar os acontecimentos inadiáveis do cotidiano, transforma-se num aparato elitizante, por se tornar, como nos tempos romanos, voltado para o elitismo do direito da propriedade, quando, por conseguinte, naqueles idos, cabia ao Pater Familias a tarefa de apreciar as contendas que - não versando sobre propriedade - eram ditas como "domésticas".(2)

Retomando o fluxo das incidências desses relacionamentos a distância e daqueles mais próximos, porém, despercebidos da atenção da autoridade, não se anula a possibilidade da transgressão, que também pode ocorrer até mesmo sob as vistas do julgador: o crime acontece, tanto dentro da delegacia, quanto na praia deserta, dentro do ônibus que ronda a cidade ou dentro do expugnável apartamento de cobertura; seja de autoria de um analfabeto, seja de um "colarinho branco".(3)

Queremos ainda assinalar, quanto ao Direito no cotidiano, que as leis que o compõem, ao se referirem genericamente à descrição de um comportamento, quando verificado cada caso concreto, principalmente considerando as peculiaridades regionais, acabam impossibilitadas de aplicação, ou, de outra maneira, quando forçosamente aplicadas, geram distorções sociais que acabam por prejudicar o sujeito atual e específico do relacionamento daquele cotidiano.

## 2 . 4 . 2 - O Acesso à Informação no Processo Judicial

Por sua vez, o Cotidiano do Direito, diferente do Direito no Cotidiano, se passa especificamente junto à infra-estrutura da administração da justiça, junto aos tribunais, até mesmo junto às delegacias, e outros órgãos afins, como por exemplo, o Ministério Público, que, apesar de se organizar num espaço entre o Poder Executivo e o Judiciário, exercita suas tarefas junto aos tribunais.

Neste sentido, o cotidiano ao qual estamos nos reportando envolve o aspecto da organização, do procedimento, do processo, da operacionalização da comunicação desses setores ou desses segmentos, na medida em que pretende, como resultado, a conclusão do julgamento e, fundamentalmente, o acesso à justiça.

Quando falamos em organização dos tribunais não nos reportamos simplesmente ao seu nível de hierarquia, que se expressa quanto à maior ou menor autoridade no plano das instâncias. Compreendemos, pelo lado que interessa na versão deste trabalho, também o espaço físico-comunicativo. Por exemplo, quando se constrói um prédio destinado à aplicação da justiça, com certeza não se tem a preocupação de levar em conta o aspecto da funcionalidade da prática da justiça, ou seja, comparando: quando se constrói um hospital sabe-se que este precisa de uma arquitetura, de uma engenharia, que lhe dê uma certa funcionalidade, e isto é observado como uma regra precisa e geral, afastando-se, talvez, apenas os pequenos detalhes.

Quando se constroem os prédios dos tribunais, imagina-se uma construção como de uma repartição pública qualquer, ou seja, basta-lhe um corredor e salas para que isto seja o suficiente às necessidades de um tribunal. Acontece que não se tem a preocupação, ou não se está tendo a preocupação de construir um espaço físico, devidamente organizado, para atender uma determinada função, e isto envolve o aspecto da centralização ou descentralização da justiça. (4)

Desta forma, os pesquisadores e interessados na área da aplicação da justiça, não têm desenvolvido certos conhecimentos para, nestes momentos, informarem ao pessoal do planejamento e da engenharia as reais necessidades.

Muitas das vezes basta utilizar qualquer casarão antigo ou prédio reformado e aparentemente se encontra a solução para a implantação do tribunal. Podemos tomar como exemplo inusitado e controverso o fórum da Capital de Santa Catarina, cuja beleza e moderna arquitetura, segundo se diz, sobrepõe-se à funcionalidade do que seja a convivência cotidiana de um tribunal, causando prejuízos à comunicação e locomoção dos usuários.

Um outro exemplo, que projeta o revés da questão, é a experiência da Justiça do Trabalho, na esfera Federal.

Nesta, o formato da mesa que serve para as audiências de julgamento e conciliação, pela primeira vez, foi projetada em forma de "T", o que representa uma sensibilidade para com a questão.

Imaginemos se, assim não fosse, construísem uma mesa cujos planos projetassem altos e baixos. Como ficaria o aspecto psicoló-

gico da conciliação, estando o representante do patrão sentado num plano mais elevado do que o representante do operário?

O "T" pelo menos comunica uma idéia de nivelamento das partes que, sem dúvida, repercute favoravelmente, pelo menos psicologicamente, na aplicação daquela justiça especializada.

Outra colocação: no plenário dos tribunais do júri, a ocupação de lugares de destaque no cenário pelo promotor de justiça, pelo juiz e pelos escrivães, situa um determinado momento histórico no qual a justiça precisava dessa justificativa, ou seja, valia-se da posição de destaque do assento de maneira a comunicar uma ideologia veiculadora da noção de autoridade.

A cartografia desse espaço, numa época remota, tinha que levar em consideração a imposição da mensagem que era traduzida pela idéia de senhor de um lado e servo de outro. Quando o juiz, ao presidir uma sessão de julgamento, senta-se numa espécie de cátedra, ao nível superior do assoalho, num praticável mais elevado, é justamente para revelar sua autoridade entre os presentes, e isto é uma mensagem contida não só no aparato da mesa, da cadeira, do praticável mais alto, mas também disseminada nos outros aparatos que vão desde a toga até outros detalhes, como por exemplo, a localização do crucifixo pendurado na parede para a qual sua costa faz fundos.

Estes detalhes ou aparatos não são apenas uma questão de design ou decoração, como possam pensar alguns, têm uma mensagem precisa, e, até certo ponto, opressiva, pois quer dizer que aquele mortal, ocupando aquele posto, é diferente em grau de representa-

ção do poder. Então isto pode significar, no mínimo, a perda da liberdade para a pessoa comum, se houver algum incidente quanto à encenação daquela respeitabilidade, quando então todos se submetem a não desagradar a personagem e agir com extremada cautela, mesmo que esse comportamento signifique prejuízo quanto à liberdade de expressão.

O desinteresse ou descuido por uma moderna forma de comunicar o poder através de uma apropriada tecnologia comunicacional, que prestigie o objetivo da prestação jurídica aos cidadãos, que busque a justiça como uma solução temporária, mas necessária, é prejudicial para a comunicação do Cotidiano do Direito.

Assim, dá-se, neste nível, de aparente pouca importância da coisa, uma das maneiras configurativas do Direito na ação do seu Cotidiano.

É através desse desgaste da comunicação formal e informal no Direito que se revela, como consequência, o discurso da banalização. O que é que pode se tornar banal no Direito? Esta é uma preocupação não muito levada em consideração pelos juristas de índole positivista-legalista, mas que produz uma grande repercussão na interação social, a partir da idéia que fazemos de sua comunicação.

O processo de comunicação, enquanto transmissão de mensagens e conhecimentos, encontra como parâmetro o consumismo desse conhecimento e dessas mensagens.

É possível distinguir, na evolução do pensamento de uma determinada etapa histórica, um núcleo de palavras-chave, criador de



órbita, em torno do qual passa a girar todo o pensamento humano por um determinado tempo.

COUFFIGNAL cita um exemplo, no debate com Giorgio Santillana, transcrito nos Cahiers de Royaumont, quando se reportando a Berlin-Milleron, demonstra que este, pesquisando 3.000 textos de pensadores da época da Revolução Francesa, encontrou treze conceitos utilizados com maior frequência do que os demais, sendo dentre esses os de: "Ordem", "Pátria", "Liberdade", "Razão", "Ordem Social" etc. (5)

Não cabe aprofundar, aqui, as várias análises que poderiam decorrer. Apenas considerar a citação como um ponto de apoio, cingindo-nos a tratá-la como uma projeção estatística que demonstra a probabilidade de uma tendência.

Neste sentido, por analogia, é possível apontar através dos noticiários da televisão, e do jornalismo de uma maneira geral, que a palavra "segurança" está, entre nós, em franca evidência gravitacional, isto porque o nível de violência disseminou-se, incidindo em todos os lugares, sem distinção de um mundo público ou privado. É exemplo o "congelamento da poupança", que, para muitos, foi um atentado contra o direito da propriedade privada, no segmento financeiro.

A polarização segurança/insegurança versus violência acaba, juntamente com o efeito do descrédito na justiça, envolvendo-se num clima de banalização da sua comunicação.

É neste quadro de insegurança que a banalização do direito acontece, pois, devido ao rótulo oriundo do pensamento "positivis-

ta", acomodou-se à idéia de se presumir que bastava o Direito estar escrito nos códigos para que fossem dados por resolvidos os profundos conflitos oriundos, principalmente do interesse econômico antagônico. Ou melhor, bastava que os juristas legalistas defendessem com "unhas e dentes" o monumento jurídico nacional, para que o Direito fosse inexpugnável na batalha política. (6)

Ao final, como os resultados da decisão judicial não são plenamente satisfatórios, desgastado fica o conceito de "segurança", muito embora continuem as expectativas de solução jurídica para os conflitos, oportunidade em que, como medida política e jurídica, o Estado agiganta seus órgãos fiscalizadores. Assim, a noção do Direito é afetada porque, em decorrência da assimilação entre Direito (em sentido estrito) e Justiça (no sentido amplo), crescerão os obstáculos para a comunicação e informação vivenciados cotidianamente com tamanha suspeita dentro dos procedimentos e dos processos nos tribunais. (7)

MOLES, nos debates com Giorgio Santillana, dirá: "A partir do momento que essas idéias-forças, estão, estatisticamente, presentes com maior freqüência, elas se tornam presentes no repertório dos elementos banais, isto é, que chegam à curva de Zipf, (sic) tendo muito menor valor informativo". (8)

A questão que se projeta com este estado de coisas no segmento da organização do espaço físico, geográfico, comunicativo dos tribunais, enseja uma revisão nas formas e conteúdos dessas mensagens dentro da convivência do Cotidiano do Direito. Trata-se de um problema de comunicação para cuja solução a Informática pode de-

sempenhar importante tarefa.

O Cotidiano do Direito se passa, como vimos, em torno dessas pequenas, mas repercussoras, mensagens e não se esgota aí. O maior peso de sua comunicação está nos enunciados da lei posta. Estamos atentos para isto, mas é preciso começar a ver estas pequenas coisas para que o Direito, de uma modo geral e mais completo, possa se transferir para a modernidade mais promissora.

Para que esta modernidade ou modernização possa se tornar mais abrangente e completa, é preciso que tanto uma quanto a outra preocupação com os recursos disponíveis incidam ou tenham em vista a operacionalização do cotidiano, conforme estamos vendo.

Esta modernidade ou modernização não pode ser construída apenas pela "magia" do progresso do homem com a tecnologia. Acima de tudo faz-se necessário redimensioná-la conjuntamente com a preocupação dos problemas oriundos do aumento de população; urgência quanto à preservação do meio ambiente, inclusive, o político; analfabetismo; miséria; desemprego; insegurança; medo; enfim, o quadro de caoticidade que todos nós conhecemos de alguma forma.

É de se levarem em conta, também, as distorções estruturais-funcionais, apontadas pelos exemplos do péssimo atendimento ao público, lentidão dos julgamentos, falta de informação correta, acúmulo de processos, influências políticas, apadrinhamentos etc.

Tomar essas ditas pequenas coisas como irrelevantes, é, antes de tudo, sustentar uma visão epistemológica conservadora, elitista, e, com isto, perder a oportunidade de tentar reverter o quadro surrealista da aplicação da justiça, em pleno final de século XX,

na sociedade brasileira.

O Cotidiano do Direito, então, assim tomado, consegue revelar com mais precisão as necessidades do ser humano, especificamente do usuário, do cidadão, do indivíduo, da pessoa, e, como estes, do profissional: advogado, juiz, promotor, serventuários. Esta preocupação teórica, em termos de Informática Jurídica, acaba por afastar notadamente qualquer tendenciosidade da especulação crítica, que se proponha a sustentar de maneira intransigente o efeito da massificação do indivíduo, posição, muita das vezes, correspondente com as expectativas dos ciberneticistas "linha dura".

É através do tipo de organização assumida no plano da comunicação e suas mensagens no ambiente dos tribunais que, especificamente, observaremos as condições de controle dos inquéritos, das petições, e que se transformam em processo, com toda uma tumultuada trajetória em seu andamento, constituindo-se, assim, na rotina desse dia-a-dia.

Mas esta observação não ficará simplesmente a cargo de um subjetivismo psicológico e isto não representa nenhuma indicação de demérito. A máquina - a cada avanço tecnológico - e o homem, desde a Revolução Industrial, vêm, num constante processo de interação, alcançando, em níveis diferenciados, todos os países do mundo, quer estejam ou não diretamente vinculados ao projeto da "utopia necessária" ocidental, via "americanismo".

Levamos em conta que os acontecimentos do cotidiano não devem, ao pensar que existe uma máquina capaz de simular a inteligência humana, capacitada por uma efetiva memória artificial, sub-

meter-se passivamente ao esquema logicizado idealisticamente. Antes de tudo, é preciso vivenciar as necessidades localizadas, para que então a computação possa provavelmente concorrer para esse aperfeiçoamento e realização.

Mas, antes de tudo, trata-se de uma nova concepção política, que não deve estar voltada "para a conquista de um futuro melhor distante - mas que levanta como meta a realização de uma existência cotidiana digna de viver, e que se vai obtendo também a cada dia - [neste sentido] começa a luta pela eliminação da alienação cotidiana." (9)

Assim, no Cotidiano do Direito junto aos tribunais, naqueles detalhes a que nos referimos que se passam em forma de mensagens, está embutida a instrumentalização do controle, da produtividade, do melhor atendimento, que interessa objetivamente ou, como se costuma reclamar, "a coisa prática", o usual.

O exemplo, como o da comunicação no Teatro, pode socorrer, com uma certa precisão, a busca de uma mais efetiva interação no Cotidiano do Direito, nos tribunais.

No teatro clássico o público era separado do palco através do fosso, ou seja, o lugar abaixo do nível do palco e da plateia onde ficavam as campanhas, as orquestras. O reconhecimento da necessidade de aproximação entre o público e onde se desenrolava a dramatização aconteceu recentemente, com o teatro moderno. Com a abolição do fosso nas plantas dos teatros modernos, os atores passaram a trabalhar em cenários não mais frontais em contrapartida com público no oposto, mas em cenários circundantes, no caso, "o Teatro

de Arena", favorecendo um contato comunicativo direto e, ao mesmo tempo, multifacetário com a realidade encenada.

Com este exemplo não queremos assimilar o teatro ao Tribunal do Júri, mas a partir dele propor que a arrumação do cenário de um tribunal seja feita de tal maneira que promova uma melhor comunicação com a sua clientela, com seu público, com os usuários desses serviços. O que existe atualmente, e de um modo geral, é a insuficiência e a não-utilização de técnicas e de instrumentos que possam propiciar uma melhor comunicação a partir da estruturação físico geográfica. Assim é que a experiência "T" da Justiça do Trabalho foi citada para demonstrar esta preocupação, ou seja, como proposta estética (comunicativa) de nivelamento no tratamento das contendas entre patrões e empregados, uma vez que, há uma supremacia da força patronal.

Este exemplo da Justiça do Trabalho é bastante feliz por ser ímpar na área administrativa da organização judicial. Entretanto, no que concerne aos tribunais comuns, principalmente da justiça criminal e cível, estes mantêm até hoje suas dependências com o aspecto estético do enunciado clássico; em outras palavras, o distanciamento entre o público interessado e os magistrados, ou seja, com a simbologia da manutenção do fosso dos antigos teatros, ou ainda, sem a preocupação com a comunicação do Direito a nível operacional das informações e mensagens.

Este distanciamento dificulta a comunicação do Direito como processo, procedimento, convivência, cotidiano e, necessariamente, influi no comportamento gerencial da justiça, traduzindo aquele

ambiente como uma sustentação psíquico-comunicacional de opressão, por falta de um meio-ambiente físico adequado. (10)

Desta forma, o Cotidiano do Direito se passa através de uma exaustiva pressão de formalidades. Sua possibilidade de comunicação no cotidiano se reduz a poucos, ou, pelo menos, aos profissionais que conseguem, não menos constrangidos, conviver com tal situação. Aliás, gritantemente, trata-se de uma extravagante contenda, ainda hoje, do interesse e apreciação judicial, a disputa, em se saber se o advogado pode ou não ultrapassar as cancelas nos cartórios e nos tribunais.

Há casos de profissionais que tendem a uma certa timidez, que preferem afastar-se desse local de trabalho, deixando de atuar no seu ofício, no espaço que naturalmente lhe caberia. Isto para não falar de maneira mais contundente quanto ao comportamento do leigo, do homem comum, do pobre, do analfabeto, daquele que não tem o tirocínio de entender que aquele espaço é principalmente um espaço público de comunicação. Enfim, a esses, a comunicação é cerceada e, portanto, impossível, nessas condições, de se praticar a justiça-processual prevista por um determinado Direito.

O Cotidiano do Direito acaba mantendo um estreito e profundo reflexo com o Direito no Cotidiano, ou seja, o Cotidiano do Direito para algumas pessoas é inacessível como um sistema de informações e mensagens, tanto quanto é irreconhecível muitos dos direitos estabelecidos na lei e que deveriam constar no espaço democrático do Direito no Cotidiano, situação que urge em ser revertida.

Essa condição de inacessibilidade acaba gerando outros tipos

de distorções, como o da "influência funcional" (...deixa que eu conheço o juiz), que é um exemplo grave e dos mais corriqueiros no âmbito burocrático.

Vejamos ainda outras considerações.

Mesmo não mais em voga na pauta da discussão, a cor vermelha e a preta - às vezes, revezando-se com a cor branca - porque os panos talares da magistratura se acomodaram nessas cores, isto não quer dizer que essas cores deixaram de comunicar junto ao imaginário formalístico do Direito o seu tipo de comando simbólico. Assim, segue-se junto as cores uma variedade de artefatos dessa comunicação, como, por exemplo, perucas, togas, faixas, martelos etc.

Nesse figurino, as três cores tornaram-se preponderantes. Elas, para a imaginação e organização do mundo do Direito e da justiça, têm um significado preciso. Nunca se tratou de uma escolha aleatória, pois elas queriam dizer imponência, respeito, contenda, enfim, veiculam uma mensagem que, num determinado momento, levou a todos a acreditarem nessa "justiça", que se instalava nos primórdios para racionalizar os desentendimentos do convívio social. Curioso é que, por exemplo, ainda hoje, não pode haver audiência sem que o juiz, o promotor, ou o advogado, estejam devidamente togados, e a não-observância disso pode causar prejuízo ao processo por falta de formalidade legal. De repente, essas cores não importam mais e isto dificulta o ânimo para com a credibilidade da justiça?

Por outro lado, alguma interrupção perpassou a mensagem des-



sas cores, visto que elas permanecem igualmente usadas, contudo sem mais o seu poder de comunicação, ou seja, o que significa o branco ou vermelho das vestes talares se sua simbologia não corresponde mais à expectativa da "segurança", por exemplo. Trata-se, portanto, de uma simbologia falida, mas que deve ser retomada numa outra forma, porquanto indispensáveis são os meios para a expressão da comunicação.

Isto demonstra que a comunicação escrita e falada é insuficiente para a sustentação da comunicação do Direito, porque esta comunicação se passa com intensidade ao nível também do cotidiano. O reducionismo que, ao supervalorizar a comunicação científica ignorou a dimensão da comunicação do cotidiano, aconteceu pela crença de que os códigos serviriam como instrumentos suficientes para a operacionalização do Direito. Pensava-se que bastaria escrever a lei para que ela alcançasse o mais remoto lugar, e que isto poderia refletir-se numa pronta obediência. Mas, como estamos vendo, o reducionismo incorreu numa dimensão negativa, na medida em que houve a atrofia do Cotidiano do Direito e do Direito no Cotidiano, enquanto um processo amplo de comunicação, informação e mensagens.

FREITAS, questionando a eficiência da justiça, anota que:

"À tal situação somam-se outras tantas. Alguém já estudou a correta posição dos funcionários da Secretaria e a proximidade do balcão e do próprio juiz? Não seria indispensável uma forma de delegação de poderes, desde o Juiz ao Diretor de Secretaria (Escrivão), e deste aos demais subordinados? Quanto se economizaria, com isto, no fluxo dos papéis? Já não chegou a hora de os ofícios,

termos e conclusões tornarem-se mais simples e em linguagem mais moderna? Quanto se economizaria de papel e fita de máquina de escrever. E as posições dos fichários, proximidade da luz natural, ventilação, cor da parede, ruídos, será que já não devem ser estudados? É de todo sabido que exercem influência no rendimento do trabalho." (11)

Diante de todos esses tipos de problemas que envolvem o Cotidiano do Direito, e que, por certo, consubstanciam-se como uma farta matéria de estudos de interesse da Informática Jurídica, nos reportamos ainda quanto à quantidade dos processos, como um aspecto de máxima relevância.

Ainda com as palavras de FREITAS, temos que:

"Aspecto de máxima relevância é o atinente ao número de processos. Qual a quantidade ideal? Qual o número máximo administrável? Tudo isto não vem sendo tratado com a seriedade devida. Ao que se saiba inexistente estudo sobre o tema. Como é evidente, existe um número máximo de processos possível de ser apreciado por um Juiz e de ter andamento normal. Mas, na verdade, ao lado de pequenas e tranquilas comarcas interioranas, temos varas nas grandes capitais que ultrapassam dez, vinte mil ou mais processos. A situação torna-se caótica." (12)

Em decorrência, o dilema que se impõe é o da "quantidade" versus "qualidade".

Com isto, instigantes são estas palavras: o cotidiano é palco de uma vigorosa questão. É nele, enquanto realidade, onde o conhecimento pretendido como científico, principalmente das ciências

sociais, colhe com abundância seu material de estudo; por outro lado, é nele ainda que acontece em melhor estilo o efeito da banalização do conhecimento, a tal ponto de, frequentemente, e até mesmo insistentemente escutarmos: "basta de teoria; queremos é a prática". Este impasse só pode ser continuamente revisto com a discussão do ponto de vista da aplicação da "consciência real" e o da "consciência possível", na melhor tradição dialética. Sempre nos parece que, com a "consciência possível" o homem pensa para agir, e, com a "consciência real" ele logo age. Mas de que modo?

Com isto levantamos a questão de sabermos se a angulação do Cotidiano do Direito pode ser pautada pela polarização da discussão sobre "quantidade" e "qualidade". Teríamos que identificar, quanto à "quantidade", se esta deve estar mais próxima do objetivo da informatização; e quanto à "qualidade" se esta deve estar mais próxima da política.

Ora, o Direito não se manifesta através de um único projeto, nem tampouco é linear. Esboça-se multifacetário, impuro, enquanto consequência direta ou remota das utopias, avassaladas pelo "americanismo", invadidas por idéias progressistas e conservadoras, em vários graus e matizes, e desta forma o Direito contribui como uma das mais impressionantes e sempre promissoras ficções da arrumação social, apontando o tipo de configuração jurídica propriamente dita, tal como o tipo em vigor do modelo da organização das leis, do arcabouço jurídico, expressados peculiarmente pela Doutrina e pela Jurisprudência.

O atual momento deste trabalho revela, a seu modo, a dificul-

dade de se explicar esse Direito e, conseqüentemente, o comprometimento da sua prática pouca produtiva. Incontestavelmente, é comum apresentar-se bem comportado em seu feitio axiológico, fechando, restrito, abusando de enunciados prescritivos em sua conformação oficial, ao mesmo tempo em que, face a dificuldade de renunciar a alguns dogmas, não faz a devida utilização de exercícios críticos, que sejam, ao mesmo tempo, uma construção permanente e não apenas uma destruição avassaladora.

Somente com a força de providencial abstração teórica é que se consegue projetar, concomitantemente, a imprescindível configuração sócio-política-tecnológica, pela qual a discussão do Direito incorpora no seu feitio (independente de toda e qualquer aspiração por um idealismo inerte) a forma dos enunciados descritivos ao invés de manter só os prescritivos já na dimensão da Informática Jurídica, que, para muitos, dir-se-ia estarmos tratando não mais do Direito em si, mas efetivamente da Filosofia do Direito.

Acontece que, no plano do Cotidiano, Direito e Filosofia do Direito mais do que nunca devem estar associados. Ou melhor, não encontram razões específicas para merecerem o continuísmo dos seus encastelamentos, vistos na divisão clássica do conhecimento como "objeto de estudo" dissociáveis e específicos.

Dizemos, então, com estas anotações, que é preciso corresponder, tanto em quantidade quanto em qualidade, quando se trata de controle dos processos e inquéritos, posto que os efeitos do controle da quantidade repercutem junto aos efeitos da qualidade, formando um todo, o qual deve ser motivo de apreciação não menos

interdisciplinar.

Assim, o tratamento quantitativo, que pode ser feito com maior plausibilidade sob ponto de vista da Estatística, torna-se tão importante quanto o tratamento qualitativo, desde que ambos procurem efetivamente, no cerne das suas discussões, encontrar as respostas que correspondam de fato a uma determinada expectativa previamente, real e de repercussão ao acesso à justiça.

A questão que se impõe, acima da angulação da produtividade entre qualidade e quantidade, poderia ser tomada, dessa forma, pela expressão de amplitude e profundidade de um macro questionamento em se tentar estabelecer a relação das idéias que giram em torno de Princípios e Sistema no Direito.

Convém ainda, assinalar, como preocupação sobre esse dilema da qualidade versus quantidade, a questão da projeção estatística desse cotidiano. Em que pese a inexistência de dados numéricos sobre a tarefa de aplicação da justiça, muitas vezes tomada por alguns empedernidos metafísicos da área como desnecessários, a projeção dos seguintes dados ajuda-nos a melhor visualizar. Vejamos o relato do questionário suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1988, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no item Justiça:

"No período de outubro de 1983 a setembro de 1988, houve um total de 10.545.046 conflitos, distribuídos da seguinte forma: 9.119.810 na área urbana e 1.545.236 na área rural. Do total de conflitos, 6.139.642 envolveram homens e 4.525.404 envolveram mulheres."(13)

"A exceção dos conflitos trabalhistas, que foram proporcionalmente altos, tanto na área rural (12,4%), quanto na urbana (18,3%), os demais apresentaram variações segundo a situação do domicílio. Na área urbana, prevaleceram os conflitos conjugais (18,9%) e os problemas criminais (17,1%). Já, na área rural, foram os conflitos de vizinhança (17,7%) e herança (13,7%) aqueles mais representativos." (14)

Em contrapartida, considerando apenas o último conflito de cada entrevistado, de um total de 8.641.761 de pessoas, foi relatado que "deste total, 45% dos entrevistados entraram com ação judicial e 55% não utilizaram a justiça". (15)

E, para complementar o quadro, vejamos a seguinte assinalação:

"...verifica-se que a utilização da justiça preponderou nos conflitos por pensão alimentícia (73,4%), nas questões trabalhistas (66,6%), nas separações conjugais (53,7%) e nos conflitos pela posse da terra (51,3%). Entretanto, em relação aos conflitos de vizinhança (85,1%) e aos problemas criminais (72%), foi alta a proporção de pessoas que não se utilizou da justiça para a solução de seus problemas." (16)

Levantados os motivos pelos quais as vítimas não recorreram a justiça, apresentou-se o seguinte perfil: (17)

- cabia a outra parte (3,6%)
- falta de provas (6,9%)
- não era importante (11,2%)
- não quis envolvimento com a justiça (11,5%)

- justiça não resolve (5,5%)
- temia represálias (1,5%)
- resolveu conta própria (42,7%)
- recorreu a terceiros (0,6%)
- não sabiam utilizar a justiça (0,7%)
- outros (10,3%)

Ora, fazendo uma correlação quanto aos três itens que mais utilizaram a justiça, observando-se que estes são os "procedimentos" e "processos" com os quais, de certa forma, a legislação têm-se preocupado, dando-lhes celeridade, na medida em que procurou evitar a complexidade de atos jurídicos que pudessem por em risco a premência do conteúdo da matéria. Mesmo assim, não significa que tenham sido otimizados cem por cento. Embora frente aos outros "procedimentos" e "processos", tenham conseguido vantagens na consumação do tempo de decisão.

Chegamos no momento de inferir dois aspectos quanto ao acesso à justiça no cotidiano. Em primeiro lugar, o acesso à justiça compreenderia a existência de - como diz ARMELIN - "valores de primeira grandeza na constelação axiológica que informa o Direito". Por segundo lugar, e especificamente, "importa em acesso ao processo, enquanto este constituir, como ocorre atualmente, a única via para se obter a tutela jurisdicional postulada". (18)

No primeiro caso, criticamente, poderíamos assinalar que, apesar de termos um corpo de leis dos mais volumosos, observa-se, por um lado, serem às vezes inadequadas, e, do outro, às vezes insuficientes. Na impossibilidade de analisar uma por uma, tomemos a

condição fundante de todas elas posta na Constituição em vigor. Dentre os institutos jurídicos ali previstos, nos acercamos pela identificação do conteúdo, com o Habeas-Data.

No segundo caso, levantaremos a seguir o aspecto do Controle dos Processos Judiciais, na medida em que, nestes, ocorre uma grande massa de informações.



Notas bibliográficas e explicativas

- (1) ASSIS. Os mandarins da república: anatomia dos escândalos da administração pública 1968 - 84, 1984. p. 11-49.  
Inferre-se que há sobretudo uma deteriorização das instituições estatais, com profundos reflexos nas relações entre Estado e sociedade, no que, os mecanismos que serviriam para a defesa da privacidade se tornam o "apanágio da fraude e da impunidade", nos negócios da administração pública.
- (2) PERRY. Passagens da antiguidade ao feudalismo, 1982. p. 70-71.
- (3) SILVA. A macro criminalidade, 1980. p. 101-208.
- (4) Entedemos e nos posicionamos quanto a esse aspecto, levando em conta que os prédios públicos que servem à administração e aplicação da justiça inapropriadamente estão concentrados no centro urbano, o que causa um grande transtorno para a maioria dos usuários que se deslocam da periferia, à custa de muito sacrifício, para comparecerem às audiências e aos outros atos processuais ou procedimentais. Assim, na capital do Amazonas, o que acontece com o Juizado de Menores é um exemplo que urge pela observação da descentralização operacional da justiça.
- (5) SANTILLANA. O historiador e a teoria da informação, 1970. p. 31.
- (6) HESPANHA. História do direito na história social, 1978. p. 51.  
In verbis: "Da mesma maneira que a continuidade do regime político e a apetência de segurança - o advento de uma situação social que aspire a um direito certo, seguro e coerente - são também factores de valorização do ordenamento jurídico positivo como entidade modeladora das novas soluções. Por isso, na sociedade burguesa, a urgência da "segurança" gerou princípios dogmáticos - v.g., o dogma da "plenitude lógica do ordenamento jurídico" - que, no seu funcionamento representaram o triunfo absoluto do direito estabelecido sobre as invenções."
- (7) AMORIM. Emperro do judiciário sugestões para dinamizá-lo, 1989. p. 107-108.  
In verbis: "Em cada processo haverá pelo menos uma parte vencedora e outra perdedora. Quase sempre os advogados percebem isto. No entanto, aquele cujo êxito vê aproximar-se procura dinamizar a marcha processual, enquanto o causídico da parte contrária busca por todos os meios proscastinar a marcha processual, ora pede o adiamento da audiência, ora pede o depoimento pessoal das partes, embora saiba inteiramente desnecessário, chegando em alguns dos casos a "convencer" o Oficial de Justiça a não intimar as testemunhas arroladas. Além do mais, o advogado tem várias questões, máxime quando já desfruta da

fama de bom profissional, por isto mesmo nunca dispõe de tempo para fiscalizar o andamento desse ou daquele processo. Mesmo assim, há questão cujo fim jamais almejaria viesse a ocorrer."

- (8) SANTILLANA. O historiador e a teoria da informação, 1970. p. 36.
- (9) KARNER. Movimentos sociais: revolução no cotidiano, 1987. p. 33.
- (10) SABATÉ. Introducción a la psicología jurídica, 1980. p. E9.  
No original: "Ciertamente no existe fenómeno conductual alguno en donde no se dé esta incidencia ni en donde la misma no juegue sus bazas. Lo que sucede es que en otros campos de la ciencia de la conducta de los investigadores, por ejemplo la conducta familiar, alimenticia o sexual, suele representar una variable de mínima influencia en su comportamiento científico, de modo que no hace falta saber si el investigador es soltero o casado, si tiene úlcera de estómago o si es homosexual para predecir si el resultado del trabajo que está desarrollando será ácido sulfúrico, un puente o el despeje de una ecuación de segundo grado. Sin embargo, nada de aquello deviene intrascendente en el campo de los operadores jurídicos: la forma y el contenido de una ley o de una sentencia, el consejo que proporcione un abogado y la obediencia espontánea o no a una norma, dependen en cada momento no sólo de la definición operacional y la conducencia de dicha norma, sino también de un abanico de actitudes y comportamientos de muy compleja naturaleza. El hecho de que todo esto no se haya estudiado no significa que no exista, ni que careza de importancia, ni que seja mejor olvidarlo. Como afirma Jerome Frank, ciertamente, salvo em broma, nadie ha propuesto la explicación de todas o muchas de las decisiones de los jueces en términos de molestias gástricas o digestivas. Pero todos sabemos que las condiciones físicas o mentales de los jueces tienen un marcado efecto en sus resoluciones. La participación en este juego de toda una serie de conductas ritualistas (lenguaje, escudos, togas, arquitectura de las salas de justicia, etc.) añade todavía más importancia a las variables extrañas, ya que desencadenan múltiples reacciones emotivas."
- (11) FREITAS. Justiça eficiente, 1987. p. 79.
- (12) Ibidem. p. 81.
- (13) MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Participação político-social 1988, 1990. p. 28.
- (14) Ibidem. p. 29.
- (15) Ibidem. p. 31.

(16) Idem. p. 31.

(17) Ibidem p. 34.

(18) ARMELIN. O acesso à justiça, 1989. p. 171.

### 3. A retribuição da prática

#### 3.1 — O Controle Jurídico e a Contraprestação Liberal

Há três séculos, Montesquieu formulava a concepção da tripartição do Poder, visando a superar os riscos do Absolutismo.

A conseqüente pluralidade na gestão política do poder, desde então assumia a nomenclatura condizente com cada tarefa específica, como a de legislar, executar a administração e a de julgar.

O exercício desse poder veio se articulando dentro de uma perspectiva, idealizada, de equilíbrio, que, em realidade, nem sempre se constata, pelo menos perdura-se em tese, naquilo que, no jargão constitucionalista, denomina-se de "freios e contrapesos".

Historicamente observa-se que, na medida em que um dos poderes agiganta-se em detrimento dos outros, a hipertrofia repercute imediatamente nas tensões político-sociais, cujo impacto e distorções pode ser medido em vários setores da organização social.

Em estreita correlação, destacam-se os vieses jurídico e o político, que assumem a função de controle.

Enquanto controle político (Cp), cabe a cada um dos poderes nominados a tarefa de fiscalização no sentido de evitar que um se torne superior aos demais, ou um assumam a competência do outro, porém todos possam, ao mesmo tempo, atuar em consonância, fortalecendo-se e fiscalizando-se entre si, tornando-se um dos aspectos da convivência democrática.

Portanto, não existe poder nominado, sem a sua medida de injunção política. É improcedente conceber sejam o Poder Legislativo e o Executivo os únicos com meandro político. É também improcedente tomar o Poder Judiciário como apático aos conflitos políticos. Este também é absorvedor dos conflitos ou mesmo sensível à teoria do equilíbrio, embora o pensamento conservadorista da magistratura se esforce em negar essas injunções, através do conceito de "neutralidade da lei" e, conseqüentemente, do ato de julgar.

Ao organizar-se internamente, o Poder Judiciário assume suas peculiares características, instrumentalizando-se para exercer o controle jurídico (Cj), bastando dizer que suas regras são diferentes das do controle político (Cp), por exemplo.

Para a maioria dos autores, dentre eles NUÑEZ, professor de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), "a primeira das funções da ordem jurídica seria a de agir como um fator de regulamentação do poder político na esfera do Estado." (1)

A Constituição de 1988 reafirmou, como um dos "Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil", no Art. 2º, que: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

O controle jurídico (Cj), uma das funções do Estado, politicamente concebido e constitucionalmente previsto, segue as "Disposições Gerais" do Art. 92 e seguintes do atual texto da Constituição. (2)

A natureza, por assim dizer, de cada poder nominado corres-

ponde ao tipo de informação que detém e que, por este motivo, justifica o seu papel controlador. Este controle é exercido junto à sociedade civil.

A afirmativa do Parágrafo Único, do Art. 1º, do texto constitucional, de que "Todo o poder emana do povo, que o exerce...", encerra a noção de delegação cujo sentido e, até mesmo o sentimento, faz-se por instituir um Estado Democrático, assegurador dos direitos sociais e individuais, conforme a enunciação do preâmbulo do referido texto.

Neste momento e através deste tratamento, tem-se a oportunidade de demonstrar a noção de contraprestação, como uma decorrência da concepção contratualista de Estado e Direito, junto à atual Constituição. Ou seja, na medida em que "o povo" delega e imediatamente transfere ao Estado uma parcela das suas razões políticas, conseqüentemente aguarda, em contrapartida, a realização das suas aspirações e objetivos, como por exemplo "... a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos...", substantivos contidos naquele preâmbulo.

E se essa contraprestação não acontece, cria-se um vazio político-administrativo que, nos registros históricos recentes desta nação, foram inscritos por um discurso de modernização à custa da liberdade e das garantias individuais, sob a guarda da ditadura militar. Ou, como no atual modelo, "sonhos de modernização que se parecem com os de uma tribo africana", conforme FAORO (3)

A especificada contraprestação, objeto do presente estudo,

está prevista no Art. 5º, item XXXIII, da Constituição Brasileira de 88, no qual: " - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

E, em decorrência, acontece a capacitação instrumental, também via positividade constitucional, para efetivar essa base jurídica, fiscalizar o cumprimento do exercício democrático, de maneira prevista no item LXXII, do mesmo artigo supra, quando: " - conceder-se-á 'habeas-data': a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo".

A incidência da contraprestação entre interesse público e privacidade acontece, pois, num clima de constante tensão, politicamente proporcionada pelo tipo de idéia intervencionista que se faz do Estado, tendo como parâmetros a maior ou a menor força interventora.

Identificar, no momento atual, qual o grau de intervenção estatal só é possível quando concretamente, frente à inscrição de um fato, ou de alguns fatos, for elaborada a análise a partir do status quo da questão.

Ora, o aspecto mais flagrante e detectável destes acontecimentos decorre da inferição de que, não havendo um ordenamento ju-

rídico regulamentador integral, no que concerne ao controle automatizado dos processos judiciais, a intervenção estatal, através dos seus agentes públicos, arrebatada pela febre da tecnologia sofisticada, acaba promovendo transtornos e constrangimentos ao direito à Privacidade a partir dos acontecimentos do Cotidiano do Direito e do Direito no Cotidiano.

Em outras palavras pode ser dito, a contraprestação não se projeta apenas pelo seu viés político; existem outros, dentre os quais instala-se a conformidade jurídica, que apontam para a formalidade das leis (substantivas, adjetivas e de organização), as quais delinham o perfil social a partir das relações cotidianas.

Assim, a insuficiência de regulamentação deixa a privacidade desamparada frente ao agigantamento do Estado. Como se trata de uma entidade ubíqua, encerra dentro de si uma grande quantidade de contradições. Desse modo, estimula a indústria para a produção de artefatos eletronicamente sofisticados, com os quais, tanto a iniciativa pública quanto a iniciativa privada - face aos estímulos de consumo -, acaba atentando contra esse núcleo de idéias que visa a proteger o indivíduo; seja no todo social, seja no seu particular.

Mesmo assim, o dever ético, político e jurídico da contraprestação permanece diretamente sob a guarda do Estado, tendo como canal de materialização os poderes nominados e as instituições que o compõem, os quais devem providenciar em todos os segmentos, com suficiência, o disciplinamento da matéria na parte que lhes compete, para o pronto atendimento quanto à proteção da privacidade e



do interesse público.

Neste sentido, textualmente, seguem as anotações profusas de OLIVEIRA:

"A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem são declaradas invioláveis (XI) [nota do autor]. Com isso, atualiza-se o direito brasileiro, [referindo-se a Constituição de 88] que está atrasado 40 anos na matéria em relação à Declaração Universal de Direitos Humanos. A proteção legal da intimidade, da vida privada e da imagem, contra os modernos recursos da fotografia, da sonografia, dos meios de transmissão da imagem e do som, da informática, contra a indiscrição individual e de repórter sem escrúpulos, contra os abusos de investigadores públicos e particulares e contra a bisbilhotice de certos cadastros de banco de dados - tudo isso, que atenta contra a intimidade, a privacidade e a imagem das pessoas, haverá de ter, daqui por diante, o corretivo necessário; que já tem em países onde se cuida de proteger a pessoa humana também sob esses aspectos. Os modernos recursos da tecnologia agridem a todo instante, por meio de aparelhos de escuta, de ótica e de fotografia, animada ou não, a intimidade, a privacidade e a imagem das pessoas. Os cadastros de empresas financeiras e comerciais e os serviços de proteção ao crédito invadem a vida privada das pessoas, enquanto órgãos públicos formam bancos de dados sobre a vida privada de cada um a pretexto de segurança pública e coletiva. É um fenômeno mundial, contra o qual já se insurgiu a Assembleia Geral das Nações Unidas, que vem, desde 1948, estimulando o combate a esses tipos de agressão ao ser humano."(sic.)(4)

Neste momento define-se o registro de três tipos básicos de controle, a saber: o político, o jurídico e o tecnológico. Apesar desta tripartição apontar para um suspeito tecnicismo, dizemos complementarmente que os elementos de um e de outro acabam se influenciando dentro de uma proporcionalidade incalcada pelo procedimento histórico vivenciado por cada projeto social.

Assim, criticamos o posicionamento de tomar o controle tecnológico, por exemplo, como incidente com exclusividade na tarefa de administrar os processos judiciais, dizendo-se independente das injunções do controle jurídico-político.

Menos provável é que haja um programa informatizado (asséptico) ou que contenha a precisão de uma cirurgia que não venha a ferir os interesses contidos no pensamento liberal em relação aos direitos à individualidade, desde a configuração clássica teorizada por Locke e Rousseau.(5)

SANTOS, dando a sua conformidade à matéria em epígrafe, anota:

"O fundamento e a finalidade do instituto [referindo-se ao Habeas-Data] advêm da necessária tutela à intimidade individual específica. É certo que encontramos a tutela da imagem e da intimidade em outros dispositivos. Confirmam-se os incisos V, XI, XIII, XV, todos do artigo 5º, que indiretamente procuram resguardar a intimidade, a informação etc. Todavia, o Habeas-Data está endereçado especificamente à guarda do indivíduo contra a manipulação de dados e informações falsas, imprecisas ou ilegais que o Poder Público (ou quem faça as suas vezes), bem como entidades de "caráter

público" - que devem ser entendidas como aquelas que manipulam dados e ofereçam, a título gratuito ou oneroso, as informações colhidas - eventualmente detenham". (6)

Assim o controle jurídico (Cj) inerente à capacidade técnica do Poder Judiciário, mas que, ao mesmo tempo, está açambarcada pela teoria do equilíbrio, portanto uma injunção do controle político (Cp), quando não dispõe das suas imprescindíveis regras regulamentadoras, deixa de, efetivamente, exercer o conteúdo e a finalidade do controle a que se propõe, que é o de promover a contraprestação entre o interesse público e a privacidade via informação, tendo, como o caso em tela, o controle automatizado dos processos judiciais.

Neste caso é possível inferir-se que acentuadamente há uma intervenção, mesmo que aparentemente accidental, do Estado via princípio do Interesse Público na órbita da vida privada, que, em última análise, manifesta-se com uma agressão ao pacto político original, ou ao "Contrato social", como diria ROUSSEAU. (7).

Em síntese é possível afirmar que o direito à informação, muito embora inegavelmente expressivo, tal como exposto no texto constitucional, requer múltiplos desdobramentos; necessita, principalmente, de uma configuração natural e efetivamente cotidiana, que alcance os comportamentos remotos na trajetória da comunicação.

O Habeas-Data é uma dessas viabilidades jurídicas, mas que, sem dúvida, não é suficiente porque caracteriza-se pela sua ingerência pos factum. E o que está se cobrando, no transcorrer deste

trabalho, é um controle, também, ante factum.

A contraprestação liberal deve ter a preocupação com a configuração do conteúdo desses bancos de informações, porque, antes de passar as informações, faz-se necessário eleger quais são os itens que comporão os relatórios.

Havida, por parte do agente público controlador, a escolha indiscriminada, o Estado deve assumir a responsabilidade, não só político-juridicamente, mas, de igual modo, responder pelo ressarcimento dos danos materiais.

Todavia causa espécie, quando decorridos alguns anos do advento da Constituição de 1988, estatisticamente se tem que o Habeas-Data foi impetrado poucas vezes.

Note-se que o Habeas-Data foi cotejado da literatura jurídico-portuguesa e adaptado ao texto constitucional vigente para fazer frente aos "segredos" do (S.N.I.), que obstaculizavam a trajetória da construção democrática deste país.

Com o encerramento das atividades daquela entidade, o Habeas-Data perdeu a sua efervescente procura, tornando-se mais um clássico instituto adormecido inscrito no direito brasileiro? Por outro lado, continua, de maneira cada vez mais acentuada, junto à iniciativa privada, a automatização das informações consideradas do interesse público, como, por exemplo, os canalizados pelos Serviços de Proteção ao Crédito (SPC), Sistemas Bancários (SB), Sistemas Condominiais (SC), Sistemas de Saúde Privada (SSP), mas, principalmente, junto às tarefas que dizem respeito à aplicação do ordenamento jurídico exercidas pelo Poder Judiciário e institui-

ções afins, como são os Ministérios Públicos, as Procuradorias Gerais dos Estados, as Advocacias Gerais, Secretarias de Justiça e Segurança, Sistemas Penitenciários, dentre os mais destacados. Registre-se, também, uma grande tendência de automatizar os setores de administração de pessoal, da esfera pública, desvendando salários e outras vantagens.

Essas entidades judiciais a cada dia vem aumentando o estoque de suas informações sobre os dados pessoais dos cidadãos, envolvendo bens patrimoniais e não patrimoniais. E a entropia dessas informações, causadas, às vezes, pela má elaboração da concepção de controle a ser operacionalizado no sistema e no programa da gestão pública desses bancos de dados, vem resultando em escândalos e outros efeitos com os quais estamos vivenciando nesta atualidade. Tomemos o caso da DATAPREV e a sua malfadada lista de "rombos" e "marajás" da Previdência Social, pelo que o grande escândalo político nacional ficou oficiosamente resumido às apontadas distorções programáticas, conforme as "explicações" prestadas em entrevistas pelo Presidente da Comissão Especial nos programas de televisão, principalmente na Rede Brasil, no transcorrer do final do mês de abril e começo do mês de maio de 1991.

As Procuradorias Gerais estaduais, por exemplo, na sua corrida para a automatização, capacitam-se a manipular as informações sobre imóveis vinculados ao contexto fundiário que envolve o deslinde entre patrimônio público e o privado de tal modo que, não havendo maiores cuidados com a regulamentação, o direito à privacidade, no que respeita à propriedade, acaba sucumbindo à devassa

do controle do interesse tomado como público.

Sabe-se que o Brasil (ironicamente) é um dos "grandes" também em quantidade de legislação. Por outro lado, sempre se está a cobrar mais leis, em face da insuficiência do ordenamento posto. Este efeito causa o impacto da dúvida e da banalização no âmbito da comunicação cotidiana.

A prestação liberal, portanto, não pode ser cobrada apenas sob o ponto de vista do controle jurídico; assume, também, uma forma de luta política, não resumida apenas à pretensão da teoria montesquiana do equilíbrio dos poderes nominados, mas deve refletir um equilíbrio democrático, politicamente previsível, ecológico e universalista, em face dos rumos que o mundo de hoje assumiu.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) NUÑEZ. A ordem político-jurídica no estado de direito, 1980. p. 59.
- (2) BRASIL. Constituição Brasileira, 1988. p. 65.
- (3) FAORO. O governo da ineficiência, 1991. p. 8.
- (4) OLIVEIRA. Os direitos e as garantias fundamentais na Constituição Brasileira de 1988, 1989. p. 31.
- (5) FARIA. Poder e legitimidade, 1978. p. 78.  
"Nesse sentido, a legalidade nada mais significa do que a existência de um conjunto escalonado de leis, estruturado em função de um conceito de poder público que diferencia os campos de ação dos setores público e privado, e a conformidade de todos os atos praticados não apenas pelos governados, mas também pelos próprios governantes. Ela é, assim, um tema essencialmente moderno, na medida em que o contratualismo, na linha de Locke e Rousseau, desenvolve nos séculos XVII e XVIII uma série de idéias que se cristalizam no século seguinte e, em cujo bojo, está o princípio de que o governo das leis é sempre preferível ao governo dos homens."
- (6) SANTOS. Os direitos e garantias fundamentais e a nova constituição, 1989. p. 61.
- (7) ROUSSEAU. Do contrato social, [s.d.]. p. 44.  
"Vê-se, por isso, que o poder soberano, por mais absoluto, mais sagrado, mais inviolável que seja, não ultrapassa nem pode ultrapassar os limites das convenções gerais, e que todo homem pode dispor plenamente daquilo que lhe foi deixado de seus bens e de sua liberdade por essas convenções; de modo que o soberano jamais tem o direito de onerar um súdito mais que outro, porque, então, a questão se tornando particular, seu poder deixa de ser competente."

### 3.2 — Qual o segredo? Qual a transparência?

A Informática Jurídica, conforme enunciamos em capítulo anterior, tendo encontrado sua peculiar problematização, sem perder de vista o recorte específico do controle dos processos judiciais, impõe, neste momento, analisar o perfil da estrutura de classe da realidade com a qual trabalhará, e com isso revelar o segredo, tendo pseudonimamente como "segredo de Estado", e a "transparência" que interessa, no sentido de firmar a caracterização do interesse público e da privacidade.

Inicialmente, aparenta tratar-se de uma estrutura de classe dicotômica (pobres e ricos, informatizados e não informatizados), cuja impressão não satisfaz, quando, por exemplo, em nosso posicionamento teórico, as situações intermediárias acabam ganhando grande repercussão junto ao ambiente cotidiano, o qual, sem dúvida, é mais flexível na absorção dos acontecimentos e superam facilmente as matrizes dicotômicas do pensamento oficial.

Vejamos esta questão do ponto de vista do Direito.

É inútil pensar que uma determinada organização judiciária permanecerá inalterada para muito e sempre. O fenômeno das mudanças havidas neste poder nominado são costumeiramente lerdas em face do tradicionalismo. Contudo, é viável acreditar na possibilidade de algumas mudanças denotativas de qualidade.

Mesmo que se comente que a estrutura organizacional do tribunal seja arcaica, há a possibilidade de algum segmento receber, de



quando em vez, uma reestruturação um pouco mais ágil e moderna, para fazer face às pressões dos interesses colocados em evidência, como foi o caso da criação da Justiça do Trabalho, na década de quarenta. E, atualmente, pós-Constituição de 1988, como está sendo o caso da implantação dos Juizados de Pequenas Causas, Consumidores, Meio-Ambiente e Agrário.

A partir do possível atendimento ao reclamo desses específicos interesses, o qual se faz acompanhar da respectiva mudança na estrutura organizacional, possibilitando a viabilização e aplicação das normas ou conjunto delas, é possível identificar, no caso concreto, com qual idéia de classe o legislador enfrentou o problema. Em palavras mais simples, para quem ele legislou.

Veja-se que na expressão "pequenas causas" há uma distinção econômica que o próprio Direito Econômico, em sintonia com os pressupostos da Economia, assimila ao direcionar a sua atenção jurídica.

O mesmo acontece com a especificação "consumidores", a qual mantém uma relação polarizada com a dos "produtores", e isto na Economia se traduz como a regra de mercado: produção, consumo, lucro e qualidade ou concorrência - uma difícil equação entre seus agentes e seus papéis.

Quanto ao "meio-ambiente", embora aparentemente e de pronto não se destaquem cifrões ou outros símbolos econômicos, na verdade trata-se de uma problemática concernente aos recursos naturais, portanto na condição de exauríveis, e isto, para a Economia, é a parte elementar na concentração da riqueza.

Frente a esse quadro, é possível assinalar que, embora a aspiração jurídica da validade da norma procure ter a mais abrangente aplicação quanto ao que for possível e necessário, ao que se referem os termos jurídicos "competência" e "jurisdição" - por fim, às normas, se vistas através dos cânones de uma análise ideológica -, sempre se destinam a uma determinada estrutura de classe.

Mesmo os tipos tomados como os mais genéricos, como o homicídio, por exemplo, não abrangem a todos; logo, são providenciadas as exceções como a legítima defesa, menores de idade, incapacidade mental; além do que, no mesmo exemplo, marcadamente a natureza viva privilegiada e protegida é tão somente a que se diria existente em tempo de paz.

Ademais não contempla com tamanha ênfase todo o universo biológico: a vida universal do Planeta. Com esta limitação, mantém-se quase que impertinente frente à violência provocada pela guerra através da corrida industrial armamentista, ou frente às medidas usuárias do descalabro econômico do capitalismo selvagem, e muito menos frente à destruição dos ecossistemas, via ação poluidora, quando da exploração dos recursos naturais.

Assinalamos que, sintomaticamente, só muito recente é que algumas providências tenham sido tomadas visando à busca da comunhão universal da existência. Tudo isso trata de um exemplo histórico que demonstra a limitação, a insuficiência, de uma maneira geral, das legislações tradicionalistas e conservadoras, tendo como parâmetro as leis em vigor.

Sem dúvida, no que respeita ao que controlar sob a ótica dessas legislações, diríamos criticamente que nenhuma ênfase é feita, e isto significa dizer que, quanto à forma de aplicação adotada por elas, consome-se na própria aplicação, desgastando-se cada vez mais, até alcançar o ponto crítico do descrédito, ou seja, a inversão do sentido de "aplicação" por o de "não-aplicação".

Dito melhor: o tipo de controle sobre os processos judiciais a ser exercido, face à chegada cada vez mais das recentes legislações especialistas, ao nível de aplicação na perspectiva de uma determinada estrutura de classe, leva em conta antes de tudo o controle da eficiência da aplicação da lei e não simplesmente o contentar-se com a "aplicação pela aplicação", tal qual acontece no passado recente.

Os cuidados humanísticos ensejam a realização desse objetivo da aplicação com plenitude, sob pena de - não sendo assim - a negligente aplicação da lei estar pactuando com a hecatombe.

Em complementariedade, pode ser dito que se trata de uma tônica inadequada pensar que a aplicação das leis e, logo, o controle dos processos judiciais podem encerrar-se como explicáveis por si mesmos. Desse modo, o que antes parecia ser uma tarefa renegada do tipo "controlar o incontrolável" hoje manifesta-se como uma tarefa urgente, pois que tudo, a seu modo e possibilidade, deve contribuir de maneira significativa a partir do restabelecimento do cotidiano.

A recém-finda argumentação desenvolvida no sentido de examinar o perfil do interesse social a partir dos interesses das clas-

ses, aponta para uma potencialidade existencial que reaproxima as posições das classes tomadas inicialmente como não possuidoras, ou não capazes de possuírem um interesse comum, e isto faz repercussão naquilo que se denominou como as versões do "segredo de Estado", sendo a mais recente a da "transparência" dos atos da administração pública.

Então, na medida em que uma determinada composição legislativa for consistente no sentido de possuir na sua contextualização o elo universal de interesses das classes e dos indivíduos integrais, desta forma as versões sorrateiras de "segredo de Estado" serão detonadas, expurgando-se os argumentos improvisados da ficção política que obliteram o exercício democrático da informação. Ou, como no caso da transparência, farão incidir no ponto comum do contrato social original que de algum modo tivera sido esquecido pela memória coletiva nacional. Ou seja, ainda: não pode haver maior grau de transparência do que o já estabelecido no contrato social original e, assim, a sua evocação soa como de um efeito tardio.

Mas, mesmo que paradoxalmente, é o "segredo de Estado", em contrapartida à solicitude de "transparência", que proporciona a constante discussão das reservas de conteúdo para o exercício da regulamentação jurídica. Então, a questão que se instalou não pode ser resolvida com a simples negação dessas duas projeções, porém faz sentido um contínuo averiguar do seu comportamento de encolhimento ou de expansão.

Assim é possível indagar até que ponto o Estado tem avançado

na reserva legal da privacidade do indivíduo, quando por exemplo alega a necessidade de controlar os processos judiciais. Com isto, em cada programa informatizado, situado no caso concreto, identifica-se qual o interesse de classe que ele alcança dentro do plano de sua finalidade.

Apesar de parecer haver uma certa distância entre "segredo de Estado" e o controle dos processos judiciais, guardadas as devidas proporções, a reverberação daquele junto ao Poder nominado, respectivamente (Judiciário), acolhe o mesmo efeito. Ou seja, o que leva algum interesse ou alguma condição ser declarado - segredo - no processo judicial?

Tomado como exemplo o que estabelece o Art. 155, do Código de Processo Civil, destacando o sigilo dos interesses voltados para o casamento, filiação, separação dos cônjuges; ou como dispõe o Art. 325 do Código Penal que proíbe revelar fato cujo conhecimento se dê em razão do cargo exercido, ao qual deva-se manter o segredo; até mesmo, o exemplo contido na Lei no. 7.646, de 18 de dezembro de 1987, em seu artigo 39, parágrafo 2o. : "A ação civil, proposta com base na violação dos direitos relativos à propriedade intelectual sobre programas de computador, correrá em segredo de justiça". Deparamos que tais providências visam à proteção da individualidade, da privacidade, assim como o ponto de vista político, o "segredo de Estado", visa a proteção da organização político-jurídica, quanto a sua incolumidade. Portanto, um está relacionado intimamente com o outro.

Neste sentido, controlar os processos judiciais, mesmo ten-

tando proteger efetivamente a privacidade, que, em decorrência, é uma das manifestações da individualidade, é procurar saber como cohabitam o "segredo de Estado" e o "segredo de Justiça".

Como se não bastasse a correlação, esta cria um efeito de campo magnético (jurídico) de atuação, sob o pressuposto da transparência. Assim, o que girar em seu derredor prevê-se que percorrerá a órbita do exercício democrático, com entusiasmante resultado para o indivíduo e para o estado.

A par destas observações o controle informatizado dos processos judiciais tem a ver com o estado e com o indivíduo, e não simplesmente com a manifestação de uma ação despicienda de personalidade, fria ou simplesmente caquética. Trata-se, portanto, de um fenômeno social de interesse e da abrangência da Sociologia Jurídica.

Relativamente ao Estado, através de sua macro-estrutura e organização, o emprego da tecnologia é um recurso que deve inspirar uma "consciência possível", na medida em que, identificando-se a estrutura social a quem a norma se destina, cabe ao administrador-aplicador público da lei compatibilizar os efetivos recursos para o exercício do controle jurídico.

Por exemplo, no combate a uma criminalidade sofisticada, que também faz uso de aparatos eletrônicos, não é possível manter um tribunal na base de palavras sacras, latinices, desorientado por tantas formalidades clássicas, que não representam mais nenhum empenho, nenhuma segurança ao princípio do acesso à justiça. Em última análise, é a própria expressão "faça-se justiça" em decompo-

sição.

Outro exemplo, de efeito contrário, é destinar ao controle dos processos judiciais que tramitam sob o interesse das pequenas causas um aparato tecnológico sofisticado, o que acarretará um desperdício econômico (do dinheiro público) e a subutilização das potencialidades desses recursos eletrônicos.

Direta ou indiretamente, como vimos, dá-se uma das formas de garantia à reserva da individualidade. No primeiro exemplo, porque não há proteção à individualidade sem a contraprestação do Estado-julgador, atento a determinados tipos de conflitos através de um exercício efetivo do ato de julgar. Quanto ao segundo exemplo, porque o Estado-julgador, através do exercício efetivo do ato de julgar, não pode se transformar num imortal perseguidor, um ser eletronicamente onipotente, esmagador da individualidade.

Em ambas as colocações, depreende-se o pressuposto do equilíbrio político-juridicamente contratual que se quer permanentemente celebrado em nome do "estado-capitalista-liberal" dos tempos modernos, na versão jurídico-política de "estado-bem-estar-social-estado" de direito, às vésperas da passagem de uma cultura jurídica artesanal para uma cultura jurídica tecnológica.

A crítica se faz no sentido de que nenhuma prática de "segredo de Estado", "segredo judicial", controle jurídico, controle automático, ou controle dos processos judiciais, será suficiente na solução dos problemas que rondam o dilema da modernidade, os problemas criados pela Revolução Industrial, e os que estão acontecendo com os efeitos dos tempos ditos de Pós-Revolução Industrial.

O que se pode avaliar, correlativamente, é que existem determinadas práticas jurídico-políticas e tecnológicas. Aqueles que ainda pretendem fazer mistério com o cartaz "segredo de Estado" ou o da "transparência", como se fora uma nova atração, com possibilidade de resgatar novidades, quer para o indivíduo quer para o estado, na construção organizacional do imaginário social, descaram da memória quanto ao "contrato original", baseados no conceito de propriedade que, mesmo já distanciado no tempo, encarando hoje o construtivismo da nova realidade, tem possibilitado algumas liberdades vivenciadas de maneira diversificada entre as "potências centrais" e os "povos periféricos". Além do que, um aparente ou simples controle automático, acaba se tornando o agente secreto da transmissão ideológica.

A tensão ideológica entre a informação e o segredo se afigura como uma zona de convivência, a qual serve para disfarçar ou fragilizar o otimismo dos projetos ocidentais sobre a modernidade, na medida em que os resultados desses projetos nem sempre são os mais prósperos, deparando-se, daí, com as utopias transplantadas para o Terceiro Mundo, oportunidade em que se revelam preponderantemente idealistas, do tipo, criticamente anotado como "a solução só pela razão".

Porém, a racionalização da informação e do segredo é o que impulsiona a construção dos modelos de organização, controle, condução, decisões políticas, jurídicas, econômicas, aspectos culturais, enfim.

Há, entretanto, um aprendizado a ser feito: os sistemas de um



modo geral são vulneráveis às estratégias, daí sempre o jogo das estratégias envolvendo segredos e transparências.

Por outro lado, o cotidiano acaba assumindo uma função grandiloquente junto aos segredos, pois os dissipa, revestindo-os sempre de uma nova versão, e, nesta operação, nunca se converte num renovado segredo. Tem por conseguinte, o antídoto do próprio segredo, o anti-segredo. Por esta razão é na relação cotidiana que se crava o exercício desvendador da banalização.

Não é tarefa difícil verificar, numa rápida incursão histórica, que no princípio não muito remoto havia uma estreita correlação entre "segredo de Estado" e "segredo de alcova".

Vejamos, por exemplo, quando o rei era ao mesmo tempo o sentimento político, o sentimento sexual, o sentimento paternal, e outros tantos símbolos do poder, alugando o mesmo corpo, convivendo com a sensoriedade da carne, tudo no mesmo corpo e no mesmo espírito, suas decisões políticas sobre os destinos do reino dependiam de uma boa satisfação erótica-sexual ou vice-versa.

Havida a separação formal, o "segredo de alcova", que antes poderia influenciar uma importante decisão política, abandonou o seu lugar no trono para se concentrar cada vez mais no ambiente da individualidade, privacidade e intimidade, com que os casais passaram a compartilhar seus desejos em ambientes reservados.

De outra feita, a cumplicidade do "segredo de Estado" passou a ser partilhada entre os agentes políticos e seus partidos. Até o ponto em que, face à franca expansão, como nem todos podiam ao mesmo tempo participar das cumplicidades do segredo politicamente

articulado, desenvolveu-se a nova plataforma vinculada à Informação. Assim, efetivou-se a supremacia dos que detêm a informação em detrimento dos desinformados ou dos necessitados dela.

O "segredo de Estado" transformou-se numa nova apologia que é à da informação. E a informação, que usualmente diz respeito ao emissário e ao destinatário, tem, dentro do quadro da ampliação da comunicação, forçosamente extrapolado os limites da sala das reuniões e dos despachos, para instalar-se, com efeito, no cotidiano, trafegando sob a forma de mensagens que precisam ser constantemente interpretadas.

Vejamos uma sequência de citações de ALMINO, com as quais fundamentamos nossa argumentação até aqui:

"A informação é mais que a mercadoria por excelência da sociedade pós-industrial. É a sua razão de ser. E o desenvolvimento dos novos circuitos de informação se devem à informática." (1)

"O que, em alguns meios, se convenciou chamar de 'pós-moderno' tem na informatização da sociedade sua principal característica." (2)

"Mas devemos também estar conscientes para o fato de que esse liberalismo reforçará de maneira extraordinária o poder daqueles que estocarem informações, dos detentores de bancos de dados." (3)

"É importante, nesse contexto, alertar para o erro de se considerar que quanto mais informação ou quanto mais publicidade, maior a possibilidade de esclarecimento e, portanto, maiores as chances de exercício de cidadania. Ora, nada mais ilusório." (4)

"Se não recusamos nem as informações nem os instrumentos,

consideramos importante a questão de sua democratização e recusamos sim a ideologia da informação, que transforma esta na verdadeira substância do mundo, na Idéia hegeliana." (5)

Feita a reflexão, sobre o que até agora foi anotado no espaço do presente título, relembremos que estamos atravessando um capítulo cujo projeto destina-se a retratar a "Retribuição da prática".

Anotamos, neste sentido, que nada melhor do que a evocação da experiência vivenciada pelos brasileiros (estudantes, professores, profissionais liberais, políticos, religiosos, comuns do povo, marginais, militares) com o Serviço Nacional de Informação (S.N.I.), atualmente extinto, para se fazerem as avaliações que interessam ao nosso recorte dissertativo. E, assim, estaremos complementando a questão do segredo e da transparência através da visualização das linhas básicas do interesse público, manifestado pelo controle dos processos judiciais.

Temos, dentre as várias implicações do assunto, as relativas aos "processos" oriundos do S.N.I. e auxiliares, que ora tinha cunho administrativo, ora policial, e até mesmo "poder" judicial, como exemplo da mais grave anomalia jurídico-política da história da democracia da nação brasileira. (6)

Todavia, não discutiremos propriamente os aspectos diferenciadores. Ao invés, comentaremos o tipo de informação e mensagens que eram veiculados na documentação que compunha cada "auto", sob o poder da violência física e tecnológica.

Muito bem poderia ser dito: não há por que temer a tecnolo-

gia, depois de tudo há que se temer o que a barbárie, em nome alheio, pode cometer de crimes.

O tipo de controle dos "processos" exercido pelo S.N.I., basicamente, tratava de dados sobre as pessoas, relacionados a fatos e coisas, sem nenhuma preocupação criteriosa de exame, constatação e provas. Além de tratar das características físicas, havia também uma identificação ideológica, conhecida como "Ficha Sintética de Avaliação Sobre o Levantamento de Dados Biográficos Efetuado", montada da seguinte maneira: (7)

LDS no. \_\_\_\_\_ Nome \_\_\_\_\_  
COGITACÃO: \_\_\_\_\_

- |  |   |
|--|---|
| 1. POSIÇÃO IDEOLÓGICA                              | <input type="checkbox"/> DEMOCRATA<br><input type="checkbox"/> COMUNISTA<br><input type="checkbox"/> ESQUERDISTA<br><input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS<br><input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM<br>OPINIÃO CONCLUSIVA  |
| 2. ATITUDE COM RELAÇÃO A<br>REVOLUÇÃO DE 31/MAR/64 | <input type="checkbox"/> INTEGRADO<br><input type="checkbox"/> ADESISTA<br><input type="checkbox"/> CONTRÁRIO<br><input type="checkbox"/> CONTRA-REVOLUCIONÁRIO<br><input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS<br><input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM<br>OPINIÃO CONCLUSIVA |
| 3. ATIVIDADES SUBVERSIVAS                          | <input type="checkbox"/> ATUANTE<br><input type="checkbox"/> SIMPATIZANTE<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS<br><input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM<br>OPINIÃO CONCLUSIVA  |
| 4. PROIBIDADE ADMINISTRA-<br>TIVA                  | <input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS POSITIVOS<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS NEGATIVOS<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS   |
| 5. EFICIÊNCIA FUNCIONAL<br>OU PROFISSIONAL         | <input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS POSITIVOS<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS NEGATIVOS<br><input type="checkbox"/> NÃO Há REGISTROS   |

6. CONDOTA CIVIL ☐ NÃO HÁ REGISTROS POSITIVOS  
☐ NÃO HÁ REGISTROS NEGATIVOS  
☐ NÃO HÁ REGISTROS

-----

7. OBSERVAÇÕES

-----

APRECIACÃO FINAL

☐ NÃO HÁ RESTRIÇÃO  
☐ OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA-INDICAM O APROVEITAMENTO  
☐ NÃO EXISTEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CONTRA-INDIQUEM O APROVEITAMENTO  
☐ NÃO HÁ REGISTROS  
☐ NÃO DEVE SER APROVEITADO

-----

Afora os tipos de perguntas politicamente absurdas das fichas que acabamos de ver, também encontramos denúncia - na mesma obra consultada - de ocorrências do tipo "decisões" que se revestiam da força de verdadeiras sentenças, com o envolvimento de mérito judicial inapropriado, sendo consequência da formulação dessas informações coletadas e armazenadas pelos "agentes" e "colaboradores".

Não podemos aceitar, dentro do espaço da menor reserva legal, que se tratasse de processo, e muito menos processo que tivesse alguma correlação com os procedimentos judiciais do estado de direito.

significa, então, há a necessidade do estabelecimento de parâmetros que demarquem os itens que deverão constar na forma de conteúdo quando se procede ao relatório para o controle dos processos judiciais, diferentemente do que ocorreu no regime ditatorial.

Podemos estabelecer inicialmente um divisor da questão, qual

seja, que a delineação do interesse público junto ao controle dos processos judiciais deve recair sobre os assuntos restritamente que estejam vinculados aos atos contidos no volume do processo, deixando de lado toda e qualquer solicitação de informação que incomode a privacidade, por se tratar de atos não vinculados ao contexto do andamento processual.

Em outras palavras: a efetividade do controle não deve recair sobre a pessoa, mas objetivamente sobre os atos, os procedimentos do processo judicial; ou ainda, os dados sobre a identificação devem ser somente os necessários que caracterizem a qualificação do autor ativo ou passivo da demanda judicial, sem maiores perturbações ao indivíduo.

Com efeito, o controle tecnológico (exemplificado por uma experiência com a automação no segmento público) dos processos judiciais, bem como, as injunções do controle político sob a forma com que se reveste os poderes nominados - dentre eles o Judiciário - e, com especificidade, o controle jurídico que se inscreve a partir, e não só, do corpo constitucional - pela proximidade com o assunto tratado, destacando-se o Habeas-Data - formam o grande segmento que, do ponto de vista dos estudos do Direito e da Informática Jurídica, repercutem no cotidiano, tendo como pressuposto a efetivação do "estado-de-direito", no qual estejam abertos os canais das informações para a concretização do acesso à justiça.

Em sentido contrário, o dito segredo e a falta de transparência ensejarão o monopólio estatal do poder pelas mãos de grupos privilegiados que atuam nas estruturas do Poder Judiciário.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) ALMINO. O segredo e a informação, 1986. p. 19.
- (2) Idem.
- (3) Ibidem. p. 21.
- (4) Ibidem. p. 23.
- (5) Ibidem. p. 24.
- (6) MANGARIELO. A UNE contra o S.N.I., 1987. p. 45-76.
- (7) Ibidem. p. 57.

### 3.3 — Relato de uma Experiência com a Gestão Pública

#### 3.3.1 — Descrição do Programa

O Ministério Público do Estado do Amazonas, a partir do final de 1987, vem envidando esforços para, com a utilização do processamento computadorizado, dentre o elenco dos seus serviços, "controlar" a tramitação dos inquéritos e processos judiciais, tanto referente às comarcas do interior quanto às da capital.

Essa tarefa cobre uma área de 1.564.445 km<sup>2</sup>, que é a superfície da extensão territorial, compreendendo o total de aproximadamente 50 comarcas, com uma população estimada, pelo censo de 1980, em 1.457.500 habitantes, estimada em 2.001.800, em 1990, e projetada, para o ano 2000, em 2.545.100 habitantes, conforme o IBGE.(1)

O controle da tramitação dos processos leva em consideração, num primeiro momento, principalmente o registro da quantidade de inquéritos policiais distribuídos aos cartórios do juízo competente, e que, através do despacho do juiz, dá-se vista à Promotoria de Justiça para o exercício ministerial, ou seja, promover a "denúncia" e/ou requisitar as diligências complementares, ou, até mesmo, o arquivamento, conforme se afigurem os fatos, tratando-se da área criminal de 1a. Instância.

Quanto à área Civil, junto às Varas específicas (Menores, Família, Fazenda etc.), bem como, junto aos outros juízos especializados (Justiça Militar Estadual, Eleitoral), também são registra-



dos nas formas respectivas em que se revestem o início de cada tipo de ação judicial, com a manifestação de interesse primário ou secundário Dominus litis ou Custos legis, quando da intervenção legal da Promotoria de Justiça.

Na 2a. Instância, são registrados os processos em que atuam os Procuradores de Justiça nas respectivas câmaras, isoladas ou reunidas, ou o Procurador Geral junto ao Tribunal Pleno ou junto ao Conselho da Magistratura.

Denomina-se genericamente esta etapa de cadastramento de processos, que consiste na coleta de variado número de informações referentes basicamente a:

- identificação das partes com interesse na demanda ou no processo;
- identificação protocolar da numeração dos inquéritos recebida junto ao Cartório de Distribuição da Polícia Civil, Cartório de Distribuição do Tribunal, Cartório Processante;
- especificação da tipicidade do crime;
- especificação da data do evento tido como criminoso;
- especificação geográfica (comarca, vara, cartório, promotoria, promotor, região da sede);
- especificação da área de atuação (criminal ou civil).
- especificação do tipo do primeiro ato jurídico promovido pelo Promotor de Justiça, no respectivo processo, com a respectiva data.

Para melhor compreensão da abrangência e o detalhamento da coleta dessas informações, ver modelo em anexo, denominado de fi-

cha cadastral de processos.

O preenchimento das fichas cadastrais é feito pelo Promotor de Justiça junto à respectiva Vara onde atua, e deve ser encaminhada, obrigatoriamente, sob o conteúdo de "relatório mensal", de acordo com o movimento de produtividade do seu exercício, ao final de cada mês, com prazo determinado, concedidos em torno de 5 dias de tolerância.

O relatório é endereçado para o setor de digitação, conhecido pela sigla - SEIN/PGJ (Sistema de Estatística e Informática, da Procuradoria Geral da Justiça), em Manaus.

A segunda etapa é conhecida como andamento processual, que acontece na medida em que os outros atos processuais vão sendo praticados nos autos, já previamente cadastrados, sendo informados ao mesmo setor de digitação, sob o mesmo encargo e responsabilidade do Promotor ou Procurador de Justiça.

Neste segundo momento, um outro modelo é utilizado, conhecido como ficha de andamento de processos, que consiste basicamente nas seguintes informações:

- número da ficha modelo;
- número do processo;
- indicação da incidência penal por artigo, parágrafo, número e alínea;
- nome (alcunha) do réu e co-réu;
- data do ato processual;
- código (programado) do ato processual praticado e;
- a descrição nominal do ato processual realizado.

O modelo de ficha do segundo momento é, por sua natureza, mais simplificado, conforme pode ser constatado no anexo.

Foi visto, portanto, que o controle dos inquéritos e processos ensejaram dois tipos de fichamento. Ambos estão cruzados de modo a complementarem-se no que respeita fundamentalmente à continuidade do input das informações quantitativas e qualitativas incidentes.

Quanto à possível identificação, em qualquer setor da Informática Jurídica estaria incluído o programa da transação MP-AM, como visto, anotaríamos, baseado no esquema proposto por MARTINO, tratar-se de uma Informática Jurídica de Administração, distinta dos setores da Informática Jurídica de Decisões, da Informática Jurídica Documentária, e da Informática Jurídica Analítica e de Ensino Informatizado do Direito. (2)

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil 1990, 1990. p. 63.
- (2) MARTINO. Informática jurídica hoje, 1986. p. 4-8.

### 3.3.2 - Descrição do Sistema

A Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Amazonas (PGJ-AM) é cliente dos serviços especializados da PRODAM, cuja sigla significa Processamento de Dados da Amazônia, empresa situada em Manaus. Essa empresa presta serviços a vários órgãos da administração direta e indireta estadual e também para outros órgãos federais e municipais, ali sediados. Prestando serviços também para o setor privado.

O sistema de comunicação entre o centro de processamento de dados da PRODAM e o setor de acesso do controle dos processos, denominado Sistema de Estatística e Informática (SEIN), localizado na sede da Procuradoria da Justiça, portanto o SEIN/PGJ-AM, é feito através de linha discada (Lp) telefônica da Companhia do Amazonas (TELAMAZON), a partir da transcodificação dos sinais através de Modem, numa conversação compatível, com a utilização de cabo coaxial, via discagem direta, na mesma cidade.

Quanto ao Hardware, ou seja, aos equipamentos, nos limitaremos a descrever os que são utilizados pelo SEIN-PGJ, uma vez que os da PRODAM são de "grande porte" e requerem uma grande especialidade. (1)

Os equipamentos do usuário diretor do programa SEIN/PGJ-AM, inicialmente, constituíam-se de: uma "controladora IBM", na qual estavam conectados 2 microcomputadores Itautec e um Prologica, e três impressoras de porte médio, de razoável velocidade.

Esses equipamentos ocupam uma dependência física de aproximadamente 4 m<sup>2</sup>, sob a constante temperatura de 20 graus centígrados.

O horário de funcionamento compreende os dois períodos do horário comercial. Utiliza os serviços de três digitadores treinados no próprio ambiente de trabalho, cada qual possuindo Password (senha) que lhe permite acessar ao programa sem reservas.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) BENZA, VASCONCELLOS: Teleprocessamento, 1977. p. 1-52;  
Cf. também: PIMENTA, KOSMISKY, HADDAD, Hardware e tele-  
processamento gerenciado, 1984. p. 15-101.

### 3.3.3 — Experiências da Primeira Fase

O software conhecido doravante pelo nome de "transação MP-AM" foi feito de encomenda e teve várias fases de elaboração, afora os necessários testes. Procuraremos distingui-las ao longo deste relato.

O certo é que sua concepção, pouco a pouco, foi se modificando, tendo em vista uma discussão permanente entre Promotores e Procuradores de Justiça sobre sua finalidade e utilidade.

A rigor, dois fatores se destacaram como preponderantes: os gastos financeiros e a interação tecnológica (relação homem e máquina) que compreenderia: os profissionais do MP-AM, na qualidade de usuários gestores do programa; os profissionais da PRODAM, na qualidade de técnicos especializados em programação computacional; e o usuário geral, compreendendo tanto o comum da população quanto o profissional da área, este na condição de não pertencente aos quadros da instituição gestora.

Concentraremos-nos um pouco mais sobre o segundo problema, apesar de suas profundas interrelações.

A automação do controle da tramitação dos processos se, por um lado, representava uma maior possibilidade de desvelo por parte da atividade do agente ministerial, legalmente instituído como fiscal da lei, porquanto passaria a ter com maior exatidão a informação sobre qual seria a fase ou evento que se encontrava cada processo, por outro lado, significava ainda, que ele próprio pas-



saria a ser mais efetivamente fiscalizado, por exemplo, a partir do seu índice de produtividade (quantas denúncias, pareceres, promoções, alegações finais, audiências etc.). Isto porque se tornara conferível nos relatórios do programa à disposição do usuário gestor, com maior brevidade do que acontecia com os levantamentos não automáticos, anteriores.(1)

Ora, a realidade cartorária deste país - por amostragem aleatória, reafirmada pelos fatos registrados na justiça amazonense - sempre conviveu com as distorções causadas pela insuficiência de um controle e uma fiscalização moderna e eficiente, dos trâmites dos assuntos da justiça, ocorridos dentro das estruturas dos tribunais, no cotidiano do Direito.

Os processos, sempre tragados pela grande avolumação, acabam, intencionalmente ou não, fora do percurso normal da tramitação e, por conseguinte, evadindo-se da oportunidade do acesso à justiça para o devido julgamento.(2) São os processos que ficam engavetados, fora da visão corriqueira "em cima da mesa do escrivão", e outros que jamais são devolvidos pelos advogados, juízes, promotores, mesmo depois de findo os prazos legais.

Não havendo um constante interesse das partes, e isto nem sempre é detalhadamente possível, muitos desses processos acabam sem julgamento, incidindo sobre eles a Prescrição, Decadência e Perempção, enfim, o peso do esquecimento pelo fator tempo, frustrando a meta do acesso à justiça.

A fiscalização é, principalmente, de alçada do Ministério Público. Mas este até então não tinha como exercer, com maior efi-

ciência, o controle sobre seus próprios agentes fiscalizadores. Ocorria que a situação encontrada dependia sempre de uma espécie de "ato de fé": o Promotor de Justiça acreditava na quantidade de processos ou inquéritos que o escrivão lhe entregava no transcorrer do cotidiano forense, e a Corregedoria do Ministério Público, por sua vez, acreditava no perfil quantitativo que o seu agente designado para a promotoria, nessas circunstâncias, lhe repassava.

Não havia uma maneira de controlar o controle, se é que dito desta forma se consegue uma melhor compreensão dos fatos.

Muito embora se ouvissem notícias sobre desaparecimentos, extravios, ou engavetamentos, pouquíssimas eram as ações de restauração de processos, em face antes de mais nada, da dificuldade de recuperar os registros das informações anteriormente já oficializadas.

Havia a norma de organização judiciária, mas, de certa forma, embora prevendo a inscrição dos inquéritos/processos no "Livro Tombo", tantos eram os que não se registravam, ou mesmo, quando registrados, ninguém conhecia seu paradeiro. Acresce-se a isso o desaparecimento e a inutilização de folhas por ação do tempo ou dos homens.

A segurança do presente relato leva em consideração que, para a formação do bancos de dados (Bd) do programa, foram necessários vários levantamentos in loco, em todos os arquivos cartoriais das Comarcas. Exigiu a paciência de ter de analisar cuidadosamente, um por um, todos os inquéritos e processos judiciais e todos os livros tombos.

Este tratamento para com a realidade cartorária projetou uma situação incômoda. Desde o escriturário até o mais graduado responsável, mantiveram-se silenciosos, mas na espreita, para com a repercussão política que esta tarefa, dita como ousada, poderia causar, uma vez que espelharia o quadro de insegurança através das distorções no segmento organizacional da aplicação da justiça.

Por um lado, se foi conseguido algum resultado positivo - conhecer concretamente aquela realidade -, mesmo que poucas medidas de saneamento fossem tomadas, porque dependentes de uma ação conjunta com outras instituições, por outro lado, a programação inicial apresentou falhas no sentido de não poder recuperar, objetivamente, esse quadro de informações, concentrado na realidade anterior à automatização do controle dos processos judiciais, de iniciativa pioneira no Amazonas.

Depois do devido armazenamento dos dados coletados, não se tinha no perfil do programa uma possibilidade qualitativamente direcionada para recuperar esses dados, no sentido de espelhá-los num relatório informatizado, levando em conta o desdobramento das informações e a necessidade cada vez mais especificada e detalhada.

Na linguagem de programação, chamam este defeito de "barulhento", porque traz informações e dados que não interessam no momento. Quer dizer, no momento da consulta no vídeo, ou na listagem do relatório, o usuário acabava se perdendo na grande massa de informação contida numa única tela ou página, ficando desfavorecido da informação quanto à sua objetividade e, por conseguinte, quanto

à velocidade da veiculação.

Dados excessivos, no momento da leitura do relatório informatizado, podem ser considerados momentaneamente de "lixo".

O diagnóstico era o de que, apesar do armazenamento de considerável quantidade de dados, sua recuperação em termos de desdobramento de informações era limitada. Do material trazido junto com o "lixo", apenas 20% daquele universo era objetivamente aproveitado. Ademais, essa circunstância, decorrente da programação, acabava estourando a capacidade de varredura e transporte de dados (sobrecarga) do limite global via on line, com suspeita de insuficiência de linguagem programacional ou do equipamento gerador do programa, podendo ser tomada genericamente como deficiência do sistema.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) Antes da automatização do controle dos processos, a Procuradoria Geral de Justiça do Amazonas contava, no seu organograma, com o setor de estatística, ao qual competia elaborar o mapa do movimento anual dos processos judiciais, a ser remetido ao Governador do Amazonas.
- (2) Há 250 mil processos sem solução no estado. O Estado, Florianópolis, 2 mar. 1991. Cad. Geral, p. 9.  
Cf. ainda: 'PACOTES' congestionam justiça. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 fev. 1991. Cad 1, p. 6. e;  
TRIBUNAL usa informática para acelerar justiça. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 fev. 1991. Cad 4, p. 5.

### 3.3.4 — Experiências da Segunda Fase

Nesta outra fase de implantação do sistema tentou-se promover, com maior rigor, uma conversação entre os profissionais da área do Direito (promotores, procuradores) e da área de computação (analistas, programadores), num trabalho exaustivo face à concorrência das duas áreas, fixado pelo parâmetro: o que se quer - o que se pode fazer.

Na ficha de cadastramento, outros dados foram incluídos, referentes agora à tipificação criminal, e isso significava o aprofundamento no estudo da sistematização dos documentos legais (códigos e leis esparsas), no sentido de identificá-los e padronizá-los em rotina, dentro das necessidades a serem atendidas pela nova programação que estava sendo elaborada.

Tratava-se de uma tarefa laboriosa, porquanto era necessário conhecer minuciosamente a sistematização das codificações jurídicas, a engenharia das leis, as quais, se por um lado possuem regras (inicialmente) gerais, com grande incidência pulverizam-se com as exceções, e muita das vezes essas exceções alcançam complexos níveis de flexibilidade, e assim deixam de ser uma simples exceção.

Esse detalhamento cobra muito da capacidade técnica do programador, que deverá manter um contato direto com o idealizador e gestor do programa, principalmente no que se refere ao momento concreto sobre o que deve ser feito, dentro do universo da especi-

ficidade a ser automatizada. Qualquer imprecisão nesta interlocução afetará o ponto de amarração da lógica central do programa. E isto causará uma grave distorção, ou seja, o "erro" não será considerado apenas como um erro em si, tornar-se-ã profundamente contagioso, podendo dimensionar-se numa grande extensão de todo o processamento dos dados.

Para as necessárias identificações de conjunto quanto ao conteúdo jurídico das leis expressado em artigos, parágrafos, itens e alíneas, procedeu-se através de critérios dos extremos: eliminação do conjunto ou associação ao conjunto. Este esquema permite, a grosso modo, fazer uma principal distinção dos conteúdos para efeito da sistematização interna do programa. Contudo, fizeram-se necessários outros esquemas mais sofisticados.

Em linhas gerais, foi transmitida a idealização de um programa que pudesse responder a uma enorme bateria de perguntas, levando em consideração o fator tempo isolado ou acumulado (dia, mês e ano) em função do controle sobre: (1)

- totais de inquéritos policiais;
- totais de processos;
- incidência por tipificação em leis esparsas ou codificadas;
- audiências: marcadas, realizadas e transferidas;
- produtividade por comarca, vara, promotoria, e promotor;
- recursos impretados;
- paralisação dos processos;
- processos concluídos por julgamento;
- sentenças aplicadas: absolutórias, condenatórias, outras;

- totais de prescrições.

Assim como houve a necessidade da projeção do perfil de algumas leis esparsas e alguns códigos, uma outra foi detectada: a do rastreamento do agente ministerial nas Varas de 1a. Instância, e na 2a. Instância junto às Câmaras, para que, identificado no programa e no sistema, se pudesse contabilizar sua produtividade ao longo da trajetória da sua carreira. Uma visão ao mesmo tempo global e personalizada de cada Promotor ou Procurador de Justiça, assunto que anteriormente estava disperso e incontrolável.

Mesmo assim, não é possível assinalar que o perfil do programa nesta fase já estivesse completo, embora, desse modo, tivesse melhorado muito, porque se criou a possibilidade de se recuperar um grande somatório de informações, através de novos relatórios com estatísticas mais detalhadas. Contudo, é possível anotar, concomitantemente, apresenta-se ainda dentro de um quadro de complexidade.

Neste sentido, enseja questionamentos sobre sua finalidade e utilidade; viabilidade (entendida, neste particular, principalmente quanto ao custo financeiro); e sobre seu aspecto filosófico-político, no que respeita a uma possível invasão à privacidade do indivíduo.



Notas bibliográficas e explicativas

(1) Cf. no anexo deste trabalho o menu do programa.

### 3.3.5 — Decorrências da Implantação

#### 3.3.5.1 — Fixação dos Parâmetros

Nesta experiência, podemos inferir que o papel do computador se afigura como o de um mero instrumento. Decorre também a fixação de que o conteúdo do seu banco de informações é do tipo convencional (banco de dados), que implica no parâmetro do seu alcance e limitação.

#### 3.3.5.2 — A Identificação do Interesse na Mesma Informação

A partir da observação da realidade em que o programa está situado, foi possível identificar outros órgãos públicos, a nível estadual, que detêm o mesmo interesse por esse tipo de informação referente ao controle de inquéritos e processos judiciais.

Se for abandonada a visão de um planejamento setorial no qual o programa foi fixado, e admitirmos uma noção de planejamento global, a partir da realidade do Estado do Amazonas, então seria possível com maior objetividade, torná-lo inicialmente mais eficiente, em face da possibilidade de poder socorrer também os interesses desses outros órgãos afins e não somente os interesses específicos do Ministério Público.

Por exemplo, quando o programa trata da identificação crimi-

nal - processual, estando distanciado dos arquivos da Secretaria de Segurança, a quem compete a identificação criminal ainda na fase policial da elaboração do inquérito, acaba tornando-se, dentro desse universo mais amplo, relativamente incompleto ou até mesmo proporcionalmente contraditório, com a duplicação de arquivos que em última perspectiva, o faz economicamente dispendioso e, do ponto de vista administrativo, um planejamento reprovável.

O que poderá ocorrer é que no confronto dos dois arquivos de identificação criminal, qualquer alteração na comparação dos dados se traduzirá num gravame judicioso ou, quando menos, no descrédito da eficiência, segurança e controle.

Este tipo de problema passa a ser denominado de "Paralelismo" e pode ser observado na maioria dos Judiciários e dos Ministérios Públicos estaduais.

Outro exemplo é quanto à informatização dos cartórios de distribuição dos inquéritos para as Varas competentes sob o encargo do Tribunal de Justiça, o que também constitui uma duplicação de arquivo, com efeito do "Paralelismo".

Dra, com esta oportunidade de celeridade e aproximação dos interesses na esfera pública através da informatização, com a possibilidade tecnológica de Redes locais (Rl), não hão de prevalecer antigas querelas, ou seja, deveriam assumir o compromisso de um planejamento global na administração dos inquéritos e processos, que é a parte substancial dos afazeres dessas instituições públicas junto à sociedade.

Isto porque esse tipo de manifestação pode ser visto como do

interesse administrativo geral e compartilhado, sem ferir a configuração jurídico-política da competência constitucional de cada envolvido, mesmo tendo dentre eles um que desfrute a hierarquia de Poder nominado, como é o caso do Poder Judiciário.

Ademais, não havendo a imperiosidade da subordinação hierárquica, conforme o traçado constitucional vigente entre Poder Judiciário e o Ministério Público, resta superar a injunção política do controle do Poder, arraigada pelo conservadorismo que se instala no âmbito dessas relações negociais públicas.

Face à fiscalização automatizada, foi possível detectar que o número de inquéritos que o Ministério Público recebia não conferia com a quantidade registrada no Tribunal, nem tampouco estava de acordo com os números contabilizados na Corregedoria da Polícia Civil.

Cabe, através do questionamento político, cobrar a transparência e a concretização da informação em se querer saber as causas desses acontecimentos. O porquê dessas diferenças quantitativas se, teoricamente, os inquéritos têm, como destino, o juízo processual, em cujo caminho ninguém tem reservas de direitos funcionais ou regulamentares para interceptá-lo, arquivá-lo, ou evitar que chegue ao destino determinado pela lei, ou seja, o foro competente, para as devidas providências: o julgamento.

### 3.3.6 — Outros aspectos da Implantação

O programa da SEIN/PGJ-AM esteve incidentalmente sujeito às concepções formuladas pelos analistas e programadores da PRODAM e, que, por sua vez, não tinham, até então, nenhuma experiência com programação na área do Direito. Essa problemática que, pouco a pouco, no Brasil, vem sendo identificada como a Informática Jurídica.

Foi difícil, por exemplo, perceber se houve alguma preocupação com uma macro análise, a qual procurasse distinguir o usuário diretor do programa do usuário beneficiário do programa, que, às vezes, pode ser o mesmo, mas que, no caso concreto, não o é.

Essa deficiência gerou a principal dificuldade em estabelecer a performance do programa. A explicação a ser dada é que a PRODAM sempre trabalhou com a concepção de "gestão particular" de informatização, mesmo quando atendia às instituições públicas, na qual o usuário diretor do programa é ao mesmo tempo o usuário beneficiário do mesmo.

Na gestão pública nem sempre um faz, ao mesmo tempo, o papel do outro, o que possibilita a conotação de outros aspectos.

#### 3.3.6.1 — A Incerteza da Estratégia

Acrescente-se, ainda, dentro desse espaço referente à identificação das circunstâncias procedimentais, a inexistência de uma

preocupação pela identificação da estratégica geo-político-econômico-comunicacional que considerasse, com maior precisão, os seguintes fatores:

i. A influência do fator geográfico da região. - A grande extensão territorial da região amazônica, o difícil acesso, e a distribuição irregular da população potencialmente usuária e beneficiária são obstáculos ao retorno das informações tratadas pelo programa. Embora os municípios façam parte do sistema, e cada promotoria, tenha por obrigação enviar suas informações do movimento processual de cada mês, os resultados alcançados não são positivos.

ii. O nível sócio-educacional. - Consequentemente não se trabalhou com o mostruário do nível de renda e dos interesses sociais. Quanto ao primeiro requisito, ao deixar de situar que os crimes praticados pela população de baixa renda são tecnologicamente diferentes dos crimes da classe média para cima, portanto merecedores de um tratamento tecnológico diversificado, acabou comprometendo a meta do programa, às vezes carreando dados desnecessários e que ocupam memória com altos custos e, noutras vezes, deixando de reter e armazenar dados de interesse principal.

A não-realização de uma prospecção do nível de renda da população usuária do programa, na condição presumida de beneficiária, gera várias consequências que se concentram por pressão no todo social em que está situado o sistema e o programa ora analisados.

Dentre eles, chama a atenção aquele que repercute mais objetivamente na tarefa de controlar os processos, tido como a neces-

sidade do conhecimento sobre os interesses sociais da clientela.

Esse fator de análise leva em conta que é preciso, na fase inicial de um programa, principalmente quando é do interesse da Informática Jurídica, identificar quais os tipos de interesse jurídico-social a serem trabalhados. Assim, é preciso saber, por exemplo, se estão necessitados de soluções urgentes mais voltadas para as questões trabalhistas do que para as questões criminais. Ou mesmo, ao especificar a área como a Criminal, traduzir se a incidência maior é, por exemplo: acidente de trânsito ou seqüestro, estupro ou sedução, violação de domicílio ou profanação dos mortos, e assim por diante.

Também de tamanha importância é a sondagem do nível educativo: saber se os indivíduos são analfabetos, alfabetizados, com curso primário, secundário completo, superior, profissionalizante ou como conceber a gestão pública da informatização, no segmento da Informática Jurídica, para uma população usuária desses serviços, estando ela situada no nível educativo mais carente?

Revelou-se que a relação homem e máquina, na perspectiva de uma interação comunicacional, ao se fazer representar este homem na situação de analfabeto, reivindica não mais uma mera proteção jurídica através da eficácia ou não do controle de processos e inquéritos policiais, mas sobretudo uma proteção a nível político-constitucional, cuja repercussão não se dá apenas no território do Estado-membro, situado no meio da selva amazônica, mas também repercute com grande intensidade no corpo da nação, e até mesmo, a nível internacional, em face da dramaticidade social que se proje-

ta bolidamente em direção aos impactos de cultura. Isto, aliás, tem repercutido no humanismo ecológico como uma das mais graves ameaças para a sobrevivência do homem neste planeta.

Com a revisão do perfil do programa, foi possível vivenciar esses aspectos através do exercício cotidiano de sua elaboração e aplicação.

iii. A identificação do problema mais urgente. - Observou-se, a esse aspecto, por exemplo, quanto ao controle dos crimes de acidente de trânsito, que em realidade as ações pertinentes não correspondiam com a quantidade de ocorrências registradas na Delegacia Especializada, nem tampouco junto aos Hospitais de pronto atendimento. E isso estava ocorrendo numa capital onde o índice de acidentes é considerado elevado, levando-se em conta a proporção de habitantes e quantidade de veículos.

Em outras palavras, observou-se o baixo índice de ações processuais julgadas. Das poucas que tinham recebido uma decisão judicial, aproximadamente 1/3 eram os casos em que houvera condenação criminal ou reparação de danos.

O descortinamento dessa realidade fora de controle se tornou flagrante. Dela examinaram-se vários fatores que contribuíam para a sua distorção, nos variados segmentos, podendo ser apontada basicamente como um efeito da complexidade burocrática, que vai desde a falta de recursos para o fazimento das perícias até a prevaricação no cumprimento da lei.

Neste sentido, mais uma vez, o planejamento setorializado, imposto em detrimento da visão global do problema a ser solucionado.



do em diversas etapas, reafirma um direcionamento na concepção de programa informatizado no serviço da administração pública, a partir da necessidade de se fazerem consórcios, Pool, mediante a preliminar identificação dos interesses, se houver.

Quanto aos reflexos da informatização face ao agente ministerial, ou melhor, retomando o contexto da relação agente ministerial e informatização, a incidência de um duplo efeito sobre o controle dos inquéritos e processos demonstrou que o agente ministerial, ao fiscalizar, também seria fiscalizado e, por isso, passaria a assumir um posicionamento conservador a favor da situação das coisas nos moldes da configuração anterior, ou seja, o status quo de uma extremada dependência.

Não se trata, simplesmente, de um possível indicador de negligência no seu exercício forense. Mas, explica-se, principalmente, porque a velocidade e precisão da informação sobre a situação do andamento dos processos cobrou também o desdobramento da sua atuação.

A partir daquele momento (o do processamento de dados), seus afazeres não mais se restringiriam às intervenções nos processos ou inquéritos policiais que o escrivão lhe fazia entrega aleatoriamente ou conforme seu critério. Por outro lado, teria que solucionar todas as pendências anteriores, sem perder o ritmo das ações em curso, agora com maior efetividade de controle. Além do que tinha o dever de fornecer os dados através do preenchimento das fichas de Cadastro e Andamento dos processos, conforme a obrigatoriedade do relatório mensal.

E este, sem dúvida, tornou-se o ponto mais crítico do sistema como um todo, uma vez que a coleta de dados para a manutenção dos bancos de dados poderia ser ameaçada, como forma de reação contra a mudança, através da distorção das informações coletadas pelos agentes ministeriais.

O argumento era de que esse tipo de trabalho, com o preenchimento de fichas, acabava por retirar do Promotor de Justiça o tempo útil e necessário na elaboração dos estudos jurídicos propriamente ditos, na forma de pareceres, denúncias, recursos etc. De certa forma, assumia o questionamento com o enunciado de que "...computador serve para resolver problemas e não para criá-los". Ora, esta é a visão do impacto tecnológico causado junto à organização do trabalho, cujo grau de absorção no funcionamento do sistema poderia ser medido através de estudo específico.

A solução desse tipo de problema poderia ser encontrada se a concepção do sistema previsse terminais remotos, para inclusão e consulta de dados, localizados em cada promotoria, com "leitor de dados" tipo scanner, mouse ou outro e com digitador próprio, mas, ao mesmo tempo, essa solução representaria um maior dispêndio financeiro. No mais, também é de se considerar como adversidade a vastidão territorial do Amazonas, caracterizada pela sua agressiva natureza, a qual dificulta enormemente a comunicação, até mesmo a mais convencional.

Outra tentativa de solução apresentada e imediatamente adotada baseou-se no critério de tentar reverter a conscientização profissional para o papel da relação Ministério Público e Informáti-

ca.

Todavia não houve uma preocupação consistente para com o trabalho educativo, por inexistir, da parte da PRODAM, uma iniciativa que tratasse da relação comunicacional global do usuário, nem tampouco existir esta mesma iniciativa por parte do sistema SEIN/PGJ-AM. Sem dúvida, trata-se de um núcleo de explicações importantes que deveriam ser prestadas pedagógica e educativamente, cabendo registrar que, como possível solução, no caso concreto, apenas acentuou-se o rigor da disciplina interna, ao mesmo tempo em que foi incentivada a aproximação dos Promotores de Justiça com o sistema SEIN/PGJ-AM.

Enfim, não houve uma solução efetiva das distorções que cuidasse de esclarecer melhor a finalidade do sistema. Sem dúvida que o tratamento dessa problemática requereria uma visão de planejamento bastante abrangente, quando da elaboração do projeto, da parte principalmente da prestadora do serviço programacional, providenciando, concomitantemente, solução de baixo custo e que pudesse contornar satisfatoriamente o grau de dependência tecnológica (relação homem/máquina), com critérios educativos ministrados em diversos momentos do planejamento da gestão pública.

### 3.3.6.2 — A Preocupação com a Juridicidade Estrita

Quanto ao dimensionamento da juridicidade do programa de controle de processos, podem-se anotar as seguintes considerações.

Inicialmente destaca-se a identificação do papel do Ministé-

rio Público enquanto uma das instituições constitucionais da aplicação da justiça junto aos tribunais, e, que, para assim proceder, assume uma organização do tipo administrativa autônoma estadual, denominada Procuradoria Geral da Justiça do Amazonas.

As informações relacionadas com os inquéritos e processos que tramitam na justiça amazonense envolvem o cidadão, mais especificamente os interesses daqueles que, de uma forma ou de outra, estão dependendo de uma decisão, de um julgamento.

Essas informações são a princípio de Interesse Público, ou seja, uma contraprestação que, de certo modo, requer a observância do direito à Privacidade, assim como o direito à Privacidade é uma contraprestação do Interesse Público. Tanto um quanto o outro pressupõem determinadas circunstâncias bem peculiares. Mas tudo isso significa dizer que esses princípios não podem ser usados aleatoriamente sem cuidados e cautelas.

Com este apontamento inicial, diz-se que as informações deverão ser usadas pelos órgãos públicos relacionados à aplicação da justiça, e pelos órgãos particulares, mediante uma provocação formal, na qual conste a relevância jurídica (as justificativas) que condicionem favoravelmente o repasse das informações.

Este nível preliminar e constitucional do agasalhamento da juridicidade das informações está longe de evitar a priori os incidentes, as demandas sobre um determinado fato concreto.

O programa denominado de transação MP-AM não teve, até o momento, experiência no sentido de ser questionado juridicamente. Contudo, trata-se de uma preocupação constante, que começa com a

coleta dos dados. Essa preocupação diz respeito quanto ao aspecto da veracidade das informações prestadas como produto final.

Dentro do contexto da preocupação principal (veracidade das informações), dar-se-á a identificação da responsabilidade pelo dano causado.

Outra preocupação decorrente trata-se da definição do local apropriado para a instalação dos bancos de dados, seja enquanto terminal único, ou em Rede local (R1), com terminais remotos, procurando equacionar o fluxo da centralização e descentralização da operação da informação, a começar pelo Input.

Assim, entre os níveis de entrada e saída dos dados, existe um nível intermediário, cuja responsabilidade de certa forma, ou seja, se comprovada, pode ser atribuída indiretamente ao programador e diretamente à PRODAM, face à vinculação da responsabilidade civil entre o dono do negócio e o seu preposto.

Mas, conjecturando que a estrutura do programa esteja isenta de falha, a responsabilidade se reverterá à Procuradoria Geral da Justiça, baseado no caráter administrativo que essa possui e que, assim, torna-se passível de condenação à reparação do dano causado pelo administrador público, no exercício, com o acionamento do Estado, quando se tratar estritamente de indenização por danos. No caso de responsabilidade criminal, quer seja o agente ministerial específico, quer seja o funcionário público lotado, responderá em juízo.

### 3.3.6.3 — Em Busca da Segurança Perdida

A modernidade do final do século XX talvez imponha que não há segurança na solução jurídica se paralelamente não houver uma efetiva contribuição tecnológica. Esta pode ser uma hipótese permanente, sempre em aberto para a discussão. Decorrente, ter-se-ia então que a informatização jurídica contribuiria em parte para o controle e, conseqüentemente, para a segurança da administração da justiça.

De que maneira a informatização no controle dos inquéritos e processos pode oferecer "segurança"?

Para a verificação desta questão é preciso distinguir os diversos aspectos que compõem o seu núcleo. Segurança pode significar a certeza da aplicação das normas processuais, por exemplo. Pode significar a certeza de que os inquéritos e processos, se porventura forem extraviados, poderão ser mais facilmente reconstituídos. Pode significar, de outro modo, uma ameaça aos interesses daqueles que manipulam o poder, no caso, dos que tiram lucros da caoticidade da burocracia, sempre envolvida num amontoado de papéis e carimbos.

Ao verificar a dependência burocrática da aplicação da justiça sempre espelhada em arquivos mal conservados, em livros tombo carcomidos pelas traças e em franca decomposição, é possível se imaginar que o volume da subjetividade do termo segurança, assunto atualmente bastante reclamado, pode ser resumido na expressão bastante conhecida por todos, qual seja, a de que "a justiça não funciona".

Desta forma, ater-nos-emos, precisamente, ao aspecto de segurança do sistema e do programa.

Um sistema informatizado, do qual faz parte o programa, oferece uma certa segurança de diversas maneiras. Todavia, a questão de fundamental importância refere-se à guarda dos bancos de dados, principalmente quando se trata de registros sobre o indivíduo, os quais deverão ser controlados exclusivamente pela administração pública, às vezes - como é o caso - com a ingerência de terceiros, estranhos ao "segredo de Estado". Outra questão diz respeito à identificação e credenciamento do(s) seu(s) usuário(s) acessador, ou seja, que haja um dispositivo eletrônico-simbólico-personalíssimo que lhe permite ter acesso ao sistema através do programa, denominado de "password", ou "senha" em português.

Um programa especificamente elaborado, tendo como preocupação evitar danos nos seus registros, causados acidentalmente - ou não - pelo acessador, pode registrar, mesmo sendo vários acessadores, a data, a hora e o tempo que o dito "navegador" percorreu o programa, bem como, ainda, registrar o tipo de ato que praticou.

Estas medidas são usuais nos programas que requerem uma máxima segurança. No caso concreto da transação MP-AM, não houve essa preocupação.

Existem, ainda, outros dispositivos que evitam, por exemplo, o acidentalismo da digitação a partir de campos previamente dimensionados e caracterizados, afastando a ocorrência do "erro astronômico", termo pelo qual é conhecido. Desta forma, se um campo de programação foi dimensionado para receber apenas dois dígitos, não

poderá registrar um número com três casas decimais. Outro exemplo, se um campo de programação foi reservado para registrar letras, não receberá uma entrada de números.



### 3.3.7 — Sobre a Finalidade Social

Algumas anotações sobre as implicações do ponto de vista mais acentuadamente político sobre a função social da Informática e, em particular, da experiência da transação MP-AM, torna-se imprescindível assinalar.

No caso, se mantida a idéia de "informática/informação" tal qual fora veiculada à passagem histórica com a qual se iniciou no Brasil, qual seja, o momento autoritário de atuação policial ideológica do ex-Serviço Nacional de Informação, sem dúvida que isto constitui um agravo na perspectiva da concepção de cidadania e, conseqüentemente, ensejadora de um comportamento crítico atuante, em busca daquilo que tomamos, no início do presente trabalho como "consciência possível".

Ora, afigura-se que a discussão sobre a função social, num primeiro momento, requer que seja sondado o conteúdo possivelmente concreto pelo qual ultimamente tem-se invocado inclusive em slogan: "Tudo pelo social..."

É preciso verificar na questão, se a população amazonense tem recebido concretamente algum benefício com o advento desse controle automatizado, e até que ponto os custos do programa subvencionado pelo erário público (pagamento de impostos) tornam-se justificados pelo que pode proporcionar.

Faz-se necessário também reconhecer que o peso da questão não pode ser resolvido no pequeno universo do programa, embora este

argumento não se tome para evitar as críticas que devam ser feitas.

A principal delas é a demonstração de que o programa ajuda a manter um controle social a posteriori, e isto projeta uma grande distorção. Neste sentido esses arquivos já nasceram mortos, contribuindo para a velada discriminação dos cidadãos que cometeram crimes, ou que, de alguma forma, tiveram suas passagens pelo tribunal. Sabidamente, a grande maioria dos inquéritos e processos concentrados na área criminal dizem respeito à população de baixa renda, em expressão popular chamada de "ladrão de galinha".

Em outras palavras, o sistema não está projetado para a concepção de crime como manifestação de uma macro criminalidade, que tecnologicamente também se utiliza do que há de mais sofisticado.

Com esta assinalação, por exemplo, procuram-se esclarecimentos dentro da perspectiva dos estudos da Criminologia, indagando qual seja o alcance da expressão recentemente introduzida com ênfase, a partir do atual corpus constitucional, no que se refere a "crime hediondo". E, com certeza, não estamos desapercebidos do gravame dos crimes que envolvem, sobretudo, honra, sangue e dinheiro, em decorrência de uma exacerbação do individualismo em função do ficcionismo econômico da propriedade e da herança.

O discurso da segurança em sentido amplo, da legalidade, da liberdade e, especificamente, do controle, que atualmente envolve os cidadãos em busca de um determinado feitio de função social, que se pretende contemplado pela Informática Jurídica, e em específico em relação à finalidade da transação MP-AM, ressoa-se do

aval que só poderá ser encontrado nos postulados de uma política revivificável.

A iniciativa de aumentar a valoração qualitativa do sistema não diz respeito estritamente a transação em si, ora relatada, trata-se de uma demanda veiculada no contexto do ambiente do todo social, como uma espécie de correção de rumo produzida por uma retroalimentação sobre o que até hoje se fez ao indivíduo e ao cotidiano em nome da História de escravo da natureza a escravo social do próprio homem.

Assim, a melhor qualidade das informações é aquela que auxilia na tomada das medidas para que se evite o dano que explodiria numa provável hecatombe.

O Estado, emanador de todo o sistema processual punitivo e reconhecedor de direitos, deve suportar os questionamentos, não só da micro criminalidade com a qual se envolveu a problematização da transação MP-AM, mas, sobretudo, alcançar a problemática da macro criminalidade, que o mesmo não alcança. Poderia até mesmo tomar como plataforma, profundamente representativa do interesse social localizado e global, a defesa do patrimônio regional - de estima da humanidade - como é a Amazônia.

Com estes exemplos, não se quer tão somente acentuar o papel do "perseguidor oficial", mas, preventivamente, fazê-lo mais atuante num espaço organizacional como um todo. E, para isto, é preciso obter e compartilhar informações precisas e velozes. E não acomodar-se a um simples controle automático administrativo, e, o que é pior, comprometido com a posição dos que tomam consciente ou

inconscientemente a Informática Jurídica como simples automação de dados, ou seja, a concepção renegada ao positivismo simplificador, da relação Direito e Informática.

Assim, quanto ao interesse da população amazonense, dentro da projeção das razões estabelecidas durante o transcorrer das pesquisas efetuadas e algumas retomadas no presente quadro, entendemos que fica a desejar no sentido de o programa não haver conseguido, ainda, um perfil definitivo no cumprimento da sua finalidade social. Tanto que basta especular, por exemplo, sobre o agravamento da degradação do meio ambiente natural, sobre o qual não exerce nenhum controle preventivo e muito pouco repressivo através do recurso computacional, para comprovar que o programa está longe de ter um alcance social mais positivo.

Ora, se o Estado se tem prestado a controlar os atos dos cidadãos, catalogando-os entre criminosos e não-criminosos, se os padroniza com um símbolo numérico, se lhe cadastra o passado, e continua fazendo somente esta tarefa, torna-se um Estado sem uma proposta de melhor qualidade de justiça e desatento ao postulado básico do Interesse Público e ao direito à Privacidade do indivíduo.

Uma justiça meramente retrospectiva não é suficiente. E para se tornar prospectiva, valendo-se de um caráter tecnológico informatizado, pressupõe a concepção de uma sistema de codificação jurídica e de rotinas operacionais também modernas.

As injunções daí decorrentes integram o núcleo das questões que envolvem, de uma lado, o sistema jurídico de codificação, um

misto de procedimentos práticos, questionamentos jus-filosóficos, que, apesar de tudo, ainda se vê cobrado, no momento atual, quanto à maior celeridade e eficiência nas decisões judiciais, o que, realmente, como está, não consegue atender; e de outro lado, a contribuição da tecnologia, que fez com que todos os segmentos científicos e artísticos, à medida que passam utilizá-la renovem seus impulsos criativos ou pelo menos aumentem o estímulo para se redimensionarem em outras instrumentalidades.

Assim, cobrar do imaginário jurídico esta competência, esta capacidade de renovação, é compreender o Direito também dentro de uma perspectiva de comunicação.

A norma que lhe traduz a "fala" carrega as informações que precisam ser efetivamente comunicadas. E qual o melhor instrumento disponível para perseguir este objetivo senão o que atualmente é oferecido pelo avanço da tecnologia? O Direito, portanto, não pode dispensar a ajuda que a Informática pode lhe propiciar, sob pena de continuar perdido na configuração de uma burocracia, por assim dizer, ainda da época da descoberta da imprensa, ou seja, presa às limitações do lápis e do papel, com todas as consequências daí decorrentes.

Assim, o Direito precisa se valer da velocidade promovida pelos campos magnéticos, cujo aproveitamento de energia e logo também de economia, é inquestionável do ponto de vista de uma melhor racionalidade instrumental.

É bem verdade que muitas questões de organização - e com isso também estamos cotejando a injunção política - devem ser pro-

fundamente revistas para que não incorramos na dimensão da ditadura tecnológica, que, aliás, não é da máquina em si, mas necessariamente de responsabilidade do próprio homem que assim a destina.

Outra conclusão é que não podemos falar em informatização através do exemplo do programa relatado, mas numa mera automação de certas informações. A informatização requer níveis de teoria da comunicação e, necessariamente, o acompanhamento das gerações de computadores (5a. geração), onde a Inteligência Artificial (Ia) realmente consiga avançar em seus parâmetros.

### 3.3.8 — Resumo das Situações Críticas Básicas

O SEIN/PQJ-AM, com as várias experimentações colhidas através do programa de controle dos processos judiciais, apresenta as seguintes distorções:

- Automatização de estruturas antiquadas, excessivamente burocráticas, desgastadas, ineficientes, favorecendo a manutenção de uma estafe conservadorista, que tira proveito dessa situação e por isso se mostra contrária às mudanças, tanto política quanto tecnológica, aquilo que vulgarmente se chama de "crise de mentalidade".

- A existência de feudos da informação não automatizada, impedindo o partilhamento de dados entre os órgãos públicos e a acessibilidade desses dados pelo cidadão.

- A experiência do programa conhecido como transação MP-AM transcorreu em clima de dependência disciplinar, frente ao pioneirismo técnico dos analistas e programadores, causando prejuízo a compreensão jurídica de "controle".

- A existência de duplicação de arquivos, entre órgãos públicos com interesse similar. Nota-se a duplicação de arquivos nos níveis estadual e federal; nos níveis dos Poderes Executivo e Judiciário; e a nível local, nacional e remotamente de interesse internacional. Por este ângulo se tornam economicamente inviáveis.

- A inexistência de documentação por parte da área jurídica, regulamentando o funcionamento do banco de dados da transação MP-AM, acaba pondo em risco o direito à privacidade dos cidadãos.

### 3.4 — Do Controle à Restauração: o Inesquecível

Como vimos, na experiência há pouco relatada, o controle jurídico, auxiliado pelas possibilidades do exercício do controle automatizado e, mais sofisticadamente, se a concepção for a de informatização, proporcionam importantes soluções na tarefa de conduzir os processos judiciais para julgamento. E uma delas trata da urgente necessidade de se restaurar o processo judicial que, por algum motivo, esteve com as suas informações prejudicadas, perdidas, extraviadas, por causa da deteriorização natural, acidental, ou criminosa. Em outras palavras, é chegado o momento de se ter de recuperar determinadas informações. E a recuperação dessas informações requer o máximo possível de precisão para que se possa situar, com garantia, o estágio em que se encontrava a questão dentro do processo judicial.

Tomemos, com efeito, a conjunção da expressão "a restauração e o inesquecível".

Quando um fato jurídico deixa de ser apreciado pelo Poder nominado no exercício de efetuar o julgamento, as repercussões assumem uma maior ou menor projeção, dependendo do conteúdo fático com o qual se revestiu. Vejamos, por exemplo, quando se diz que "os ricos não vão para a cadeia".

Não é correto afirmar, junto à avaliação dos efeitos desse impacto, que o escândalo social é o único instrumento de averiguação, em face do seu poder comunicacional de surpreender as pesso-



as. Há, até mesmo, circunstâncias em que o escândalo social resume-se a um mero mexerico da mídia.

Por essas razões, a repercussão da falta de julgamento num determinado processo se passa no sentido de induzir, no imaginário social, o "inesquecimento", e não necessariamente a manifestação incomum, o efeito do escândalo. É, portanto, no sentido de inesquecível, que apreciaremos a falta de julgamento havida para determinados processos, os quais, por essa ou aquela razão, fugiram do controle jurídico ao mesmo tempo em que burlaram o controle administrativo.

O inesquecível basicamente acarreta dois significados: i) no sentido de não esquecer à impunidade (correspondendo a solução jurídica); ii) e no sentido de não esquecer os assaltos dos interesses ilegais, sob a forma de acidente de percurso na tramitação regular do processo judicial.

Com estas duas preocupações que afetam a comunicação do Direito no seu cotidiano é que a restauração do processo judicial extraviado diminui a mobilidade da estratégia anti-democrática prevista no segundo item, revigorando, pelo menos de caso a caso, o primeiro significado.

Para que aconteça com maior efetividade a preservação da busca da solução jurídica, concorrem os programas controladores, pois é nesse particular que a computação afinca-se com tamanha propriedade em face da sua capacidade de estocar memória. Temos presente, portanto, uma incidência especial, qual seja: o esquecimento humano e a memória artificial gerando um fator interativo, uma relação de dependência mútua, frente à complexidade da convivência urbana

em ritmo de progresso industrial.

Vê-se que a estratégia da miniaturização se relacionada com a idéia de velhos arquivos e de amontoados processos, redefine esse lugar (tempo e espaço) como uma efetividade da precisão, do enxugamento, em busca de uma maior integridade dos registros que deverão ser preservados.

A necessidade de utilizar os meios eletrônicos para fugir da entropia e das confusões burocráticas, será uma trajetória em expectativa porque seus efeitos são diferentes do modelo artesanal, principalmente quanto à capacidade de armazenamento e recuperação dessas informações.

Neste sentido, com efeito, melhor será o desempenho dos Artigos 541 a 548 do Código de Processo Penal, ora em vigor, por exemplo, que trata do "processo de restauração de autos extraviados ou destruídos".

É notório que a restauração dar-se-á com maior eficiência com a ajuda da informatização do que se for operacionalizada pela "... vaga lembrança do escrivão", no momento de certificar o estado em que os autos extraviados se encontravam. Neste caso temos, por exemplo, um tipo de esquecimento factual, mas que está intimamente relacionado com o tipo de esquecimento ideológico e político, conhecido sob a assinalação de "jeitinho" e "favorecimento", através das brechas da lei e de sua estrutura operacional. Desta forma, o extravio e a destruição dos autos têm servido de justificativa na obtenção de resultados que casam - como uma luva - à concretização dos interesses escusos.

Vejamos, em comentário, mais este exemplo: depois de haver

chegado ao final, com a assinalação da sentença, fora o processo judicial da área criminal, remetido à execução, e transcorridos os primeiros meses recebeu em juízo o pedido de revisão criminal, cuja nulidade alegada, no sobredito processo, era a falta da "denúncia". Sabidamente, sua inexistência acarreta nulidade frontal e fulminante. Todavia, seria muito pouco provável que o juiz, o promotor de justiça e a defesa desavisadamente tivessem levado até o fim o processo sem aquela formalidade legal. Teria ocorrido, com certeza, que a "denúncia" se extraviara. E não havendo com o promotor de justiça do feito uma segunda via, nem uma outra possibilidade de comprovar a existência da peça inicial, só restaria ao juízo anular todos os efeitos daquela condenação.

Assim, o inesquecível é uma prontidão vinculada ao próprio dizer do acesso à justiça, que, por sua vez, encontra-se com o ideário maior do exercício democrático em busca de uma melhor qualidade de vida social, tanto na sua versão pública, quanto na sua versão referente ao interesse privado.

Assumimos, finalmente, um dos nossos últimos estágios de análise quando revelamos, através da categoria controle, um revestimento que não se traduz numa simples medida de atuação, mas cuja implementação, contém os envolvimento que proporcionam efetivamente a constante elaboração da ação judicial via "consciência possível", quando, ao mesmo tempo, a ação em si sempre renovadora, reafirma o "inesquecimento" da memória histórica sobre a individualidade ou sobre a coletividade.

Continuando a apontar exemplos concretos, podemos dizer, sobre o relato da experiência do MP/AM, haver essa pretendido alcan-

car a seguinte realização: com uma listagem prévia, informatizada, que espelhasse a situação real dos processos judiciais prestes a prescrever, os agentes ministeriais seriam acionados com antecipação, no sentido de evitar o prejuízo social, ou seja, interromper a prescrição, a perempção, ou a decadência do direito, não permitindo a violação da manutenção do acesso à justiça. E este é o exercício do "inesquecimento" instalado no cotidiano do Direito sob a condução da Informática Jurídica.

## 4 . Conclusões

### 4 . 1 — O Obturador

Este trabalho começou, como não poderia deixar de ser, fazendo um apanhado da macro problematização social, terreno preparatório para a instalação das questões oriundas de determinada prática, catalogadas como de natureza organizacional do Direito, quanto à veiculação da sua informação através da elaboração das suas mensagens.

O objetivo foi explorar a dimensão da universalidade - macro e micro projeções do conteúdo - não deixando de privilegiar a potencialidade do cotidiano, contexto no qual só assim seria afastado o ambiente árido das idéias, ou seja, a demasiada tecnificação dos argumentos que acabam por sufocar o sujeito do conhecimento: manifestado quer por aquele que faz o trabalho, quer por aquele que lê o trabalho, quer por aquele outro que é o personagem do próprio relato do trabalho; enfim, sejam por todos, inclusive, o mais remoto envolvido neste processo de comunicação científica.

As assinalações conclusivas sucederão ao efeito de afunilamento com que todas as subunidades de capítulo vieram sendo, paulatinamente e conscientemente, recortadas, esboçadas por um efeito centrífugo de exposição.

Alcançado o ponto de condensação, tomado como o melhor no afunilamento dissertativo, verificou-se que as pesquisas bibliográficas efetuadas e o relato da experiência realizada apontaram ser contraproducente, como entendimento, manter o produto desse conteúdo comprimido sob o arbítrio de uma única conclusão.

#### 4.2 — Reconsiderações

Em decorrência, então, atingiu-se um novo estágio, agora querendo-o acionado por um efeito inverso, o efeito centrípeto, esboçado que seria na forma de um delta para o desaguar das necessárias e formais conclusões.

Mas, considerando o contingenciamento do tempo e do espaço dissertativo, nos pautaremos com a rubrica: o ponto de vista da Informática Jurídica: o controle informatizado, o controle político e o controle jurídico.

4 . 2 . 1 — Do Ponto de Vista da Informática Jurídica: o controle informatizado, o controle político e o controle jurídico

Trabalhamos com a hipótese subjacente de que a automação do controle dos processos judiciais não seria suficiente para assegurar o acesso à justiça, sem que, tanto as informações do interesse público, quanto a reserva da privacidade - face ao assédio dessas tecnologias -, fossem politicamente garantidas e juridicamente regulamentadas. Por outro lado, não bastaria a intervenção político-jurídica se não fosse pensado o Direito a partir do cotidiano (o homem por inteiro) nos tribunais, inclusive com uma proposta abrangente de comunicação e, conseqüentemente, de informatização.

Afirmamos que a memória é uma forma de viabilizar o controle social (político e jurídico), além do que enfaticamente hoje se apresenta também como uma potencialidade tecnológica. E daí poder ser apropriada pela gestão pública desde que matenha os critérios de uma fiscalização crítica e uma expectativa democrática.

De alguma forma, com a automação, sempre se pretendeu exercer o controle dos processos judiciais, sob a justificativa unilateral da manutenção da tarefa judicial, quando se trata mesmo, em verdade, da necessidade de concretização do acesso à justiça, sem o que esta tarefa ficaria reduzida.

Mas, sobretudo, trata-se da guarda de um tipo de informação que envolve, não só os aspectos da legalidade, mas também se estende aos aspectos da comunicação do exercício do poder, através da fala do Direito, o que implica interferências de outros setores

da sociedade, no caso, mais de perto: da economia e da tecnologia.

Mas as tentativas, sejam artesanais, sejam automatizadas, estão longe de configurarem um modelo capaz de atender com plenitude democrática os reclamos da contraprestação entre o interesse público e a privacidade, na medida exata de uma proteção jurídica condizente, conforme o contrato original de uma sociedade firmada e mantida até hoje com base na propriedade privada e no consumo, mas a que nem todos os brasileiros têm o acesso no cotidiano, de maneira condigna.

Então, o que o controle dos processos representa é o fechamento de um ponto do círculo, o qual pressupõe a atuação de outros controles co-participes.

Conhecida, portanto, a selva de entropias, resta o desafio para a reversão de suas maiores distorções, com as quais os profissionais da área, os usuários, todos têm que conviver, quer dizer, conseguir sobreviver, seja fugindo das dificuldades e dos perigos anti-democráticos, seja encarando-os com novos instrumentos, principalmente, se estes forem revestidos com idéias que busquem uma "consciência possível".

Várias são as denúncias pelo que se diz que o poder sobrevive na latência desse caos, do qual alguns têm a possibilidade de retirar lucros, seja com o nome de salário, seja com o de custas, ou privilégios, enfim são dividendos. Essa situação está impossibilitada de ser sanada completamente, mas, ao mesmo tempo, transforma-se num desafio para a convivência política, tomada como a possibilidade de alcançar um estágio mais condizente com um melhor



bem-estar.

E isto não representa apenas uma questão de ética e moral, quer individual ou da coletividade desses profissionais. Antes de tudo é tida como consequência de um macro sistema, vivido pela experiência do projeto ocidental, desde quando a burguesia, concentradora da riqueza e exploradora dos meios de produção, passou a determinar os rumos da História e elaborar seu modelo de organização, conforme a estratégia dos contraditórios interesses.

Vejamos que, nesta contextualização, se, por um lado, a crítica contra a Informática Jurídica no Brasil, é feita tendo como fator de descrédito a supremacia da ideologia da informação sobre os demais princípios democráticos, registrada pelas experiências negativas do S.N.I., por outro lado, manter esse estado de coisas, esse caos judicial, é conformar-se com a posição das idéias conservadoras dos que, a partir do cultuamento velado do caos, vão mantendo a sua hegemonia, quer dizer, mantendo-se a todo custo no poder, através da barganha das decisões político-administrativo-judiciais, com as quais vão empurrando o compromisso para com a solução real dos problemas da justiça, na base de lenitivos, como é o caso quando se quer a automação, mas despreza-se o sentido maior da informatização.

A partir daí, estabelece-se, de conformidade com a experiência relatada, capítulos da História dos dois tipos de arquivos em relação ao controle dos processos judiciais: um feito de forma artesanal e o outro com um processamento que não se quer somente automatizado.

Surgem, assim, várias justificativas para a criação desses bancos de dados relativos aos processos judiciais. Uma delas, de cunho formal, mas que encerra no seu objetivo um bom argumento, é o de que haveria a necessidade de remeter essas informações, atinentes ao controle dos processos judiciais, para o planejamento social a nível estadual e, posteriormente, para o planejamento a nível federal, em tom de relatório anual sobre criminalização, no sentido de servir de subsídio às políticas públicas.

Contudo, pouca repercussão tem havido no sentido de retorno dessas informações. Consequência disso é, por exemplo, a inexistência de Fórum condizente com a necessidade de promover o acesso à justiça, em palavras mais precisas, ambiente adequado para o tratamento das questões sobre a proteção jurídica, principalmente em Comarcas distantes das capitais.

Em suma, cabe ao Estado manter os compromissos firmados no contrato social, efetivando a contraprestação entre o interesse público e a privacidade. Para tanto, é necessário a regulamentação desses interesses, de tal forma que possa informar ao cidadão, com precisão quanto maior possível, um certo grau de possibilidade e probabilidade, por ser este indivíduo o destinatário das soluções inadiáveis. Assim, a idéia de interesse público não pode se resumir, quanto ao indivíduo no cotidiano, apenas na tarefa de vigiá-lo e puni-lo.

Concomitantemente, um outro aspecto a ser levado em conta é o alto custo financeiro da instalação dos sistemas computadorizados, aos quais a população brasileira cada vez mais empobrecida não po-

de ter acesso, a não ser às expensas das gestões públicas.

Em cada caso concreto de utilização, verifica-se ser viável ou não que o Estado assumia esse ônus. E, se assim o fizer, da tecnologia faça uso de maneira apropriada, buscando novos patamares de qualidade de vida, tanto para o cliente mais direto dessa relação jurídica, quanto para aquele outro que, embora distante, deve também ser beneficiado.

O benefício previsto para este último caso acontece, na medida em que o planejamento global da informatização passa a considerá-lo concretamente presente, ou seja, real em problemas e soluções, desde que essas "soluções" não representem violação de outros direitos ou postergação ao atendimento de outras necessidades mais prementes.

Outrossim, retomado o caso específico, ao ser verificada a passagem da fase de arquivo não automatizado para a fase seguinte, a grosso modo, é possível constatar que, na experiência anterior não havia uma preocupação consciente de estabelecer maiores transparências ou evitar as invasões à integridade do direito à informação e privacidade do indivíduo, embora os riscos fossem os mesmos.

Ao contrário, o grau de sutilezas havidas, pelas "humanas" razões, refletia as várias tentativas de justificar as distorções propiciadas acidentalmente, ou dolosamente, ou mesmo programaticamente, dentro de um modelo que aparentemente parecia inofensivo.

Essas e outras experiências dão notícias dos primórdios da gestão pública da Informática Jurídica.

Deste modo, inferimos que o erro e a responsabilidade continuam sendo humanos, mesmo que nos levem a pensar que um programa automatizado seja o mais lógico e matematizado possível. Portanto, reafirma-se que a computação do conteúdo jurídico alcança o seu grau de certeza medido em probabilidades, inclusive, a probabilidade do erro e da manipulação.

Constatado, historicamente, numa trajetória que, no presente estudo, começa com a preocupação dos utopistas ingleses, o efeito da "causação circular" das soluções humanas enfaticamente projetou-se desde a era industrial até a pós-industrial. As distorções dela havidas ensejam medidas de controle, cujos novos sistemas de respostas produzem novas distorções. Do mesmo modo, a computação torna-se a mais recente (depois da II Guerra Mundial) "utopia necessária" na tentativa de romper esse círculo vicioso, porém trazendo, desde a sua concepção inicial, determinadas limitações ideológicas e, por isto mesmo, seus inerentes problemas tecnológicos.

Assim, o automatismo em si não é suficiente para exercer o controle jurídico, de acordo com a cultura jurídica que hoje vivenciamos, devendo ser assistido por esforços concentrados na busca reflexiva da "consciência possível", que, em última análise, é o constante revolvimento e a reverberação da fala da memória, o que ela sempre tem a dizer, seja para a individualidade, seja para a coletividade, agora através do armazenamento das informações com viabilidade artificial, provida pelo campo magnético e pelo impulso binário, com audaz velocidade.

Contudo, enfatizamos que uma das principais denúncias básicas

veiculadas no presente trabalho, e apontada como ponto crucial do problema da informatização no cotidiano do Direito, no plano da experiência nacional, é a automatização dos modelos de organização em que pontificam estruturas antigas e rotinas caóticas, excessivamente formalistas, incapazes que foram de apresentar melhores soluções que justificassem a sua manutenção e posteridade. Esta apontada distorção acaba promovendo vários impactos, um dentre eles chamado de banalização, na medida em que acentua a repercussão entrópica na comunicação do Direito. E esta sensível denotação reflete o medo, o receio, o desapontamento, com que, sob a alegação de uma maior exigência, ou o afinçamento do conservadorismo, a justiça, tendo por aparato uma determinada organização burocrática, declare-se totalmente impossibilitada de ser aplicada pelo computador.

A conclusão é que automatizar determinado segmento da gestão pública da Informática Jurídica não significa necessariamente resolver todos os problemas da relação jurídica pela magia da modernização.

Mas, propositadamente, a "consciência possível" serve para demonstrar que a reponsabilidade pelas grandes e pequenas distorções possui autoria, seja na individuação de um determinado agente público ou funcionário, seja a cargo de determinada pessoa, ou na identificação de um determinado sistema, modelo organizacional, ou de um determinado programa de controle informatizado.

Assim, a informatização transforma-se em viabilidade de solução e não uma solução em si, e esta alternativa precisa ser enfa-

tizada na área jurídica, passando a compor o quadro de especificidade da Informática Jurídica.

MARTINO, refletindo sobre a questão, assinala: "É absurdo pedir para a automatização que resolva problemas jurídicos; a resolução de problemas jurídicos devem ser anterior à automação." (1)

Não podemos, ao deixar de acolher uma idéia "pura" do Direito, nem do Estado ou da Cibernética, aceitar uma idéia "pura" da realidade.

Deste modo, o processo judicial correspondente ao processo comunicacional é como uma ponte entre um determinado direito e uma determinada realidade, na qual podem transitar, tanto as informações que servem ao interesse público, porque viabilizam ao indivíduo o acesso à justiça, quanto informações que, recaindo sobre o indivíduo, necessitam ser protegidas contra a manipulação arbitrária do poder, a exemplo do que ocorreu com o vexame anti-democrático da negativa experiência política do S.N.I. nos anos 70 e 80.

Deste modo, afigura-se a função social da Informática Jurídica, quando concretamente operacionalizada, enquanto a comunicação do Direito no cotidiano via processo judicial enseja a oportunidade, não só da constatação e reafirmação da legalidade, ou seja, a pronta vigoração da norma que contém o enunciado da proteção ao indivíduo na sua privacidade, mas também a oportunidade de se vivenciar o contexto político da legitimidade, pela expressividade do conteúdo do acesso à justiça.

Isto pode ocorrer de maneira saudável e positivada quando o processo, entendido de forma ampla (judicial e comunicacional),

contiver, pelo menos, o grau necessário de transparência das informações. Ou de maneira corrompida e negativa, quando além da manipulação anti-democrática das informações, o Estado - na concepção daqueles que momentaneamente o instituem - passa a violar a intimidade e a privacidade do indivíduo, valendo-se do controle sobre seus dados pessoais através dos artefatos eletrônicos.

Resumimos, pois, que a palavra controle, se tomada no sentido meramente quantitativo, aritmético, apolítico, torna-se um discurso anti-democrático, portanto, culturalmente limitado.

Ou como nos diz DELLAGNELO:

"Muitos dos impactos desta nova tecnologia podem ser absorvidos pelas organizações, tornando-se, de certa forma, transparentes, caso a observação não seja profunda e detalhada. As suas múltiplas implicações, contudo, são certas, e a consciência delas nem sempre existe por parte daqueles que implantam a tecnologia. De maneira geral, grande parte da prática administrativa reveste-se de ação sem reflexão nas mais diferentes áreas."(2)

Outras avaliações podem ser alinhadas como problemas de input e de output, o que melhor seria concluído em cada experiência de programa. Também é possível alinhar considerações múltiplas sobre o efeito da constante superação da capacidade eletrônica dos microprocessadores e de outros equipamentos, que, sem dúvida, acabam por influir na configuração da idéia que fazemos da própria Informática Jurídica. Ou seja, concretamente, somente conhecendo a capacidade do hardware e do software, havendo a disponibilidade desses no mercado de consumo, alcançaremos concepções mais ousadas

com a experiência computacional.

Diríamos que a idéia de tecnologização do Direito ou sua modernização enfrenta tamanho problema quanto a capacidade do avanço tecnológico descurada pela indústria nacional. Neste sentido, a questão da tecnologização obrigatoriamente passa pela questão do know-how, ou seja, é preciso saber o que se quer a título de modernização para, em seguida, se ter a certeza de que seria possível realizar tais aspirações. É preciso que seja construído um tipo de comunicação entre máquina e máquina, homem e máquina, e entre homem e homem, cuja capacidade supere o modelo atual.

Assim, algumas experiências com informatização, principalmente as primeiras que foram realizadas, tiveram o destino da superação tácita, em face da superação constante da capacidade dos equipamentos.

Então, seríamos remetidos para o questionamento: - são os equipamentos hardware e software que refletem o aperfeiçoamento total da Informática Jurídica? Trata-se de um questionamento de difícil resposta, demonstrando, inclusive, as dificuldades geradas pelos estudos interdisciplinares.

Apontando o caso concreto, o sistema MP-AM poderia evitar seus problemas de input, se naqueles tempos estivesse disponível industrialmente o "Coletor de Dados". Com mais este recurso, o sistema poderia ser alimentado por leitores de códigos de barra, por exemplo, efetuando-se a eliminação do preenchimento das fichas cadastrais. (3)

Enfim, a gestão pública da Informática, na experiência histó-



rica brasileira situada com os acontecimentos do S.N.I. e a recente informatização das instituições públicas, especificamente dos tribunais e outras que operam com a justiça, diferencia-se pelo tratamento dispensado ao conceito de controle. Em relação ao S.N.I., todavia, prevaleceu o viés (destorcido) do controle político-administrativo, afastando qualquer injunção do controle jurídico (o controle da legalidade).

Na atual fase, com a inexistência de uma regulamentação sistemática, transparece a insuficiência da proteção jurídica do Habeas - Data, no que a contraprestação liberal entre o interesse público e a privacidade desestabiliza-se, inclusive, com uma forte tendência à invasão pelo Estado administrador da reserva da privacidade. Encarado este ponto de vista, no tríduo do controle, encontramos probabilidades e absolutas probabilidades, como o fio de Ariadne de Teseu.

Notas bibliográficas e explicativas

- (1) MARTINO. Informática jurídica hoje, 1986. p. 16.
- (2) DELLAGNELO. O impacto da informática na divisão do trabalho: o caso do centro de operações da TELESC, 1990. p. 118.
- (3) COLETOR de dados cmc. Micro Sistemas, n. 98, p. 8, mês e ano. Cf. também: PROGRAMA substitui digitadores e identifica palavras de impressos. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de out. 1990. Cad. de Informática, p. G-6.

## Bibliografia

- ALMINO, João. O segredo e a informação. São Paulo : Brasiliense, 1986. 117 p.
- AMORIM, Edgar Carlos. Emperro do judiciário: sugestões para dinamizá-lo. UFC Revista da Faculdade de Direito, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 107-108, jan./jun. 1989.
- ARMELIN, Donaldo. O acesso à justiça. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 31, p. 171-182, jun. 1989.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. A revolução industrial. São Paulo : Ática, 1988. 93 p.
- ASSIS, J. Carlos de. Os mandarins da república: anatomia dos escândalos da administração pública 1968 - 84. 9. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. 231 p.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Teoria da semiótica. São Paulo : Ática, 1990. 96 p.
- BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, [19\_\_]. 86 p.
- América. Rio de Janeiro : Rocco, 1986. 106 p.
- BENAKOUCHE, Rabah. (Org.) O choque informático: introdução. In: ----- A informática e o Brasil. São Paulo : Polis/Vozes, 1985. 191 p.
- BENZA, Alberto Naon, VASCONCELLOS, Augusto de. Teleprocessamento. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos/DATAMEC, 1977. 138 p.
- BERLO, David K. O processo da comunicação introdução à teoria e à prática. 5. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1985. 296 p.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1983. 110 p.
- BRASIL. Constituição brasileira de 1988. São Paulo : Atlas, 1988. 180 p. (Manuais de Legislação Atlas, v. 1).
- COIMBRA, Carlos Alberto et al. A Arte da memória e o método científico: da memória artificial à inteligência artificial. Estudos Históricos, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 146-152, 1989.
- COLETOR de dados cmc. Micro Sistemas, Rio de Janeiro, [19--],

v. 10, n. 98, p. 8.

D'AZEVEDO, Marcelo C. Cibernética e vida. Petrópolis : Vozes, 1972. 146 p.

DAVID, Aurel. A cibernética e o humano. São Paulo : Hemus, 1971. 183 p.

DEELY, John. Semiótica básica. São Paulo : Ática, 1990. 192 p.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. O impacto da informática na divisão do trabalho: o caso do centro de operações da TELESC. Florianópolis, UFSC, 1990. 152 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

ELMI, Giancarlo Taddei. A informática jurídica. Brasília : Fundação Petrônio Portella, 1985. 60 p.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. 5 ed. São Paulo : Encyclopædia Britannica, 1989. vol. 9, p. 4426: Eurípedes (4).

FAORO, Raymundo. O governo da ineficiência. Isto é Senhor, São Paulo, n. 1114, p. 8, 30 de jan. 1991.

FARIA, José Eduardo. Poder e legitimidade. São Paulo : Perspectiva, 1978. 130 p.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. A ciência do direito. São Paulo : Atlas, 1977. 111 p.

----- Teoria da norma jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1986. 181 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Pequeno dicionário da língua portuguesa. 11 ed. São Paulo : Civilização Brasileira, 1969. 1301 p. p. 1113: Simbiose.

FREITAS, Wladimir Passos de. Justiça eficiente. Leopoldianum Revista de Estudos e Comunicações da Sociedade Visconde de São Leopoldo e Faculdades Católicas de Santos, Santos/SP, v. 14, n. 40, ago. 1987. 168 p. p. 77-89.

FREUND, Julien. As teorias das ciências humanas. Lisboa : Socicultur, 1977. 175 p.

GOLDMANN, Lucien et al. Importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: O CONCEITO de informação na ciência contemporânea: Cahiers de royaumont - colóquios internacionais de royaumont. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1970. 221 p.

GREGORI, Waldemar. Cibernética social II. São Paulo : Cortez, 1984. 207 p.

- GUERREIRO, Mario Antonio de Lacerda. O dizível e o indizível: filosofia da linguagem. Campinas/SP : Papirus, 1989. 143 p.
- HÁ 250 mil processos sem solução no estado. O Estado, Florianópolis, 2 mar. 1991. Cad. Geral, p. 9.
- HESPANHA, Antônio M. A história do direito na história social. Lisboa : Livros Horizonte, 1978. 223 p.
- IIZUKA, Kenji. Ligação micro-mainframe. São Paulo : Atlas, 1987. 158 p.
- KARNER, Kartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo : Brasiliense, 1987. 297 p.
- KAST, Fremont Ellsworth, ROSENZWEIG, James E. Organização e administração um enfoque sistêmico. São Paulo : Pioneira, 1976. v. 1. 377 p.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A crise do século XX. São Paulo : Ática, 1988. 207 p.
- LOSANO, Mário G. Lições de informática jurídica. São Paulo : Resenha Tributária, 1974. 237 p.
- LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. 3. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1988. 123 p.
- MACHADO, Nilson José. Matemática e realidade. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1989. 103 p.
- MAFFEY, Aldo. Utopia. In: BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 2. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1986. 1318 p.
- MANGARIELLO, Fernando. (Ed.). A UNE contra o SNI. São Paulo : Alfa-Omega, 1987. 86 p. (Coleção Esta América. Série 1, v. 21).
- MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro : Forense, 1990. 194 p.
- MARTIN, James, NORMAN, Adrian R.D. Computador, sociedade e desenvolvimento. Rio de Janeiro : Livro Técnico/ Editora Universidade de Brasília, 1973. 515 p.
- MARTINO, Antonio Anselmo. Informática jurídica hoje. São Paulo, Unibanco, 1986. p. 5-25 (Coleção Informática Prodesp, n. 2).
- MELD, Rubens Nascimento. Bancos de dados não convencionais. Info, Rio de Janeiro, n. 79, p. 58, ago. 1989.
- MENDES, Sueli. Limites mais amplos. Info, Rio de Janeiro, n. 72,

p. 50, jan. 1989.

MESQUITA, Euclides. A técnica, o homem e a vida social. São Paulo : Editora Universitária de Direito, 1978. 288 p.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil 1990. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. v. 50. 783 p. p. 63,232.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Participação político-social 1988. Rio de Janeiro : IBGE, 1990. v. 1, 76 p. p. 28-34.

MINSKY, Marvin L. Inteligência artificial. In: GUINSBURG, Gita K. et al. Computadores e computação textos do scientific american. São Paulo : Perspectiva, 1977. 332 p.

MORSE, Richard M. O espelho de próspero: cultura e idéias nas amé-ricas. São Paulo : Schwarcz, 1988. 190 p.

NORONHA, Fernando. Direito e sistemas sociais. Florianópolis : UFSC, 1988. 208 p.

NUÑEZ, Antonio Cláudio. A ordem político-jurídica no estado de di-reito, Direito e Justiça, Porto Alegre, n. 3, 1. sem, 1980.

DETTINGER, Anthony G. Uso do computador na ciência. In: GUINSBURG, Gita K. et al. Computadores e computação textos do scientific american. São Paulo : Perspectiva, 1977. 332 p.

OLIVEIRA, Almir. Os direitos e as garantias fundamentais na cons-tituição brasileira de 1988. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, n. 19, maio, 1989.

PACOTES congestionam justiça. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 fev. 1991. Cad. País, n. 1. p. 6.

PERRY, Anderson. Passagens da antigüidade ao feudalismo. 2. ed. Porto : Afrontamento, 1982. 326 p.

PIMENTA, Tânia Emerick, KOSMISKY, Dércio, HADDAD, Sérgio Elias. Hardware de teleprocessamento gerenciado. Brasília : CNPq, 1984. 219 p.

PLUM, Werner. Utopias inglesas, modelos de coopeeração social e tecnológica. Bonn : Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979. 110 p.

POLLAK, Michael et al. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROGRAMA substitui digitadores e identifica palavras de impressos. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 out. 1990. Cad. de Informáti-

ca, p. 6-6.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 12. ed. São Paulo : Saraiva, 1987. 749 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social e discurso sobre economia política*. São Paulo : Hemus, [19--], 190 p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e capitalismo*. Salvador : UFBA, 1988. 71 p.

SABATÉ, Luiz Muñoz. *Introducción a la psicologia jurídica*. Mexico : Trillas, 1980. 186 p.

SANTILLANA, Giorgio de et al. O historiador e a teoria da informação. In: *O CONCEITO de informação na ciência contemporânea: Cahiers de royaumont - colóquios internacionais de royaumont*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1970. 221 p.

SANTOS, Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo. Os direitos e garantias fundamentais e a nova constituição. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 31, p. 57-64, jun. 1989.

SILVA, Juary C. A macro criminalidade. São Paulo : *Revista dos Tribunais*, 1980. 273 p.

SWEETSER, Dorrian Apple. Behaviorismo. In: Silva, Benedito (Coord.) *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 117.

TAVARES, Cristina, SELIGMAN, Milton. *Informática, a batalha do século XXI*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. 97 p.

TENÓRIO, Igor. *Direito e cibernética*. 3. ed. Rio de Janeiro : Rio, 1975. 222 p.

THIOLLENT, Michel. Filosofia wittgensteiniana e epistemologia da inteligência artificial. *Leopoldianum Revista de Estudos e Comunicações*, Santos/SP, v. 16, n. 45, abr. 1989.

TRIBUNAL usa informática para acelerar justiça. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1991. *Cad. Cotidiano*, n. 4. p. 5.

ULLMO, Jean. Os novos poderes do pensamento. In: CUNHA, Fausto et alii (Org.). *A revolução da informática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970. 140 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de Pós-Graduação em Direito. Coletânea de sugestões quanto à produção acadêmica. *Convergência*, Florianópolis, n. 4, p. 27, out. 1987.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 5. ed. São Paulo : Cultrix, 1978. 190 p.

WILSON, Edward O. Da natureza humana. São Paulo : T. A. Queiroz / USP, 1981. 263 p.

YOUSSEF, Antonio Nicolau, FERNANDEZ, Vicente Paz. Informática e sociedade. São Paulo : Ática, 1985. 61 p.



## Anexos

### Quadro 01

#### Descrição da Comunicação do Dia a Dia

"De manhã, quando chega ao escritório, o Sr. A lê a correspondência recebida (comunicação escrita) e encontra uma quantidade de folhetos que descrevem as qualidades de várias máquinas comerciais (comunicação ilustrada). Pela janela aberta ouve o distante ruído de um rádio e a voz do locutor enaltece a qualidade de uma marca de pasta de dentes (comunicação falada).

"Entra então a secretária e dirige-lhe um cordial 'bom dia', que ele responde com um aceno amigável de cabeça (comunicação por gesto); enquanto continua falando pelo telefone (comunicação falada) com alguém. Mais tarde, dita algumas cartas à secretária, faz depois uma reunião (comunicação em grupo), na qual ouve opiniões de seus sócios. Nesta reunião, são discutidos alguns novos regulamentos governamentais (comunicação em massa) e seu efeito sobre as diretrizes da empresa. Concluindo, é examinada uma resolução para conceder gratificação anual aos empregados (comunicação em massa e em grupo).

"Encerrada a reunião, o Sr. A, meditando sobre negócios pendentes (comunicação consigo), atravessa lentamente a rua em direção ao restaurante. No caminho vê o seu amigo o Sr. B, que entra apressadamente no mesmo restaurante (comunicação por ação), e o Sr. A resolve então sentar-se sozinho, em lugar de com o amigo, que provavelmente comerá e sairá às pressas (comunicação consigo). Enquanto espera, o Sr. A examina o cardápio (comunicação impressa), mas o aroma de um bife bem temperado desvia o seu olhar (comunicação química); é tão apetitoso que ele pede um para si.

"Depois do almoço, resolve comprar um par de luvas. Entra na loja e examina com as pontas dos dedos, cuidadosamente, as diversas qualidades de couro (comunicação por tato). Feita a compra, resolve não trabalhar na parte da tarde e levar o filho a um prometido passeio ao jardim zoológico. No trajeto, o menino pergunta-lhe por que sempre pára quando o sinal está vermelho e não pára quando o sinal está verde (comunicação por símbolo). Quando se aproxima do jardim zoológico, uma ambulância silva pela rua e o Sr. A encosta o carro e pára (comunicação por sons). Ali parados, explica ao filho que a igreja do outro lado da rua é a mais antiga do estado, construída há muitos anos, e constitui um marco da comunidade (comunicação por cultura material).

"Depois de comprar o ingresso para o jardim zoológico (comunicação por ação), dirigem-se devagar ao recinto dos elefantes, onde o menino ri quando um deles lança água pela tromba sobre um dos espectadores (comunicação por ação), que foge correndo. Já no fim da tarde, o Sr. A cede aos pedidos do filho e eles entram num cinema, para ver um desenho animado (comunicação por figuras). Chegando à casa, o Sr. A veste-se, a fim de comparecer a um jantar de cerimônia e a um espetáculo teatral (comunicação pelas artes)."

## Quadro 02

### Resumo Descritivo das Utopias Inglesas

#### Thomas MORE (1478 - 1535).

- Temas e teses da Utopia. [Crítica às más condições sociais na Inglaterra. A ordem pode ser estabelecida por meio da razão humana. Tolerância frente a outros povos. Interdependência universal entre economia, trabalho, educação, cultura, religião e soberania. Vida segundo a natureza. Educação infantil, formação profissional, educação de adultos.] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [Ética dos padres da igreja. Erasmo de Rotterdam (1466 ou 69-1536) Humanismo cristão bíblico, inspirado no Sermão da Montanha, 1516: Instituto principis christiani. Descobrimento da América. Américo Vesputio (1451-1512); 1504/05: Mundus novus (Novo Mundo). Descoberta do sistema heliocêntrico por Copérnico; (1514) Commentariolus.] (sic.)

- repercussões no estrangeiro. [A ordem não é sagrada. Hugo Grotius (1583-1645) Doutrina do Direito internacional como conjunto de normas jurídicas de caráter obrigatório para os Estados. 1625: De jure belli ac pacis (Da lei da guerra da paz).] (sic.)

- Influências inglesas. [Nascimento do puritanismo. Comércio exterior. Passagem da organização feudal à burguesa. Expulsão dos camponeses, empobrecimento do país e consequentemente da população urbana. Princípios da emancipação cultural da Inglaterra da hegemonia romana.] (sic.)

- repercussões internas. [A ordem não está sancionada pela tradição. Doutrinas comunistas sobre bases naturais e racionais (não puramente religiosas). Robert Owen.] (sic.)

#### Francis BACON (1561 - 1626).

- Temas e teses da Utopia. [Poder do saber. Melhoras sociais graças às pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico. A "Casa de Salomão" uma central misteriosa de pesquisa científica. O Estado é uma obra de arte. Inacabada, esta Utopia não falou das perspectivas sócio-econômicas.] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [Montaigne (1533-1592): Observação e prova de suas próprias faculdades intelectuais em Ensaios (1550). Galileo Galilei (1564-1642): Observação em vez de especulação, leis naturais, em vez de interpretação divina. 1610: Nuncius Sidereus. O Velho Testamento: "O livro da sabedoria".] (sic.)

- repercussões no estrangeiro. ["Saber é poder, poder é saber" (Wilhelm Liebknecht, 1826 a 1900). Remodelação tecnocrática-científica da política do século XX.] (sic.)

- Influências inglesas. [Influenciado por Thomas More. Inícios da colonização inglesa.] (sic.)

- repercussões internas. [Bacon tenta codificar o direito inglês de sua época. Bacon era considerado o "pai do materialismo inglês" (Friedrich Engels). Maçons e lojas secretas nos grêmios londrinos (desde 1717 organizados em associações).] (sic.)

#### Thomas HOBBS (1588 - 1679).

- Temas e teses da Utopia. [Teoria mecanicista do conhecimento: A sociedade humana evolui do - "direito natural" passando pela - "lei natural" até chegar a uma forma superior de convivência a - "lei civil". A fundação do Estado é um ato de institucionalização

da paz social. Anteriormente perdurava a guerra de todos contra todos. Consolidação do Estado. O Estado é um "Deus mortal". O Estado é um produto do pacto social de cada um com os demais. O melhor Estado é o poderio naval (Leviatã = símbolo de monstro marítimo). Corporações mercantis.] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [Galilei (teoria mecanicista das impressões sensorias). Discordância entre Hobbes e René Descartes (1596-1650), que matinha a vinculação tradicional entre a teologia e os princípios científicos. Doutrina constitucional de Jean Bodin (1530-1596). O absolutismo governamental garante segurança e bem-estar. Bodin (controle estatal do mercado externo).] (sic.)

- repercussões no estrangeiro. [Samuel Pufendorf (1633-1694) fundamentou cientificamente o "direito natural". G.W. Leibniz (1646-1716), harmonia pré-estabelecida do corpo e espírito. Baruch Spinoza (1632-1677). O Estado é mais ameaçado por seus cidadãos que por seus inimigos externos.] (sic.)

- Influências inglesas. [Francis Bacon. William Harvey (1578-1657) descobre, por métodos dedutivos-indutivos, a circulação do sangue. 1628: Exercitio anatomica de motu cordis et sanguinis (o movimento do coração e do sangue). Desenvolvimento da economia urbana. Prenúncios da revolução inglesa. Poder naval inglês.] (sic.)

- repercussões internas. [James Harrington em sua utopia Oceana a concepção orgânica do Estado, contradiz o modelo "geométrico" do Estado, idealizado por Hobbes. Reconhecimento do conflito social como condição natural. John Locke (1632-1704) contradiz Hobbes e sua ideia de tolerância. Fundamento do "autoritarismo". Individualismo. Princípios do mercantilismo.] (sic.)

Gerrard WINSTANLEY (1609 - 1660?).

- Temas e teses da Utopia. [República democrática-comunista inspirada no cristianismo. Economia coletiva: "True freedom lies in the free enjoyment of the earth". Proibição do comércio interno. Os produtos são distribuídos aos consumidores conforme suas necessidades. Controle dos funcionários públicos pelas eleições democráticas. Respeito aos cientistas que dedicaram-se a pesquisas de utilidade social. Educação politécnica de crianças e adultos baseada na produção.] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [Movimento puritano flamengo dos lólaros no século XIV.] (sic.)

- repercussões no estrangeiro. [Precursor do comunismo.] (sic.)

- Influências inglesas. [John Wycliffe (1320-1384) precursor ascético da Reforma. Governo absolutista de Carlos I (1625-1649). Puritanismo. Leveller. Influência incontornável de algumas companhias tal como a "Merchant Adventurers" sobre o comércio.] (sic.)

- repercussões internas. [Quáquers. Diggers ou "os verdadeiros Levellers" (Movimento comunista agrário nos anos 1649-1650). Robert Owen.] (sic.)

James HARRINGTON (1611 - 1677).

- Temas e teses da Utopia. [Estado ideal com Constituição republicana. Constituição escrita, sistema bicameral, eleições secretas, eleições indiretas à presidência, rotação de funcionários. Divisão dos eleitores em duas classes. A classe dos abastados votava no órgão consultador por meio de eleições diretas: O Senado.

Porém no órgão com poderes de decisão dominavam representantes das camadas sociais mais pobres. O poder político depende do poder econômico, sobretudo da propriedade de terras. Legislação agrária impedindo uma dominação nobiliária. Serviço militar obrigatório para todos, como garantia contra as tendências anti-democráticas nos exércitos mercenários dos monarcas absolutos.] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [Modelo: "Sabedoria antiga" na Constituição da República de Veneza. Concorrência entre os proprietários de terras na França: a aristocracia e o clero.] (sic.)

- repercussões no estrangeiro. [repercussões sobre a Constituição dos E.E.U.U.. A Constituição consular napoleônica francesa de 1799 aproveitou a estruturação se bem que não naquele sentido que Harrington lhe havia dado. Constatação da dependência mútua de diversas necessidades na Economia. Precursores do "marginalismo" em ciências econômicas.] (sic.)

- Influências inglesas. [Estrutura econômica da Inglaterra no século XVII. 1645: Reorganização do exército parlamentar sob a poderosa influência dos protestantes radical-democráticos.] (sic.)

- repercussões internas. [Italianização da consciência política anglo-saxônica. Em 1659, Harrington funda o clube The Rota (precursor do Rotary Clube no século XX).] (sic.)

**John BELLERS (1654 - 1725).**

- Temas e teses da Utopia. ["Quem não trabalha não deve também comer". "O trabalho dos que nada possuem é a fortuna dos ricos". "Os pobres não têm trabalho porque os ricos não têm dinheiro, apesar de os ricos empregarem nas mesmas terras as mesmas mãos de obra que antes dispunham". Com o trabalho cooperativista obtém-se melhores resultados que com o trabalho individual. Projeto de uma cooperativa ("Colledge of Industry") com 300 pessoas capacitadas ao trabalho. Sobre a nova pedagogia do trabalho: "Aprender ociosamente já é melhor que aprender o ócio". "Uma ocupação pueril e imbecil faz com que a mente infantil permaneça imbecil".] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [William Penn (1644-1718), fundou a Pensilvânia, em 1681, com o objetivo de aí estabelecer um Commonwealth cristão ideal.] (sic.)

- Repercussões no estrangeiro. [Karl Marx, que se referia constantemente a Bellers, observa: "John Bellers, um verdadeiro fenômeno na história da economia política, compreendeu já desde os fins do século XVII, com uma lucidez impressionante a necessidade de suprimir o sistema educativo tradicional e a divisão de trabalho vigentes". Eduard Bernstein (1850-1932) afirmou em 1895 "Entre Winstanley e Owen existe um outro quáquer de importância para a história do socialismo: John Bellers." (sic.)

- Influências inglesas. [George Fox (1624-1691), fundador da Sociedade dos amigos (quáquers). Hans Sloane (1660-1753), médico e físico, presidindo por muitos anos a Royal Society e protetor do British Museum. Carlos II (1630-1685), protegeu os landlords com a legislação de arrendamento de 1677.]

- repercussões internas. [Robert Owen. 1731: Fundação da casa do trabalho de Clerkenwell pelos quáquers londrinos, onde o conceito "Welfare" foi introduzido na produção industrial.] (sic.)

**Robert OWEN (1771 - 1858).**

- Temas e teses da Utopia. [Escola particular para filhos de trabalhadores. Objetivo: Uma política sistemática de educação es-

tatal. Educação infantil: Ensino ligado ao trabalho produtivo e ginástica. Medidas estatais para a criação de empregos. Análise do mercado de trabalho. Auto-educação de trabalhadores. Caixas econômicas e cooperativas de consumo e seguros para trabalhadores. Colônias coletivas como modelo de uma comunidade socialista. Política socialista e pacifista.] (sic.)

- Estímulos estrangeiros. [Iluminismo.] (sic.)

- repercussões no estrangeiro. [O rei Frederico Guilherme III da Prússia e Hardenberg: Projeto de uma legislação de proteção aos trabalhadores (1817). Introdução dos Jardins de infância e educação de adultos nos E.E.U.U. (1825). Sobre as "disposições relativas à higiene e à educação" de Karl Marx (em: O capital, I, 13. cap.). Organização Internacional do Trabalho (1919). Comunidades owenianas na América do Norte (1825/1828). Wilhelm Weitling (1808-1871): Garantien der Harmonie und Freiheit (1842). Karl Marx: Controvérsias com os socialistas utópicos. Leon Tolstói (1828-1910).] (sic.)

- Influências inglesas. [Thomas More. John Bellers e outros. Daniel Defoe. Indústria capitalista (escola de Manchester). Substituição das crianças nas fábricas por operários adultos. Gerard Winstanley. Legislação de proteção aos pobres.] (sic.)

- repercussões internas. [Início da educação sistemática de crianças em Glasgow (1824). Movimento cooperativista. Democracia industrial (Webb). Movimento sindical.] (sic.)

### Quadro 03

#### Macros Concepções do Direito \* (Três grandes linhas) \* \*

##### Orientações idealistas: a idéia do DIREITO NATURAL.

Características gerais - As correntes naturalistas sustentam a idéia da existência de um ordenamento superior ao constituído pelas leis humanas e que deveria servir de critério ético político de valoração destas leis, de sorte a invalidar as que o violassem ou, pelo menos, de sorte a impedir a aplicação das leis humanas mais gritantes ofensivas da "ordem natural". O Sistema Jurídico seria um sub-sistema de um sistema maior ou seja o da "ordem natural". O trabalho do jurista consistiria em fiscalizar o distanciamento entre a "ordem das leis humanas" da "ordem natural" através do resgate de princípios morais, éticos, religiosos. O juiz seria um juiz-árbitro na identificação das ações praticadas em função da natureza das coisas.

##### Orientações formalistas: o POSITIVISMO JURÍDICO.

Características gerais - As correntes formalistas sustentam a absoluta autonomia da ciência do Direito, afirmando que este deve ser estudado e aplicado sem atender as considerações de natureza política, ética ou social.

O Sistema Jurídico seria um sistema fechado, constituído por normas concretamente identificáveis através de critérios objetivos, e designadamente através das normas de reconhecimento. O trabalho do jurista consistiria quase que só na interpretação de tais normas e na sua aplicação mecânica às situações da vida real. O juiz seria um juiz-máquina, a "boca da lei", na expressão de Montesquieu.

##### Orientações sociológicas: o SISTEMA SOCIAL.

Características gerais - As correntes jus-sociológicas sustentam que o Direito seria um elemento da vida social e desempenharia determinadas funções sociais, cuja consideração seria indispensável para bem se poder estudar e aplicá-lo. Alguns chamam de "Realismo" em contraposição aos "idealistas" e "formalistas". O Sistema Jurídico seria um sistema aberto chegando ao ponto de, para determinada escola, ser as normas jurídicas meras hipóteses de trabalho.

O trabalho do jurista consistiria em modificar ou rejeitar as normas sempre que não fossem satisfatórias no contexto social. O juiz seria um juiz-interventor segundo o caso concreto.

\* Pós-adaptação do "Direito e Sistemas Sociais", Fernando Noronha. Florianópolis, Ufsc 1988. p. 15 - 54.

\* \* Como se trata apenas de um quadro de apoio, do interesse restrito do presente trabalho, intencionalmente não buscou-se as especificações que implicam o tratamento completo dessas macros concepções do Direito.

Quadro 04  
Funções do Direito\*

(autores)	(funções)
Recaséns - Siches	- certeza e segurança; resolução de conflitos; organização, legitimação e restrição do poder político.
Rehbinder seguindo Llewellyn	- resolução de conflitos; orientação do poder social; configuração das condições de vida: "cuidado do direito" (na tradução espanhola).
Bobbio	- funções tradicionais (prevenção e repressão de condutas desviantes, prevenção e solução de conflitos de interesses privados); - função de distribuição de recursos (econômicos e não econômicos); - função promocional (estímulo a determinadas condutas).
Raucent	- o Direito representa o projeto de organização social querido pelo grupo dominante e emendado por ter em conta a vontade do grupo dominado, na medida exata em que este teve força para fazer aceitar sua vontade; - é o instrumento de medida da força utilizada para impor o projeto de organização social, ou, na expressão de Poulantzas, 'o código de violência pública e organizada'; - representa a legitimação da ordem estabelecida pela lei (e pela força), tanto se se diz fundado em valores aceitos por todos, como se, mais simplesmente, é tido como representando a vontade do povo.

\* Pós-adaptação do "Direito e Sistemas Sociais", Fernando Noronha. Florianópolis, Ufsc, 1988, p.76.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS  
SISTEMA DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA - SEIN  
FICHA CADASTRAL DE PROCESSOS

Nº PROCESSO
HT INQUÉRITO POLICIAL
HT FICHA

COMARCA	CODIGO	
VARA	CODIGO	
CARTÓRIO	JUIZ	ESCRIVÃO
PROMOTORIA	CODIGO	
PROMOTOR	CODIGO	

AREA DE ATUACAO	CODIGO	AÇÃO PENAL <input type="checkbox"/> PUBLICA <input type="checkbox"/> PRIVADA									
NATUREZA DO DELITO		ACIDENTE DE TRÂNSITO <input type="checkbox"/> 1 SIM <input type="checkbox"/> 2 NÃO									
DIPLOMA LEGAL		CODIGO									
DISPOSITIVO PENAL ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

REUS E CO-REUS

INDICIADO OU RÉU											
ALCUNHA	DATA NASCIMENTO	SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F									
REGISTRO GERAL	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA EXPEDIÇÃO	CPF								
NATURALIDADE	U.R.	NACIONALIDADE									
NOME DO PAI											
NOME DA MÃE											
ESTADO CIVIL <input type="checkbox"/> 1 SOLTEIRO <input type="checkbox"/> 2 CASADO <input type="checkbox"/> 3 VIÚVO <input type="checkbox"/> 4 DIVORCIADO <input type="checkbox"/> 5 OUTROS											
INSTRUÇÃO	PROFISSÃO										
VIDA PREGRESSA <input type="checkbox"/> 1 PRIMÁRIO <input type="checkbox"/> 2 REINCIDENTE	SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> 1 PRESO <input type="checkbox"/> 2 SOLTO <input type="checkbox"/> 3 PORACIDO	OUTROS REUS									
DISPOSITIVO PENAL ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
VITIMA											OUTRAS VITIMAS

INDICIADO OU RÉU											
ALCUNHA	DATA NASCIMENTO	SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F									
REGISTRO GERAL	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA EXPEDIÇÃO	CPF								
NATURALIDADE	U.R.	NACIONALIDADE									
NOME DO PAI											
NOME DA MÃE											
ESTADO CIVIL <input type="checkbox"/> 1 SOLTEIRO <input type="checkbox"/> 2 CASADO <input type="checkbox"/> 3 VIÚVO <input type="checkbox"/> 4 DIVORCIADO <input type="checkbox"/> 5 OUTROS											
INSTRUÇÃO	PROFISSÃO										
VIDA PREGRESSA <input type="checkbox"/> 1 PRIMÁRIO <input type="checkbox"/> 2 REINCIDENTE	SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> 1 PRESO <input type="checkbox"/> 2 SOLTO <input type="checkbox"/> 3 PORACIDO										
DISPOSITIVO PENAL ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

INDICIADO OU RÉU											
ALCUNHA	DATA NASCIMENTO	SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F									
REGISTRO GERAL	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA EXPEDIÇÃO	CPF								
NATURALIDADE	U.R.	NACIONALIDADE									
NOME DO PAI											
NOME DA MÃE											
ESTADO CIVIL <input type="checkbox"/> 1 SOLTEIRO <input type="checkbox"/> 2 CASADO <input type="checkbox"/> 3 VIÚVO <input type="checkbox"/> 4 DIVORCIADO <input type="checkbox"/> 5 OUTROS											
INSTRUÇÃO	PROFISSÃO										
VIDA PREGRESSA <input type="checkbox"/> 1 PRIMÁRIO <input type="checkbox"/> 2 REINCIDENTE	SITUAÇÃO <input type="checkbox"/> 1 PRESO <input type="checkbox"/> 2 SOLTO <input type="checkbox"/> 3 PORACIDO										
DISPOSITIVO PENAL ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS  
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA-SEI

TO DE PROCESSOS CRIMINAIS - MÊS \_\_\_\_\_ ANO \_\_\_\_\_ VARA/COMARCA \_\_\_\_\_ PROMOTOR \_\_\_\_\_

[illegible]

(se precisar utilize o verso)

SEINL001 SEINT001

PRODAM

TRANSACAO: MENU

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
MENU GERAL

MANUTENCAO DE PROCESSOS.....	01
MANUTENCAO DE TABELAS.....	02
LOCALIZACAO E TRANSFERENCIA DE PROMOTOR.....	03
CONSULTAS PROCESSOS.....	04
ESTATISTICAS.....	05
RELATORIOS.....	06

INFORME A OPCAO ==&gt;

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 RETORNO ISOL

PF3 HELP

SEINL002 SEINT001

PRODAM

TRANSACAO: 00010

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
MANUTENCAO DE PROCESSOS

INCLUSAO DE PROCESSOS NA AREA CRIMINAL.....	01
ATUALIZACAO DE PROCESSOS NA AREA CRIMINAL.....	02
EXCLUSAO PARCIAL DE PROCESSOS NA AREA CRIMINAL.....	03

INFORME A OPCAO ==&gt;

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL003 SEINT001

PRODAM

TRANSACAO: 00020

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
MANUTENCAO DE TABELAS

TABELA DE AREA DE ATUACAO.....	01
TABELA DE DISPOSITIVO PENAL.....	02
TABELA DE ATOS.....	03
TABELA DE SITUACAO GEOGRAFICA.....	04
TABELA DE PROMOTOR.....	05
TABELA DE PROMOTORIA.....	06
TABELA DE VARA.....	07
TABELA DE COMARCA.....	08
TABELA DE ZONA ELEITORAL.....	09
TABELA DE AUDITORIA MILITAR.....	10

INFORME A OPCAO ==&gt;

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL004 SEINT001

PRODAM

TRANSACAO: 00030

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
LOCALIZACAO E TRANSFERENCIA DE PROMOTOR

INCLUSAO DE PROMOTOR EM UMA LOCALIZACAO.....	01
TRANSFERENCIA DE PROMOTOR NA LOCALIZACAO.....	02
DESATIVACAO DE UM PROMOTOR.....	03
LOCALIZACAO DE UM PROMOTOR.....	04
HISTORICO DE LOCALIZACAO DE PROMOTOR.....	05
DISTRIBUICAO DO QUADRO DE PROMOTORES.....	06
ALTERACAO DA DATA INICIO E DATA FIM.....	07
EXCLUSAO DA LOCALIZACAO DE UM PROMOTOR.....	08

INFORME A OPCAO ===&gt;

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL005 SEINT001

PRODAM

TRANSACAO: 00040

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
CONSULTAS DE PROCESSOS

CONSULTA POR NUM. DO PROCESSO.....	01
CONSULTA POR NUM. DA FICHA.....	02
CONSULTA POR NOME.....	03
CONSULTA POR ALCUNHA.....	04

INFORME A OPCAO ===&gt;

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL006 SEINT001

PRODAM

TRANSACAO: 00050

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
ESTATISTICAS

TOTAL DE PROCESSOS EM UM PERIODO.....	01
CONTROLE DE ATUALIZACOES DE ATOS.....	02
CONTROLE DE INQUERITOS POLICIAIS.....	03
CONTROLE DE CONTRAVENCOES POR INFRACAO.....	04
CONTROLE DE AUDIENCIAS MARCADAS, TRANSF. E REALIZADAS.....	05
CONTROLE DE SENTENCAS APLICADAS.....	06
CONTROLE DE SENTENCAS ABSOLUTORIAS E CONDENATORIAS.....	07
PRODUTIVIDADE POR COMARCA, VARA E PROMOTORIA.....	08
PRODUTIVIDADE POR PROMOTOR.....	09
CONTROLE DE ACIDENTES DE TRANSITO.....	10

INFORME A OPCAO ===&gt;

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

PF6=RETORNA TELA

PF7=AVANCA TELA

SEINL060 SEINT044

TRANSACAO: 00950

CONSULTA PROCESSOS POR NUMERO DA FICHA  
NUMERO DA FICHA:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL061 SEINT086

TRANSACAO: 00960

CONSULTA PROCESSO POR NOME

NOME:

MARQUE COM UM 'X' O TIPO DA CONSULTA :

REU:

VITIMA:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL062 SEINT088

TRANSACAO: 00970

CONSULTA PROCESSO POR ALCUNHA  
ALCUNHA:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL008 SEINT043

TRANSACAO: 01520

INCLUSAO DA FICHA CADASTRAL DE PROCESSOS  
AREA DE ATUACAO:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

PF4 TAB. AREA ATUA.

SEINL009 SEINT044

TRANSACAO: 01530

ATUALIZACAO DA FICHA CADASTRAL DE PROCESSOS  
NUMERO DA FICHA:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

TELA:

SEINL010 SEINT044

TRANSACAO: 01540

EXCLUSAO PARCIAL DE PROCESSOS CRIMINAIS  
NUMERO DA FICHA:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

TELA:

SEINL065 SEINT059

TRANSACAO: 01110

## TOTAL DE PROCESSOS EM UM ANO

AREA DE ATUACAO: 101

COMARCA / AUDITORIA: 16

VARA / ZONA: 01

INFORME O ANO : 88

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL065 SEINT048

TRANSACAO: 01110

## TOTAL DE PROCESSOS EM UM ANO

AREA .....: CRIMINAL COMUM

COMARCA .....: MANAUS

VARA .....: 1 VARA CRIMINAL

MES	TOTAL	MES	TOTAL
JAN	00004	JUL	
FEV	00018	AGO	00058
MAR	00034	SET	00014
ABR	00021	OUT	00012
MAI	00026	NOV	00007
JUN	00019	DEZ	00040

TOTAL GERAL EM 88 : 000255

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

SEINL066 SEINT077

TRANSACAO: 01120

## CONTROLE DE ATUALIZACOES DE ATOS

AREA DE ATUACAO: 101

COMARCA / AUDITORIA: 16

VARA / ZONA: 01

INFORME O ATO : 004

INFORME O ANO : 89

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL067 SEINT059

TRANSACAO: 01130

## CONSULTA DE IP POR COMARCA E VARA

AREA DE ATUACAO:

COMARCA / AUDITORIA:

VARA / ZONA:

INFORME O ANO :

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

SEINL59A SEINT080

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUM.FICHA: 012858  
NUM.PROCESSO: 0030 / 02 89  
COMARCA: 16 - MANAUS  
VARA: 01 - 1 VARA CRIMINAL  
CARTORIO: UNICO  
JUIZ: UBIRAJARA FRANCISCO  
ESCRIVAO: MARILIA RODRIGUES  
PROMOTORIA: 02 - 2 PROMOTORIA  
PROMOTOR: 001 - ADALBERTO RIBEIRO DE SOUZA  
AREA DE ATUACAO: 101  
NATUREZA DELITO: LESAO CORPORAL  
DIPLOMA LEGAL: 01  
C/C -  
C/C -  
DATA ULTIMA ALIMENTACAO: 101089  
ACAO PENAL - PUB = 1 PRIV = 2: 1  
AC TRANSITO - SIM = 1 NAO = 2: 2  
PARAG: 02 INCISO: V ALINEA:  
PARAG: INCISO: ALINEA:  
PARAG: INCISO: ALINEA:

PF2 TELA ANTERIOR

PF5 OUTRA FICHA

TELA

SEINL59B SEINT081

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUM.FICHA: 12858  
INDICIADO OU REU: JOAO NAIRAN  
ALCUNHA:  
DISPOSITIVO PENAL: 01 0129 02 V  
DATA NASC: SEXO - M = 1 F = 2: 1  
R.G.: ORGAO EXP.: DATA EXP.:  
CPF: UF:  
NATURALIDADE: BAHAMAS  
NACIONALIDADE: NORTE AMERICANO  
PAI: RAMI NAIRAM  
MAE: ANA NAIRAM  
EST. CIVIL: SOLTEIRO  
PROFISSAO: INSTRUCAO:  
VITIMA: ELISANE RODRIGUES BINDA  
SITUACAO: PRESO  
OUTROS REUS:  
OUTRAS VIT.:

PF2 TELA ANTERIOR

PF5 OUTRA FICHA

TELA

SEINL59C SEINT084

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUM.FICHA: 012858  
PROCESSO: 0030 / 89  
COMARCA: 16  
INQUERITO: 0004 / 89  
VARA: 01  
DATA ATO DESCRICAO  
200189 001 DATA DA INFRACAO  
310189 002 DISTRIBUICAO DO IP  
020289 003 VISTA AO MINISTERIO PUBLICO  
171089 098 AUDIENCIA MARCADA

PF2 TELA ANTERIOR

PF5 OUTRA FICHA

TELA

SEINL59A SEINT080

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUM.FICHA: 000210  
NUM.PROCESSO: 0005 / 04 88 NUM.INQUERITO: 0000 / 00 00  
COMARCA: 40 - URUCARA  
VARA: 11 - VARA UNICA  
CARTORIO: UNICO JUIZ: EDSON SOARES DE CARVALHO  
ESCRIVAO: ANTONIO NORMANDO LIMA  
PROMOTORIA: 03 - PROMOTORIA UNICA  
PROMOTOR: 054 - ADELTON ALBUQUERQUE MATOS  
AREA DE ATUACAO: 101 ACAA PENAL - PUB = 1 PRIV = 2: 1  
NATUREZA DELITO: LESAO CORPORAL LEVE AC TRANSITO - SIM = 1 NAO = 2: 2  
DIPLOMA LEGAL: 01 ARTIGO: 0129 PARAG: INCISO: ALINEA:  
C/C - ARTIGO: PARAG: INCISO: ALINEA:  
C/C - ARTIGO: PARAG: INCISO: ALINEA:  
DATA ULTIMA ALIMENTACAO: 271289

PF2 TELA ANTERIOR

PF5 OUTRA FICHA

TELA

SEINL59B SEINT081

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUM.FICHA: 210 COMARCA: 40 VARA: 11  
INDICIADO OU REU: FRANCISCO ZUANI PRESTES  
ALCUNHA:  
DISPOSITIVO PENAL: 01 0129  
DATA NASC: SEXO - M = 1 F = 2: 1  
R.G.: ORGAO EXP.: DATA EXP.:  
CPF:  
NATURALIDADE: UF:  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA  
PAI: DESCONHECIDO  
MAE: DESCONHECIDO  
EST. CIVIL: OUTROS INSTRUCAO:  
PROFISSAO: SITUACAO: SOLTO OUTROS REUS:  
VITIMA: JOSILEU NOGUEIRA MOURAO OUTRAS VIT.:

PF2 TELA ANTERIOR

PF5 OUTRA FICHA

TELA

SEINL59C SEINT084

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUM.FICHA: 000210 COMARCA: 40 VARA: 11  
PROCESSO: 0005 / 88 INQUERITO: 0000 / 00  
DATA ATO DESCRICAO  
070288 001 DATA DA INFRACAO  
110388 002 DISTRIBUICAO DO IP  
220488 003 VISTA AO MINISTERIO PUBLICO  
250488 004 OFERECIMENTO DA DENUNCIA  
160588 009 INTERROGATORIO  
020688 010 DEFESA PREVIA  
170688 011 AUD. DE INQUIRICAO DE TESTEMUNHAS  
150788 011 AUD. DE INQUIRICAO DE TESTEMUNHAS  
100190 098 AUDIENCIA MARCADA

PF2 TELA ANTERIOR

PF5 OUTRA FICHA

TELA

SEINL007 SEINT102

TRANSACAO: 01310

RELATORIO :  
 AUDIENCIAS MARCADAS, REALIZADAS E TRANSFERIDAS  
 AREA.....:  
 ANO.....:  
 COMARCA.:  
 NUMERO DE COPIAS :

TRANSACAO: PA2 FIM PF2 TELA ANTERIOR PF3 HELP  
 PF4 TAB.AREA PF5 TAB.COMARCA

SEINL007 SEINT078

TRANSACAO: 01370

RELATORIO :  
 PRODUTIVIDADE POR PROMOTOR  
 ANO :  
 NUMERO DE COPIAS :

TRANSACAO: PA2 FIM PF2 TELA ANTERIOR PF3 HELP

SEINL007 SEINT103

TRANSACAO: 01400

RELATORIO :  
 PROCESSOS PARALISADOS EM DETERMINADO PERIODO  
 AREA :  
 COMARCA :  
 PERIODO : DE A MES(ES)  
 NUMERO DE COPIAS :

TRANSACAO: PA2 FIM PF2 TELA ANTERIOR PF3 HELP  
 PF4 TAB.AREA PF5 TAB.COMARCA

SEINL065 SEINT048

TRANSACAO: 01110

TOTAL DE PROCESSOS EM UM ANO

AREA .....	CRIMINAL COMUM
COMARCA .....	MANAUS
VARA .....	1 VARA CRIMINAL
MES	TOTAL
JAN	00027
FEV	00025
MAR	00018
ABR	00022
MAI	00020
JUN	00029
MES	TOTAL
JUL	00002
AGO	00005
SET	00015
OUT	00033
NOV	00010
DEZ	00002
TOTAL GERAL EM 89 : 000208	

TRANSACAO: PF2 TELA ANTERIOR



SEINL007 SEINT104

PRODAM

TRANSACAO: 00060

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
MENU DE RELATORIOS

MARQUE COM 'X' O(S) RELATORIO(S) QUE DESEJAR 'X'

AUDIENCIAS MARCADAS, REALIZADAS E TRANSFERIDAS.....	..
CONTROLE DE CONTRAVENCOES POR INFRACAO.....	..
CONTROLE DE ATUALIZACOES DE ATOS.....	..
CONTROLE DE I.P. POR COMARCA, VARA E PROMOTORIA.....	..
RELACAO DE PROCESSOS CONCLUIDOS.....	..
PRODUTIVIDADE POR COMARCA, VARA E PROMOTORIA.....	..
PRODUTIVIDADE POR PROMOTOR.....	..
CORRECAO DE INFORMACOES.....	..
PROCESSOS COM RECURSOS SOLICITADOS.....	..
PROCESSOS PARALISADOS HA DETERMINADO PERIODO.....	..
RELACAO DE ATOS POR ORDEM ALFABETICA.....	..
CONTROLE DA INSTRUCAO CRIMINAL.....	..

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

PF7 AVANCA TELA

SEINL007 SEINT104

PRODAM

TRANSACAO: 00060

SEIN - SISTEMA DE ESTATISTICA E INFORMATICA DO MINISTERIO PUBLICO  
MENU DE RELATORIOS

MARQUE COM 'X' O(S) RELATORIO(S) QUE DESEJAR 'X'

CONTROLE DA INSTRUCAO CRIMINAL - RESUMO.....	..
CONTROLE DE CRIMES POR INFRACAO.....	..
CONTROLE DE PROCESSOS PRESCRITOS.....	..
CONTROLE DE PRESCRICAO DA PRETENCAO PUNITIVA.....	..
RELACAO DOS REUS CONDENADOS PARA EFEITO DE REINCIDENCIA.....	..
PROCESSOS PENDENTES DA DECISAO DO JUIZ.....	..

TRANSACAO:

PA2 FIM

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP

PF6 VOLTA TELA

PF7 AVANCA TELA

SEINL059 SEINT072

TRANSACAO: 00940

## CONSULTA PROCESSO POR NUMERO DO PROCESSO

NUMERO DO PROCESSO:

COMARCA:

VARA:

TRANSACAO:

PF2 TELA ANTERIOR

PF3 HELP